



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 08 | agosto 2011



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação_ e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: agosto de 2011

Elaborado com informação disponível até ao dia 24 de agosto.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia
Avenida da República, 79
1050-243 Lisboa
Telefone: +351 21 7998158
Fax: +351 21 7998154
URL: <http://www.gee.min-economia.pt>
E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças
Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.
1100 – 278 Lisboa
Telefone: +351 21 8823396
Fax: +351 21 8823399
URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>
E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

| | |
|--|-----------|
| <hr/> | |
| Conjuntura | 5 |
| Sumário | 7 |
| 1. Enquadramento Internacional | 11 |
| 2. Conjuntura Nacional | 15 |
| 3. Comércio Internacional | 26 |
| <hr/> | |
| Artigos | 33 |
| Em Análise | 35 |
| Perspectivas para o Sector da Construção | 35 |
| The Internationalization of the Portuguese Economy | 51 |
| <hr/> | |
| Iniciativas e Medidas Legislativas | 67 |
| <hr/> | |
| Abreviaturas Utilizadas | 71 |

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No segundo trimestre de 2011 a produção industrial abrandou tanto nas economias avançadas como nas economias emergentes, embora tenha sido mais acentuado para o primeiro caso. Paralelamente, as trocas comerciais mundiais de mercadorias também desaceleraram, abrangendo as importações e exportações.
- * Nos meses de julho e agosto, os índices bolsistas internacionais apresentaram uma queda acentuada, influenciada, em parte, pela perspetiva de um crescimento mundial mais fraco sobretudo dos EUA e da União Europeia (UE), pela persistência do risco da dívida soberana na área do euro (AE) e os receios de contágio para outros países da AE e, finalmente o aumento do limite de endividamento público dos EUA.
- * Nos EUA, o PIB registou um crescimento de 1,5% em termos homólogos reais no 2.º trimestre de 2011 (2,2% no 1.º trimestre) em resultado sobretudo do abrandamento da procura interna dado que o contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB tornou-se positivo. Em julho de 2011, os indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos consumidores diminuíram e a evolução dos indicadores quantitativos (produção industrial e vendas a retalho) foi similar à do mês precedente. Nesse mês, a taxa de desemprego desceu para 9,1% e a taxa de inflação homóloga manteve-se em 3,6%.
- * No 2.º trimestre de 2011, tanto o PIB da UE como da AE abrandou para 1,7% em termos homólogos reais (2,5% em ambas no 1.º trimestre). Neste período, assistiu-se a uma desaceleração dos indicadores quantitativos para a AE (produção industrial, vendas a retalho e exportações). Em julho de 2011, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na UE como na AE, prosseguindo a tendência descendente verificada nos últimos meses, em resultado da deterioração da generalidade dos indicadores de confiança. Em junho de 2011, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, situando-se em 9,9% e em 9,4%, respetivamente. Em julho de 2011, a taxa de inflação homóloga da AE, diminuiu para 2,5% (2,7% em junho) e manteve-se em 2,3% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em agosto e, até ao dia 24, as taxas de juro a 3 meses diminuíram ligeiramente na área do euro, invertendo a tendência ascendente registada desde fevereiro; enquanto aumentaram nos EUA. Em julho, as taxas de juro de longo prazo subiram na AE, mantendo-se, no entanto, inalterada nos EUA.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* desceu em agosto, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 24 deste mês, registado o valor de 109 USD/bbl (76€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB registou no 2.º trimestre de 2011 uma contração de 0,9% em termos homólogos reais.
- * No mês de julho o indicador de clima económico continuou a agravar-se, seguindo a trajetória descendente iniciada na 2.ª metade de 2010. Também os indicadores de confiança registaram um agravamento em todos os sectores de atividade, com exceção da indústria transformadora.
- * No trimestre terminado em julho, os dados disponíveis sugerem a continuação do agravamento do comportamento do investimento em resultado de uma deterioração da evolução de todas as suas componentes. Já o indicador do consumo privado estabilizou em relação ao mês anterior.
- * Em julho a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 3,2%, 0,2 p.p. inferior à do mês anterior, sendo o 3.º mês consecutivo de abrandamento. A variação média dos últimos 12 meses do IPC subiu 0,2 p.p. para os 3,1%.
- * A taxa de desemprego no 2.º trimestre situou-se nos 12,1%, 0,3 p.p. inferior à registada no 1.º trimestre.
- * Até julho, o défice orçamental provisório da Administração Central e da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 5402 milhões de euros, representando uma melhoria de

cerca de 1791 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Este resultado reflete, no essencial, o comportamento do défice global do Estado, o qual se reduziu em 2243 milhões de euros face ao período homólogo, situando-se nos 6687 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente de 984 milhões de euros, menos 279 milhões de euros que em idêntico período do ano anterior. O excedente de execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 301 milhões de euros, 173 milhões de euros abaixo do registado no período homólogo.

- * Nos primeiros sete meses do ano, a execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi de -153 milhões de euros, que compara com um défice de 116 milhões de euros no período homólogo, refletindo essencialmente o menor valor das transferências recebidas do OE não compensado integralmente pela redução da despesa.
- * No 1º semestre, a Administração Local, considerando o universo comparável, terá registado um *superavite* de execução orçamental de 209 milhões de euros, refletindo uma melhoria de 51 milhões de euros relativamente ao mesmo período de 2010. A Administração Regional apresentou um défice orçamental de 40 milhões de euros, isto é uma melhoria de 41 milhões de euros face ao período homólogo.

Comércio Internacional

- * **Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** divulgados para o mês de junho¹ apontam para um crescimento homólogo positivo das exportações de mercadorias de 17,7% no primeiro semestre de 2011, relativamente a igual período do ano transato. O facto das importações de mercadorias terem crescido 5,6% levou a uma recuperação do saldo negativo da balança comercial (fob-cif) de 15,4% (aproximadamente 1.568 milhões de euros) e a um aumento de 7,3 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, que passaram a representar 70,9% das importações face ao período homólogo do ano anterior.
- * O primeiro semestre de 2011 e excluindo os produtos energéticos, o crescimento das exportações de mercadorias manteve-se superior (18,3%) ao do total das exportações. A taxa de cobertura das importações pelas exportações de mercadorias atingiu, neste contexto, os 80%, mais 10,6 p.p. face a igual período em 2010.
- * No último ano a terminar em junho de 2011, as exportações cresceram, em termos homólogos, 16,6% e as importações mantiveram uma variação homóloga positiva inferior à das exportações (7%). O défice da balança comercial registou uma recuperação de 9%. Excluindo os produtos energéticos, o saldo negativo da balança comercial recuperou, em termos homólogos, 20,7% dado o maior crescimento das exportações (+16,6%) relativamente ao das importações (4,6%).
- * Entre janeiro e junho de 2011, todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento homólogo das exportações, destacando-se o contributo dos grupos “Material de Transporte” (+3,9 p.p.), “Químicos” (+3,1 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,8 p.p.) para o crescimento das exportações de mercadorias.
- * Nos primeiros seis meses do ano, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 17,7% e representaram 75,6% das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE - 15 registaram uma variação homóloga positiva de 18%, esta superior à das exportações para os países do Alargamento (12,8%). Espanha continua a manter a sua posição de principal mercado de destino das exportações de mercadorias (25,9% do total). As exportações para a Alemanha e para a Espanha foram aquelas que mais contribuíram para o crescimento das exportações neste primeiro semestre de 2011 (3,4 p.p e 3,3 p.p., respetivamente). As exportações de mercadorias para a França cresceram, em termos homólogos, 22,3%, contribuindo com 2,7 p.p. para o crescimento das exportações. As exportações para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 6,8%.

¹ Os dados recentemente divulgados para o mês de junho de 2011 correspondem a uma primeira versão preliminar.

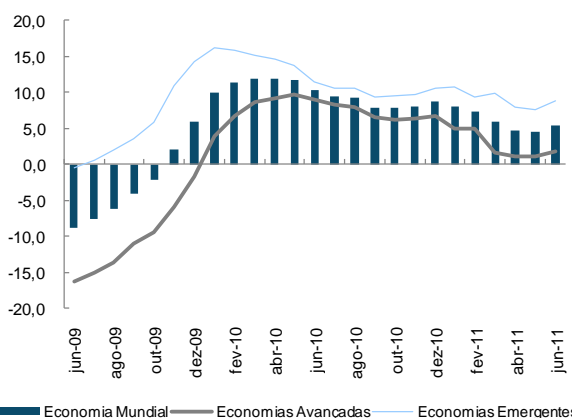
- * Entre janeiro e junho de 2011, as exportações para os Países Terceiros cresceram, em termos homólogos, 17,4%, evidenciando-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+119,1%), China (+41,2%) e Brasil (+38,8%). As exportações para Angola cresceram 10,4%, contribuindo positivamente para o crescimento das exportações (+0,5 p.p.).
- * Entre janeiro e junho de 2011, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 17,6% relativamente a igual período do ano passado. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica (alta + baixa) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (11,6 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de maio de 2011, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo positivo de 15,4% entre janeiro e maio. A componente de Bens continuou a crescer a uma taxa superior à da dos Serviços (17,4% e 10,6%, respetivamente). A componente de Bens continua a ser a que mais contribui para o crescimento do total das Exportações (+12,2 p.p.). As Importações de Bens e Serviços cresceram a uma taxa inferior (9,3%), sendo também a componente de Bens (+8,4 p.p.) a que mais contribuiu para este comportamento.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

A produção industrial mundial abrandou no 2.º trimestre de 2011 para 4,9% em termos homólogos (7,1% no 1.º trimestre), abrangendo tanto as economias avançadas como as economias emergentes, embora tenha sido mais acentuado para o 1.º caso. Porém, no mês de junho, assistiu-se a uma aceleração deste indicador, mais significativo para as economias emergentes, o qual continuou com um crescimento robusto.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



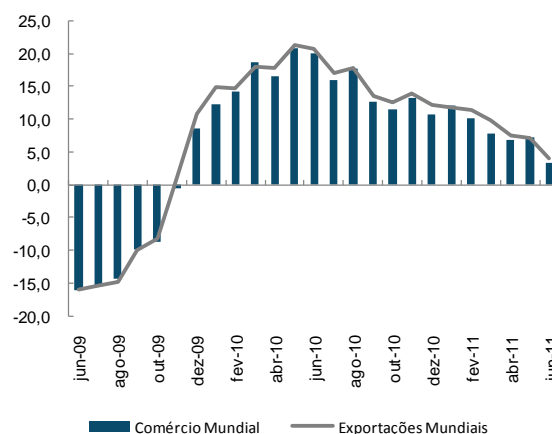
Fonte: CPB.

No 2.º trimestre de 2011, o comércio mundial de mercadorias registou um abrandamento, tendência que se estendeu tanto ao nível das importações como das exportações mundiais.

De facto, neste período e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial cresceu 5,8% (10% no 1.º trimestre);
- as importações e as exportações mundiais também desaceleraram para 5,3% (9% no 1.º trimestre) e para 6,2% (10,9% no 1.º trimestre), respetivamente.

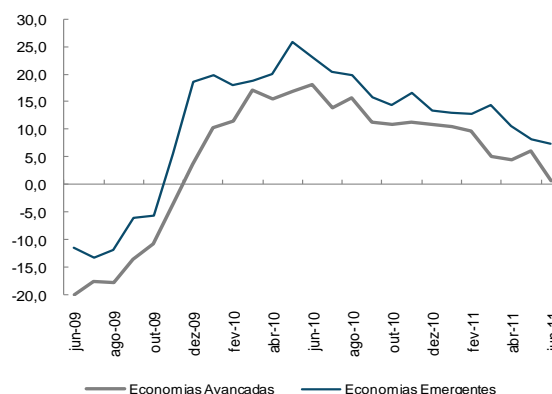
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A desaceleração das exportações abrangeu tanto as economias avançadas (devido à quebra significativa do Japão) como as economias emergentes, tendo neste último caso sido particularmente acentuado para os países asiáticos. Relativamente ao menor crescimento das importações mundiais, foram as economias avançadas que registaram uma desaceleração mais acentuada, com destaque para um abrandamento mais pronunciado nos EUA e na área do euro.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

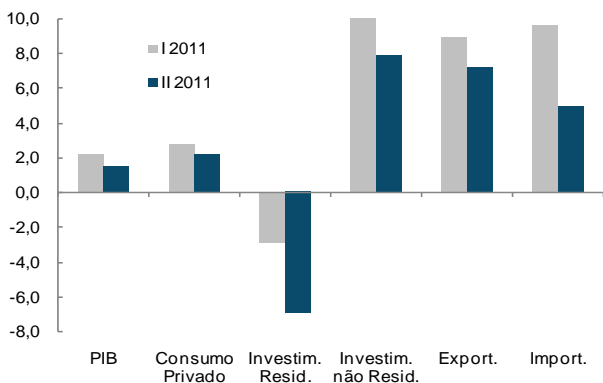
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | 2011 | | 2011 | | | |
|---------------------------------------|---------|-------|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | mar | abr | mai | jun |
| Índice de Produção Industrial Mundial | VH | CPB | 9,9 | 11,3 | 8,9 | 8,3 | 7,1 | 4,9 | 5,9 | 4,7 | 4,5 | 5,5 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | 7,4 | 9,3 | 7,6 | 6,5 | 3,9 | 1,4 | 1,6 | 1,1 | 1,1 | 1,8 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 12,2 | 13,3 | 10,2 | 9,9 | 10,0 | 8,1 | 9,9 | 7,9 | 7,6 | 8,8 |
| Comércio Mundial de Mercadorias | VH | CPB | 15,3 | 19,1 | 15,4 | 11,8 | 10,0 | 5,8 | 7,8 | 6,8 | 7,2 | 3,3 |
| Importações Mundiais | VH | CPB | 14,4 | 18,3 | 14,7 | 10,7 | 9,0 | 5,3 | 5,9 | 6,0 | 7,3 | 2,6 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | 11,3 | 16,2 | 13,0 | 9,4 | 7,9 | 2,6 | 4,3 | 4,8 | 4,8 | -1,6 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 18,0 | 20,9 | 16,7 | 12,1 | 10,1 | 8,2 | 7,6 | 7,2 | 10,0 | 7,3 |
| Exportações Mundiais | VH | CPB | 16,1 | 19,9 | 16,1 | 12,9 | 10,9 | 6,2 | 9,7 | 7,5 | 7,2 | 4,0 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | 13,6 | 16,9 | 13,7 | 11,0 | 8,3 | 3,7 | 5,0 | 4,4 | 6,1 | 0,6 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 18,7 | 22,9 | 18,6 | 14,7 | 13,4 | 8,7 | 14,5 | 10,6 | 8,3 | 7,3 |

Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB desacelerou para 1,5% em termos homólogos reais no 2.º trimestre de 2011 em resultado sobretudo do abrandamento da procura interna, nomeadamente do investimento privado. O menor crescimento do consumo privado para 2,2% (2,8% no 1.º trimestre), foi influenciado, em parte, pelo impacto da subida dos preços de energia no rendimento disponível das famílias. Assim, o contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB tornou-se positivo, enquanto o contributo da procura interna teve uma diminuição significativa, apesar de continuar positivo.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

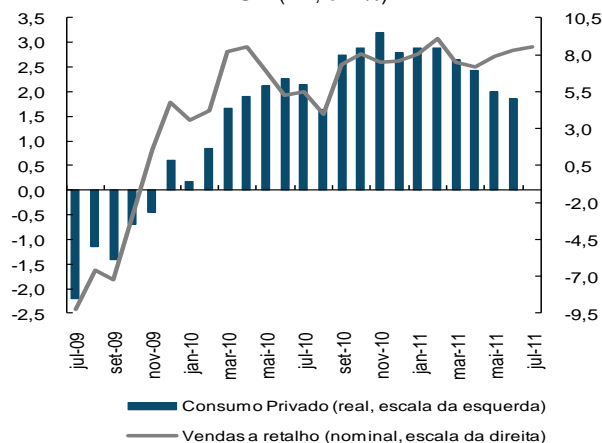


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Em julho de 2011, assistiu-se, nos EUA, a uma diminuição da generalidade dos indicadores de confiança, nomeadamente da indústria e dos consumidores; enquanto os indicadores quantitativos apresentaram uma evolução similar à do mês precedente. Assim, em termos homólogos:

- a produção industrial aumentou para 3,8% (3,7% em junho);
- as vendas a retalho registaram um crescimento de 8,5% em termos nominais (8,3% em junho);
- a taxa de desemprego desceu para 9,1% (9,2% em junho);
- a taxa de inflação manteve-se em 3,6%.

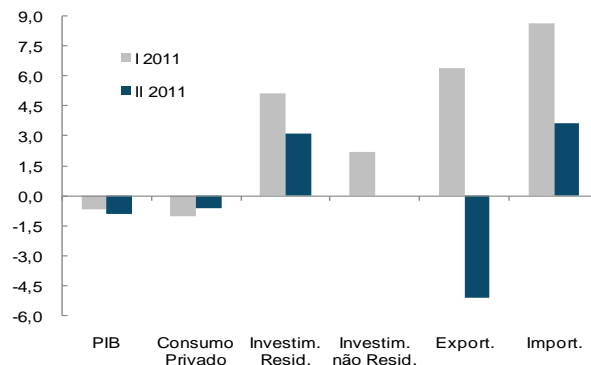
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 2.º trimestre de 2011, a atividade económica do **Japão** continuou a contrair-se em resultado dos efeitos do terramoto registado em março. Com efeito, o PIB diminuiu 0,9% em termos homólogos reais (-0,7% no 1.º trimestre), com destaque para a forte quebra verificada nas exportações.

Figura 1.6. PIB e componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

A atividade económica da **China** manteve-se robusta em julho, embora alguns indicadores tivessem apresentado um abrandamento. Nesse mês e em termos homólogos nominais: a produção industrial desacelerou para 14% (15,1% em junho); as vendas a retalho aumentaram 17,2% (17,7% em junho) e as exportações cresceram 20,4% (17,9% em junho).

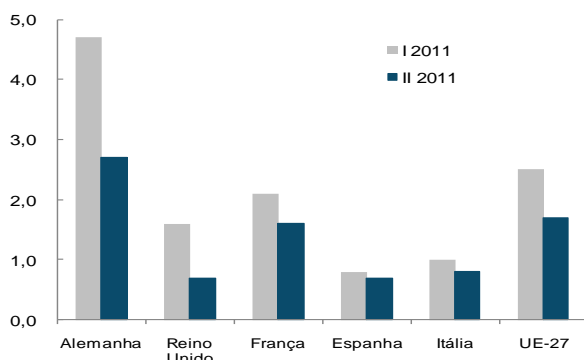
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | 2011 | | 2011 | | | |
|---|---------|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | abr | mai | jun | jul |
| EUA – PIB real | VH | BEA | 3,0 | 3,3 | 3,5 | 3,1 | 2,2 | 1,5 | - | - | - | - |
| Índice de Produção Industrial | VH | BGFRS | 5,3 | 6,5 | 6,9 | 6,3 | 5,4 | 3,9 | 4,6 | 3,4 | 3,7 | 3,8 |
| Índice ISM da Indústria Transformadora | % | ISM | 57,3 | 57,6 | 55,2 | 57,9 | 61,1 | 56,4 | 60,4 | 53,5 | 55,3 | 50,9 |
| Índice ISM dos Serviços | % | " | 57,4 | 58,7 | 55,5 | 60,3 | 63,7 | 53,6 | 53,7 | 53,6 | 53,4 | 56,1 |
| Indicador de Confiança dos Consumidores | SRE | Michigan | 71,8 | 73,9 | 68,3 | 71,3 | 73,1 | 71,9 | 69,8 | 74,3 | 71,5 | 63,7 |
| Taxa de Desemprego | % | BLS | 9,6 | 9,6 | 9,6 | 9,6 | 8,9 | 9,1 | 9,0 | 9,1 | 9,2 | 9,1 |
| China – PIB real | VH | NBSC | 10,3 | 10,3 | 9,6 | 9,8 | 9,7 | 9,5 | - | - | - | - |
| Exportações | VH | MC | 31,3 | 41,0 | 32,5 | 25,2 | 25,3 | 22,4 | 29,9 | 19,4 | 17,9 | 20,4 |
| Japão – PIB real | VH | COGJ | 4,0 | 3,3 | 4,8 | 2,5 | -0,7 | -0,9 | - | - | - | - |

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2011, tanto o PIB da União Europeia (UE) como o da área do euro (AE) aumentou 1,7% em termos homólogos reais (2,5% em ambas no 1.º trimestre). De entre as principais economias, destaca-se o abrandamento significativo registado na Alemanha, Suécia e Reino Unido.

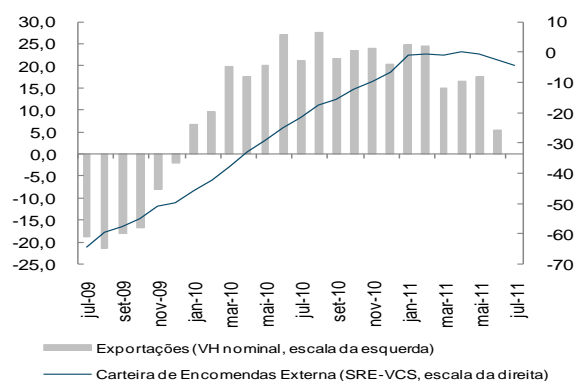
Figura 1.7. PIB da União Europeia (VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro no decurso do 2.º trimestre indicam um abrandamento da produção industrial e das vendas a retalho. Relativamente às exportações, estas também desaceleraram neste período, tendo registado um crescimento de 13% em termos homólogos nominais (21% no 1.º trimestre).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

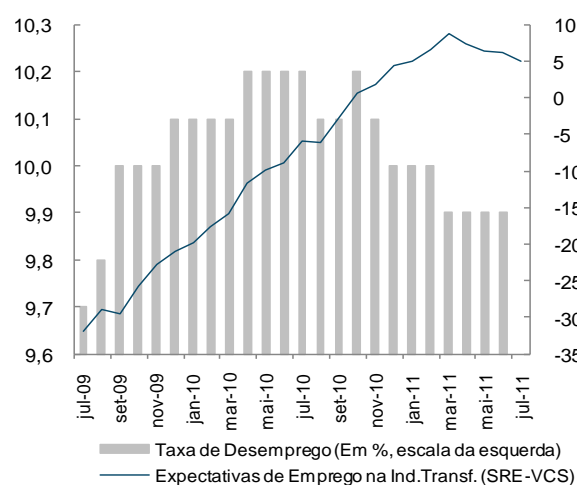
| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | 2011 | | 2011 | | | |
|-----------------------------------|---------|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | abr | mai | jun | jul |
| União Europeia (UE-27) – PIB real | VH | Eurostat | 1,8 | 2,0 | 2,2 | 2,1 | 2,5 | 1,7 | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 101,7 | 100,4 | 103,0 | 105,3 | 106,9 | 105,0 | 105,1 | 105,4 | 104,6 | 102,4 |
| Área do Euro (AE-17) – PIB real | VH | Eurostat | 1,8 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,5 | 1,7 | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 100,9 | 99,2 | 102,3 | 105,7 | 107,4 | 105,7 | 106,1 | 105,5 | 105,4 | 103,2 |
| Índice de Produção Industrial | VH | Eurostat | 7,5 | 9,3 | 7,3 | 8,1 | 6,5 | 4,1 | 5,2 | 4,2 | 3,1 | : |
| Índice de Vendas a Retalho | VH real | " | 0,8 | 0,7 | 1,3 | 0,7 | 0,0 | -0,5 | 0,7 | -1,7 | -0,5 | : |
| Taxa de Desemprego | % | " | 10,1 | 10,2 | 10,1 | 10,1 | 10,0 | 9,9 | 9,9 | 9,9 | 9,9 | : |
| IHPC | VH | " | 1,6 | 1,6 | 1,7 | 2,0 | 2,5 | 2,8 | 2,8 | 2,7 | 2,7 | 2,5 |

Em julho de 2011, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na UE como na AE, prosseguindo a tendência descendente registada nos últimos meses, em resultado da deterioração de todos os indicadores de confiança, com exceção dos empresários da construção para a UE.

Em junho de 2011, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, tendo-se mantido em 9,9% e em 9,4%, respetivamente.

Em julho de 2011, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os sectores da indústria transformadora, comércio a retalho e construção; enquanto melhoraram para os serviços.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



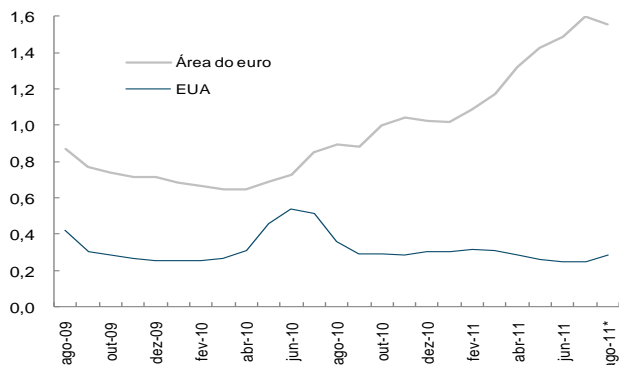
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em julho de 2011, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 2,5% (2,7%, nos dois meses precedentes) e manteve-se em 2,3% em termos de variação dos últimos 12 meses. A diminuição da taxa de inflação homóloga refletiu sobretudo a desaceleração do preço dos bens industriais não energéticos a qual teve um valor nulo em julho (0,9% em junho).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em agosto e até ao dia 24, as taxas de juro de curto prazo diminuirão ligeiramente na área do euro, invertendo a tendência ascendente registada desde fevereiro, situando-se em 1,56% (1,6%, em média, em julho); enquanto nos EUA subiram para 0,29% (0,25%, em média, em julho).

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em julho, verificou-se uma subida das taxas de juro de longo prazo na área do euro, pelo 2.º mês consecutivo, enquanto se manteve inalterada nos EUA. Neste período, os mercados financeiros foram fortemente influenciados pelo aumento da incerteza relacionada com a perspetiva de um crescimento económico mundial mais fraco. Assistiu-se também a um aumento do risco de dívida soberana na área do euro e os receios de contágio para países da AE, como a Itália e a Espanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

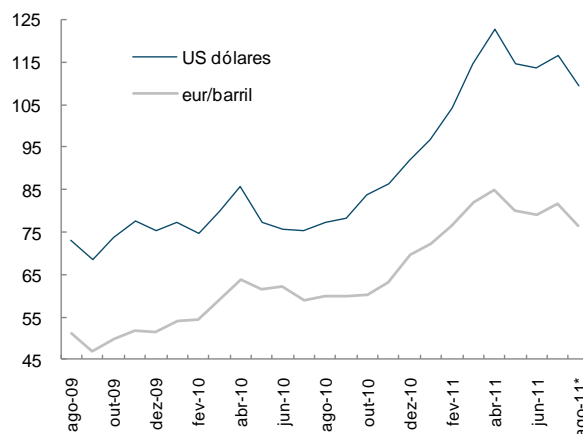


Fonte: Banco de Portugal. Para agosto, o valor é do dia 24

Após uma depreciação do euro face ao dólar em julho, este tem vindo a registar uma ligeira apreciação no decurso do mês de agosto, onde atingiu, em média, 1,43, entre os dias 1 e 24. Para esta evolução tem contribuído, em parte, a expectativa de um crescimento mais fraco dos EUA, o qual se encontra associado à necessidade de correção de elevados desequilíbrios existentes ao nível das finanças públicas e do défice externo.

Em agosto, e até dia 24, o preço do petróleo *Brent* desceu para se situar, em média, em 109 USD/bbl (76 €/bbl), podendo estar relacionado com a perspetiva de um crescimento económico mundial mais fraco e com a possibilidade de um aumento da oferta por parte de alguns países produtores de petróleo.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

Em julho de 2011, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou ligeiramente, tendo aumentado 30% em termos homólogos (31% em junho), devido sobretudo à desaceleração dos preços dos produtos alimentares.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | 2011 | | 2011 | | | |
|--|----------|-----------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | abr | mai | jun | jul |
| Taxa Euribor a 3 meses* | % | BP | 1,01 | 0,77 | 0,89 | 1,01 | 1,23 | 1,55 | 1,39 | 1,43 | 1,55 | 1,61 |
| Yield OT 10 anos – EUA** | % | Eurostat | 3,21 | 3,49 | 2,79 | 2,86 | 3,46 | 3,21 | 3,46 | 3,17 | 3,00 | 3,00 |
| Yield OT 10 anos – Área do euro** | % | " | 3,62 | 3,60 | 3,44 | 3,75 | 4,34 | 4,54 | 4,58 | 4,50 | 4,53 | 4,67 |
| Taxa de Câmbio* | Eur/USD | BP | 1,336 | 1,227 | 1,365 | 1,336 | 1,421 | 1,445 | 1,486 | 1,439 | 1,445 | 1,426 |
| Dow Jones* | VC | Yahoo | 11,0 | -10,0 | 10,4 | 7,3 | 6,4 | 0,8 | 4,0 | -1,9 | -1,2 | -2,2 |
| DJ Euro Stoxx50* | VC | " | -5,8 | -12,2 | 6,8 | 1,6 | 4,2 | -2,1 | 3,4 | -5,0 | -0,5 | -6,3 |
| Spot do Petróleo Brent em USD/bbl** | USD/bbl | DGEG | 80,21 | 79,53 | 76,87 | 87,23 | 105,15 | 117,04 | 122,68 | 114,66 | 113,77 | 116,49 |
| Spot do Petróleo Brent em USD/bbl** | VH | " | 28,4 | 33,5 | 11,4 | 15,5 | 36,2 | 47,2 | 43,2 | 48,5 | 50,2 | 54,8 |
| Spot do Petróleo Brent em euros/bbl** | VH | DGEG e BP | 34,9 | 43,1 | 23,4 | 25,8 | 37,7 | 30,2 | 33,0 | 30,0 | 27,5 | 38,6 |
| Preço Relativo do Petróleo em euros*** | 1979=100 | GEE | 59,8 | 61,2 | 60,6 | 62,0 | 73,9 | 82,0 | 84,9 | 84,1 | 77,1 | : |

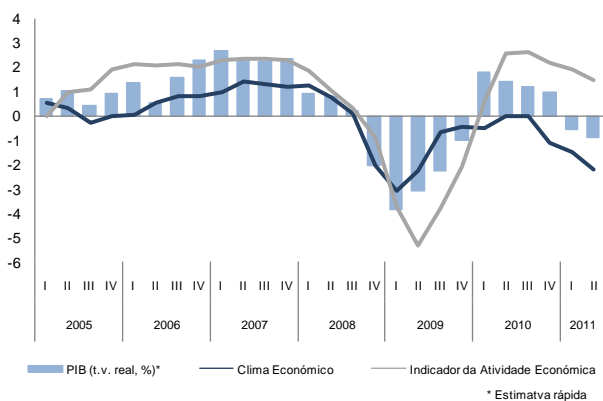
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 2.º trimestre de 2011, a estimativa rápida do INE aponta para uma contração do PIB de 0,9% em termos homólogos reais, superior em 0,3 p.p. face ao trimestre precedente. Também o Indicador de Atividade Económica desacelerou no 2.º trimestre, à semelhança do que vem acontecendo nos últimos trimestres. No mês de julho o indicador de clima económico continuou a agravar-se, seguindo a trajetória descendente iniciada na 2.ª metade de 2010.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica

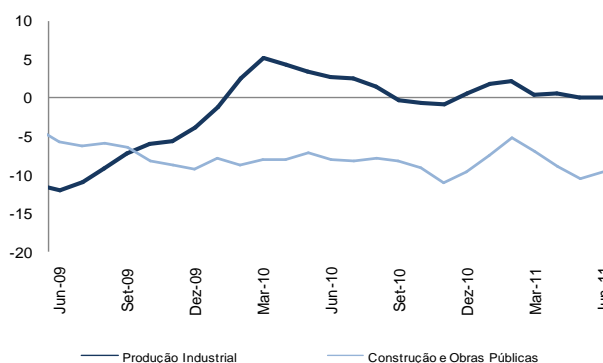


Fontes: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 2.º trimestre mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios desaceleraram para 0,1% e 7,7% (0,5% e 10,1% no 1.º trimestre, respetivamente).
- o índice de produção na construção e obras públicas agravou a quebra para 9,5% (-6,9% no 1.º trimestre de 2011).
- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras de 6,4% e 5%, respetivamente, o que corresponde a um agravamento de 2,9 e 0,2 p.p., respetivamente, face ao trimestre anterior.

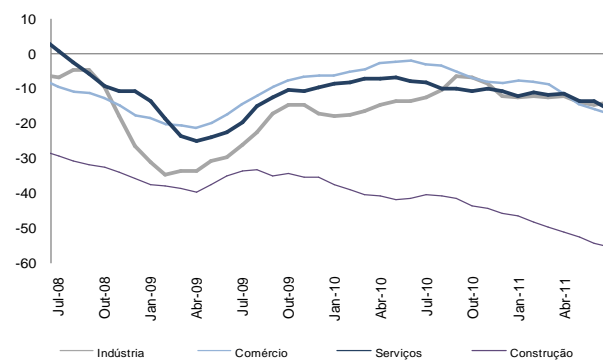
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No mês de julho registou-se um agravamento dos indicadores de confiança em todos os sectores, com exceção da indústria transformadora. Em termos sectoriais, foi nos serviços que se verificou a quebra mais acentuada e a construção voltou atingir um novo mínimo desde 1997.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

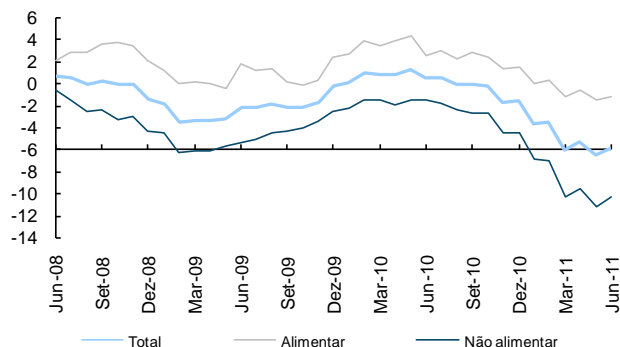
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | 2011 | | 2011 | | | |
|--|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | abr | mai | jun | jul |
| PIB – CN Trimestrais | VH Real | INE | 1,2 | 1,4 | 1,2 | 1,0 | -0,6 | -0,9 | : | : | : | : |
| Indicador de Clima Económico | SRE-VE | " | -0,4 | 0,0 | 0,0 | -1,1 | -1,5 | -2,2 | -1,8 | -2,0 | -2,2 | -2,3 |
| Indicador de Confiança da Indústria | SRE-VCS | " | -12,1 | -13,4 | -6,4 | -12,2 | -12,4 | -14,8 | -12,2 | -14,7 | -17,5 | -9,8 |
| Indicador de Confiança do Comércio | " | " | -5,0 | -1,9 | -5,2 | -8,5 | -8,8 | -15,9 | -15,7 | -16,4 | -15,5 | -20,0 |
| Indicador de Confiança dos Serviços | " | " | -8,9 | -7,9 | -9,9 | -10,7 | -11,6 | -13,5 | -13,5 | -14,3 | -12,7 | -21,1 |
| Indicador de Confiança da Construção | " | " | -42,2 | -41,3 | -41,3 | -45,6 | -49,9 | -54,4 | -52,4 | -54,6 | -56,1 | -56,1 |
| Índice de Produção Industrial – Ind. Transf. | VH | " | 2,0 | 2,7 | -0,2 | 0,7 | 0,5 | 0,1 | 2,3 | -0,1 | -1,7 | : |
| Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf. | " | " | 9,3 | 10,4 | 7,6 | 8,5 | 10,1 | 7,7 | 7,6 | 8,7 | 6,9 | : |
| Índice de Volume de Negócios - Serviços | " | " | 2,6 | 5,1 | 1,3 | 2,5 | -3,4 | -6,4 | -6,1 | -3,1 | -9,7 | : |

Consumo Privado

No índice de volume de negócios no comércio a retalho no trimestre terminado em junho, verificou-se uma redução de 6% em termos homólogos, uma melhoria de 0,6 p.p. face ao mês anterior. Este comportamento foi similar quer na categoria dos bens alimentares quer na dos não alimentares, em que se observou uma melhoria de 0,3 p.p. em relação a maio, com decréscimos de 1,2% e 10,3%, respetivamente.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

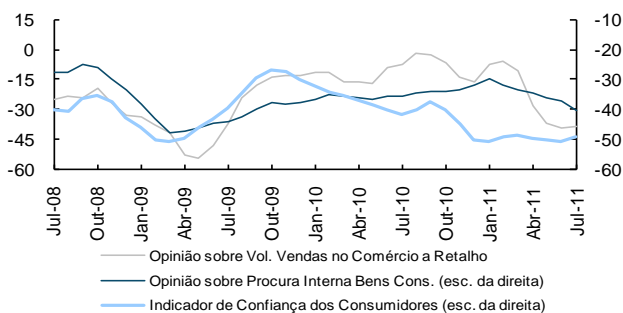


Fonte: INE.

No mês de julho registou-se uma diminuição na confiança dos empresários do comércio a retalho, e as opiniões dos empresários relativos à procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria apresentaram-se mais negativas. No entanto, considerando os últimos 3 meses constata-se uma ligeira melhoria face ao apurado no final do 2.º trimestre.

O índice de confiança dos consumidores apresentou uma estabilização pelo 3.º mês consecutivo, apresentando uma melhoria face ao 2.º trimestre quando considerados os últimos 3 meses.

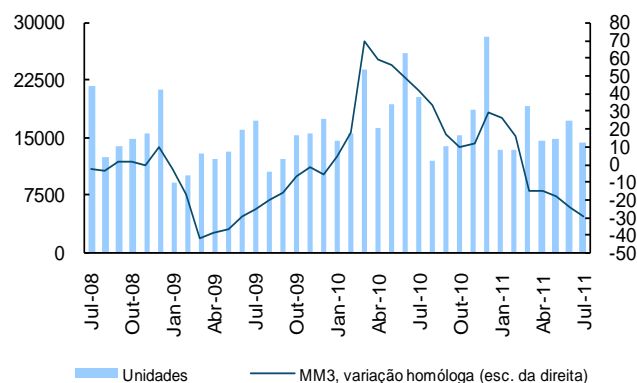
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

As vendas de veículos totalizaram em julho aproximadamente 14 mil veículos, representando uma quebra de 29,7% em termos homólogos.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

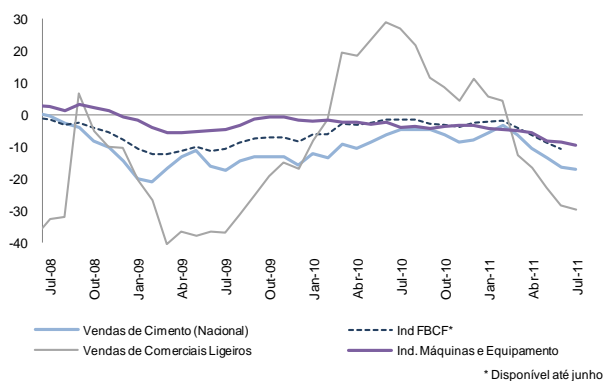
| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | 2011 | | 2011 | | | |
|--|---------|-------|------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | Abr | Mai | Jun | Jul |
| Consumo Privado - CN Trimestrais | VH real | INE | 2,3 | 3,1 | 2,0 | 1,1 | -2,1 | - | - | - | - | - |
| Indicador de Confiança dos Consumidores | SRE-VE | " | -41 | -40 | -37 | -50 | -48 | -51 | -54 | -49 | -49 | -49 |
| Volume de Vendas no Comércio a Retalho | VH | " | -11 | -9 | -3 | -16 | -11 | -39 | -40 | -41 | -36 | -38 |
| Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho* | VH | " | -0,2 | 0,4 | -0,1 | -1,7 | -6,1 | -6,0 | -4,6 | -7,5 | -5,8 | - |
| Bens alimentares | VH | " | 2,5 | 2,6 | 2,7 | 1,4 | -1,2 | -1,2 | -0,2 | -2,3 | -1,1 | - |
| Bens não alimentares | VH | " | -2,5 | -1,4 | -2,7 | -4,5 | -10,4 | -10,3 | -8,6 | -12,3 | -10,1 | - |
| Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros** | VH | ACAP | 38,8 | 48,8 | 16,1 | 28,9 | -15,2 | -24,7 | -11,1 | -23,5 | -34,1 | -29,7 |
| Importações de bens de consumo*** | VH | INE | 2,3 | 6,5 | 0,0 | 3,0 | 2,6 | -2,9 | -1,4 | 2,1 | -9,0 | - |

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

No trimestre terminado em julho, os dados disponíveis sugerem a continuação do agravamento do comportamento do investimento em resultado de uma deterioração da evolução de todas as suas componentes. Os dados relativos ao indicador de FBCF agora disponíveis para o 2.º trimestre, mostram uma quebra acentuada face ao 1.º trimestre (10,6% face a 4,2%).

Figura 2.7. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)

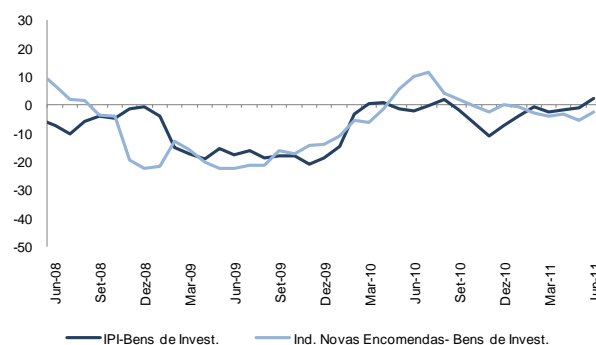


Fonte: INE.

No trimestre terminado em julho, os dados disponíveis mostram que:

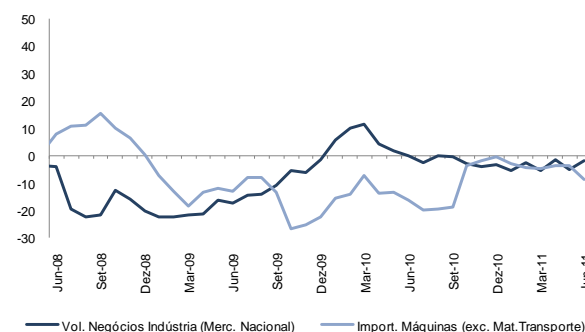
- as vendas de cimento acentuaram a quebra para 17,1% (-16,3% no 2.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra de 29,7% (-28,3% no 2.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, acentuaram a trajetória descendente que têm vindo a registar.

Figura 2.8. Produção de Bens de Investimento para o Mercado Nacional
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

No 2.º trimestre as licenças de construção de fogos e as importações de bens de capital excepto material de transporte, acentuaram o perfil descendente com quebras de 39% e 8,7%, respetivamente, face a -25% e 4,5% no 1.º trimestre. Já o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou uma quebra menor (-1,9% face a -5,2% no 1.º trimestre). Também a produção industrial de bens de investimento e o índice de novas encomendas de bens de investimento para o mercado nacional recuperaram para 2,4% e -2,6% (-2,6% e -3,9% no trimestre anterior, respetivamente).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

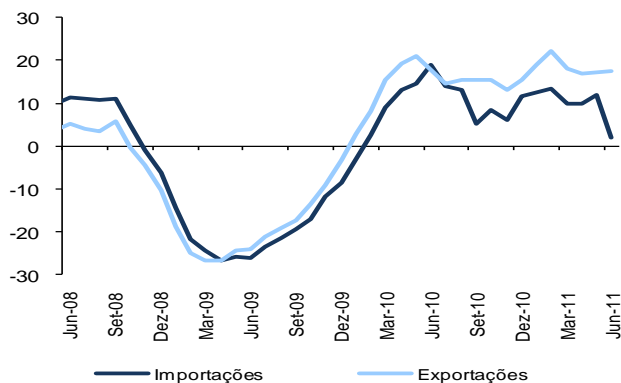
| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | 2011 | | 2011 | | | |
|---|---------|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | abr | mai | jun | jul |
| FBCF – CN Trimestrais | VH Real | INE | -4,9 | -5,4 | -7,5 | -4,0 | -6,8 | : | : | : | : | : |
| Indicador de FBCF | SRE-VE | " | -3,1 | -1,4 | -2,9 | -2,6 | -4,2 | -10,6 | -6,4 | -8,6 | -10,6 | : |
| Vendas de Cimento | VH | SECIL e CIMPOR | -7,0 | -6,1 | -4,7 | -8,0 | -6,1 | -16,3 | -18,1 | -13,0 | -17,9 | -20,3 |
| Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros | VH | ACAP | 17,4 | 29,0 | 11,6 | 11,4 | -12,6 | -28,3 | -27,3 | -26,8 | -30,8 | -31,7 |
| Vendas de Veículos Comerciais Pesados | VH | " | -6,9 | -3,5 | -10,7 | 39,9 | 34,1 | -2,6 | 37,5 | -8,7 | -32,3 | -43,7 |
| Volume Vendas Bens de Investimento* | SRE-VE | INE | -28,3 | -32 | -29 | -20,0 | -21,9 | -43,6 | -38,2 | -50,2 | -42,4 | -44,2 |
| Licenças de Construção de fogos | VH | " | -8,2 | 5,1 | -7,0 | -16,0 | -25,0 | -39,0 | -41,5 | -38,6 | -36,8 | : |
| Importações de Bens de Capital** | VH | " | -10,6 | -16,1 | -18,7 | -0,4 | -4,5 | -8,7 | 0,0 | -5,4 | -19,3 | : |
| Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.*** | VH | " | -6,1 | -0,1 | -0,5 | -3,2 | -5,2 | -1,9 | -6,0 | -3,2 | 3,3 | : |

* no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

No 2.º trimestre de 2011, os dados relativos ao comércio internacional de bens, mostram que, em termos nominais, as exportações continuaram a registar um elevado crescimento, embora tenham desacelerado ligeiramente face ao 1.º trimestre (17,4% face a 17,9%). Por sua vez, as importações registaram uma forte desaceleração (1,9% face a 9,7%), refletindo, em parte, o efeito base associado ao forte crescimento verificado no período homólogo, em resultado da importação de material militar.

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

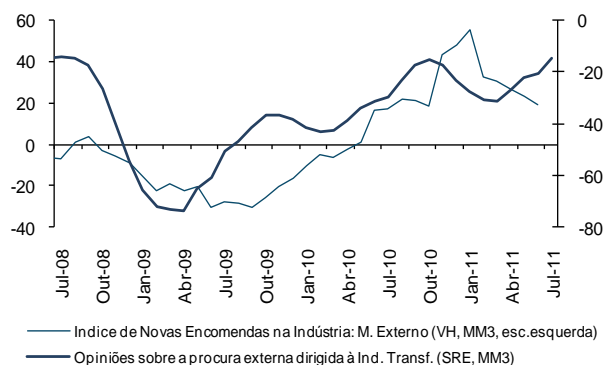


Fonte: INE.

Verificou-se, em ambos os casos, um crescimento significativo da componente extracomunitária que, no caso das importações, acelerou para 16,6% e nas exportações para 21,6% (face a 9,1% e 12,9%, no 1.º trimestre, para as importações e exportações, respetivamente).

No 2.º trimestre, e apesar de continuarem a registar crescimentos elevados, as novas encomendas à indústria do mercado externo continuam a acentuada desaceleração iniciada no início do ano (19,4% face a 30,6% no 1.º trimestre). Já as opiniões sobre a procura externa na indústria continuam, no trimestre terminado em julho, a recuperar face ao 2.º trimestre.

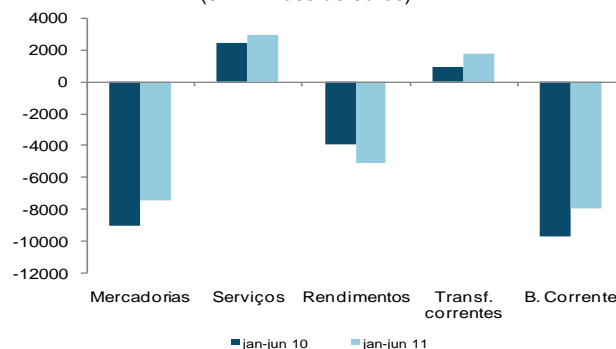
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

No 1.º semestre de 2011, o défice acumulado da balança corrente foi de 8 003 milhões de euros, o que se traduz numa redução de 1 757 milhões de euros face a igual período do ano anterior. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, com exceção da balança de rendimentos. A maior recuperação registou-se na balança de bens, cujo défice diminuiu 1 590 milhões de euros em termos homólogos.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 1 979 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo face a igual período do ano anterior

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

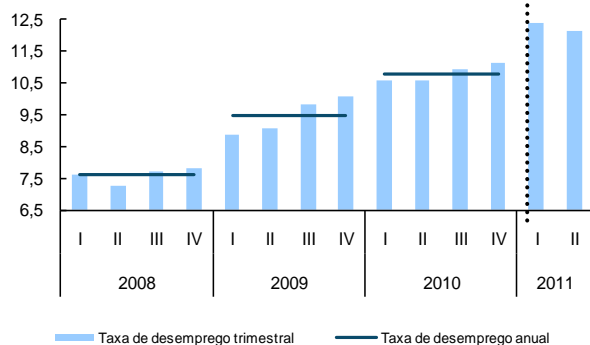
| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | | 2011 | | | | |
|--|---------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | 1T | 2T | 3T | 4T | 1T | fev | mar | abr | maí |
| Exportações (B&S) - CN Trimestrais | VH real | INE | 8,8 | 9,2 | 9,6 | 8,6 | 7,8 | 8,5 | : | : | : | : |
| Importações (B&S) - CN Trimestrais | VH real | " | 5,1 | 6,2 | 9,7 | 1,3 | 3,8 | -0,8 | : | : | : | : |
| Saldo de bens e serviços | % PIB | " | 7,2 | 7,0 | 8,2 | 6,0 | 7,5 | 5,5 | : | : | : | : |
| Necessid. de financiamento da economia | % PIB | " | -8,4 | -9,3 | -9,5 | -8,3 | -6,6 | -6,7 | : | : | : | : |
| Saídas de mercadorias | VH nom | " | 16,0 | 15,4 | 17,7 | 15,5 | 15,3 | 17,8 | 21,9 | 12,9 | 15,6 | 21,1 |
| Entradas de mercadorias | VH nom | " | 11,0 | 8,9 | 18,9 | 5,1 | 11,5 | 9,4 | 9,6 | 8,1 | 10,2 | 14,2 |

| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | 2011 | | Var. Acumulada |
|-------------------------------------|-----------------------|-------|---------|-------|---------|-------|---------|----------------|
| | | | | mai | jan-mai | mai | jan-mai | |
| Saldo Balança Corrente e de Capital | 10 ⁶ euros | BP | -15 143 | -1924 | -6 886 | -1557 | -5 053 | 1833 |
| Saldo Balança de Bens | " | " | -17 931 | -1474 | -6 879 | -1459 | -6 498 | 381 |
| Saldo Balança de Serviços | " | " | 6 709 | 571 | 1946 | 583 | 2 373 | 427 |
| Saldo Balança de Rendimentos | " | " | -8 037 | -1302 | -3 044 | -1013 | -2 794 | 249 |
| Saldo Balança de Transf. Correntes | " | " | 2 175 | 64 | 650 | 266 | 1384 | 734 |

Mercado de Trabalho

No 2.º trimestre de 2011, de acordo com os dados do INE, a taxa de desemprego foi de 12,1%, uma redução de 0,3 p.p. face à taxa registada no 1.º trimestre de 2011. Assim sendo, a taxa de desemprego no primeiro semestre fixou-se nos 12,3%.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: INE.

Em valores absolutos observou-se uma redução de 14 mil desempregados face ao 1.º trimestre de 2011.

O emprego total apresentou no 2.º trimestre um crescimento de 0,6% em cadeia, mais 27 mil empregados. Esta evolução refletiu um contributo positivo de todos os sectores.

De acordo com os dados do IEFP os desempregados registados no final julho ascendiam a 524 mil, um decréscimo de 4,4% em termos homólogos, uma quebra 1,6 p.p. menor que a verificada em junho.

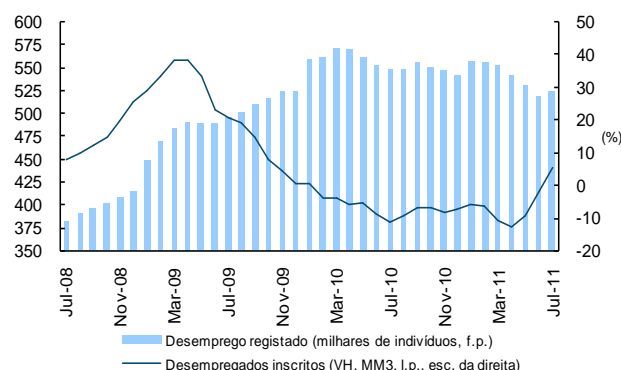
Em valores absolutos registou-se assim uma redução de 24 mil desempregados face a igual mês do ano anterior, mas um aumento de 5,4 mil em relação a junho de 2011.

O número de desempregados inscritos mensalmente cresceu 6,2% em julho, com a inscrição como desempregados nos centros de emprego de mais 3,2 mil pessoas que em igual mês do ano anterior.

Nas ofertas de emprego observou-se em julho uma forte redução de 26,3, 6,5 p.p. superior à registada em junho.

No mesmo período as colocações apresentaram um decréscimo de 17,2 %, um agravamento de 8,6 p.p. e, relação a junho.

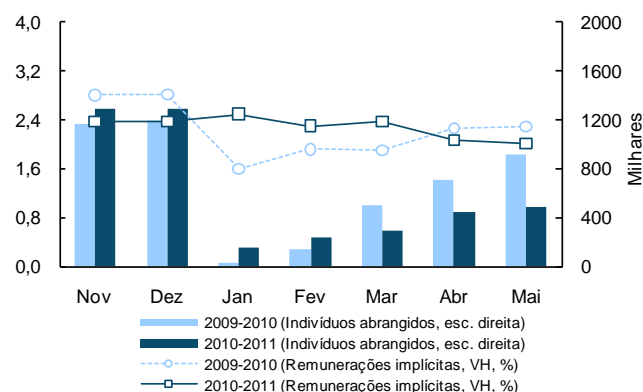
Figura 2.14. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Esta contração maior das colocações levou a que o rácio das colocações sobre as ofertas baixasse para os 56%.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MTSS.

Foram cerca de 600 mil os trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) até final de julho, uma quebra de 50,8% face igual período do ano anterior, com as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho a registarem um crescimento homólogo de 1,9%, 0,1 p.p. menos que em junho.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

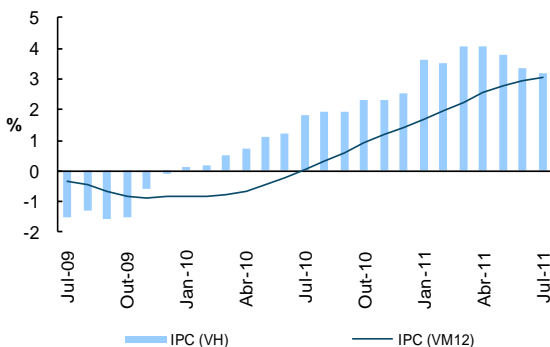
| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | | 2011 | | 2011 | | | |
|---|---------|----------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | Abr | Mai | Jun | Jul |
| Taxa de Desemprego | % | INE | 10,8 | 10,6 | 10,9 | 11,1 | 12,4 | 12,1 | - | - | - | - |
| Emprego Total | VH | " | -1,5 | -1,7 | -1,1 | -1,5 | -2,8 | -2,0 | - | - | - | - |
| Desemprego Registado (f.p.) | VH | IEFP | 3,3 | 12,7 | 8,9 | 3,3 | -3,5 | -6,0 | -5,0 | -5,4 | -6,0 | -4,4 |
| Desempregados Inscritos (l.p.) | VH | " | -6,7 | -9,1 | -6,8 | -7,5 | -11,0 | -2,2 | -14,6 | 5,0 | 4,7 | 6,2 |
| Ofertas de Emprego (l.p.) | VH | " | 4,9 | 18,1 | -0,3 | -12,4 | -10,3 | -23,8 | -28,5 | -23,0 | -19,7 | -26,2 |
| Contratação Coletiva | VHA | MTSS | 2,4 | 2,5 | 2,4 | 2,4 | 2,4 | 2,0 | 2,1 | 2,0 | 2,0 | 1,9 |
| Índice do Custo do Trabalho* – Portugal | VH | INE | 1,4 | 1,3 | -0,1 | 4,2 | 0,8 | -0,8 | - | - | - | - |
| Índice do Custo do Trabalho* – AE6 | VH | Eurostat | 1,5 | 1,6 | 1,0 | 1,5 | 2,6 | : | - | - | - | - |

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em julho o Índice de Preços no Consumidor (IPC) manteve a tendência de abrandamento já verificada nos 2 meses anteriores e apresentou uma taxa de variação homóloga de 3,2%, 0,2 p.p. inferior ao do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses do IPC de 3,1% neste mês, 0,2 p.p. superior à verificada em junho.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

Os transportes e a habitação, água e eletricidade foram as categorias que mais contribuíram para a subida no IPC, com aumentos de 8,1% e 4,8%, respetivamente. São ambas categorias onde se verifica um forte impacto do preço dos produtos energéticos que registaram um aumento de 10,7%

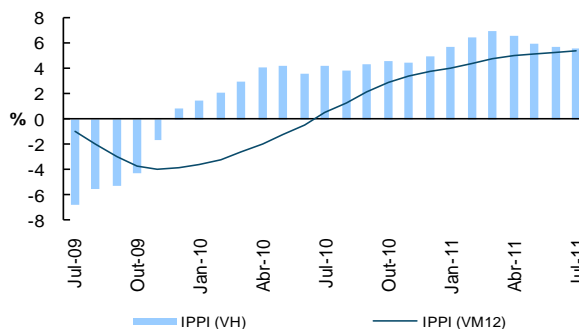
Os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, as bebidas alcoólicas e tabaco e a saúde foram outras categorias com impacto relevante na evolução dos preços, com aumentos de preços de 1,7%, 8,8% e 4,6%, respetivamente. A única categoria a apresentar uma contribuição negativa para o aumento do IPC foi novamente o calçado e vestuário, com uma redução de 6,9% dos preços em termos homólogos.

Os preços dos bens abrandaram pelo 3.º mês consecutivo, com um crescimento de 3,6%, menos 0,3 p.p. que no mês anterior. Os preços nos serviços cresceram 2,5%, 0,2 p.p. menos que em junho. O diferencial entre ambos baixou 0,1 p.p. para os 1,2 p.p..

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) diminuiu 0,2 p.p. em julho para os 2,1%. O diferencial face ao IPC total manteve-se nos 1,1 p.p..

No Índice de Preços na Produção Industrial observou-se em julho, pelo 4.º mês consecutivo um abrandamento no crescimento dos preços, com um aumento um aumento homólogo dos preços de 5,6%, menos 0,2 p.p. que no mês transacto. A variação média dos últimos 12 meses subiu 0,2 p.p. para os 5,5%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fontes: INE.

Os agrupamentos industriais dos produtos intermédios e na energia foram onde se verificaram os maiores aumentos, com crescimentos de 5,2% e 11,3%, respetivamente. Por secções os as maiores subidas registam-se na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio e nas Indústrias Transformadoras, 6,7% e 5,7%, respetivamente.

Em julho a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor para Portugal foi de 3%, 0,3 p.p. menor que no mês anterior. Também na área euro se verificou um abrandamento de 0,2 p.p. com um crescimento dos preços de 2,5%. Assim sendo, o diferencial entre ambas reduziu-se 0,1 p.p. para os 0,5 p.p..

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

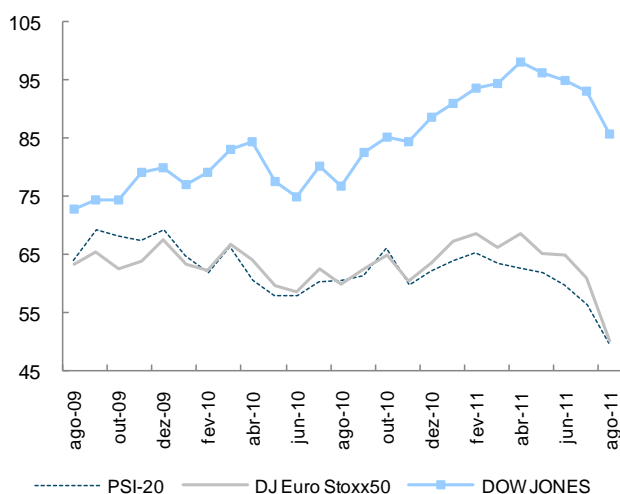
| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | 2011 | | | | | | |
|--|---------|----------|------|------|-----|------|-----|-----|-----|------|------|------|
| | | | | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul |
| Índice de Preços no Consumidor | VC | INE | : | 0,2 | 0,3 | 0,6 | 0,0 | 1,6 | 0,4 | -0,1 | -0,2 | -0,1 |
| Índice de Preços no Consumidor | VH | INE | : | 2,3 | 2,5 | 3,6 | 3,5 | 4,0 | 4,1 | 3,8 | 3,4 | 3,2 |
| Índice de Preços no Consumidor | VM 12 | " | 1,4 | 1,2 | 1,4 | 1,7 | 2,0 | 2,3 | 2,5 | 2,8 | 2,9 | 3,1 |
| IPC – Bens | VH | " | 1,7 | 3,0 | 3,4 | 4,4 | 4,4 | 4,8 | 4,8 | 4,6 | 3,9 | 3,6 |
| IPC – Serviços | " | " | 1,0 | 1,2 | 1,1 | 2,5 | 2,4 | 2,7 | 2,9 | 2,7 | 2,7 | 2,5 |
| IPC excl. aliment. não transf. e energéticos | " | " | 0,2 | 1,1 | 0,9 | 2,1 | 1,9 | 2,4 | 2,6 | 2,5 | 2,3 | 2,1 |
| Índice de Preços na Produção Industrial | VH | " | 3,7 | 4,5 | 4,9 | 5,8 | 6,5 | 7,0 | 6,6 | 6,0 | 5,8 | 5,6 |
| IHPC | " | " | 1,4 | 2,2 | 2,4 | 3,6 | 3,5 | 3,9 | 4,0 | 3,7 | 3,3 | 3,0 |
| Diferencial IHPC vs área do euro (VH) | p.p. | Eurostat | -0,2 | 0,3 | 0,2 | 1,3 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 1,0 | 0,6 | 0,5 |

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais apresentaram uma diminuição acentuada ao longo do mês de agosto de 2011, refletindo a perspetiva de um crescimento económico mundial mais fraco do que inicialmente previsto; a persistência dos riscos de dívida soberana na área do euro e o recente aumento do limite de endividamento público dos EUA.

Assim, em agosto e, em termos médios até ao dia 23, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* diminuíram 13,2% e 7%, respetivamente, face ao final de julho.

Figura 2.18. Índices Bolsistas
(abril 2007=100, fim do período)

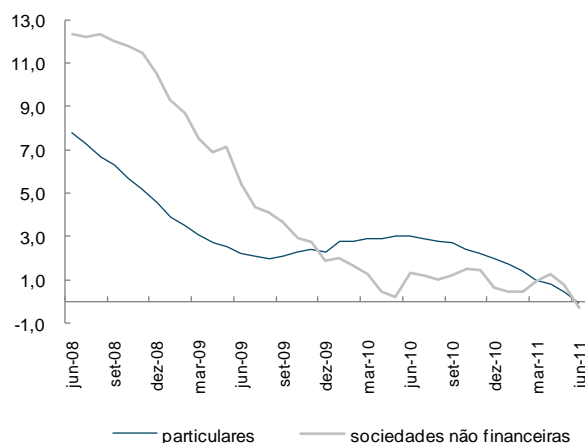


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para agosto, o valor é do dia 23.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20, também teve uma diminuição significativa. Em agosto e, em termos médios até ao dia 23, o índice PSI-20 desceu 10% face ao final do mês de julho.

Em junho de 2011, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -0,2% (+0,6% em maio). Para esta evolução contribuiu uma diminuição tanto do crédito dirigido às empresas como aos particulares.

Figura 2.19. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

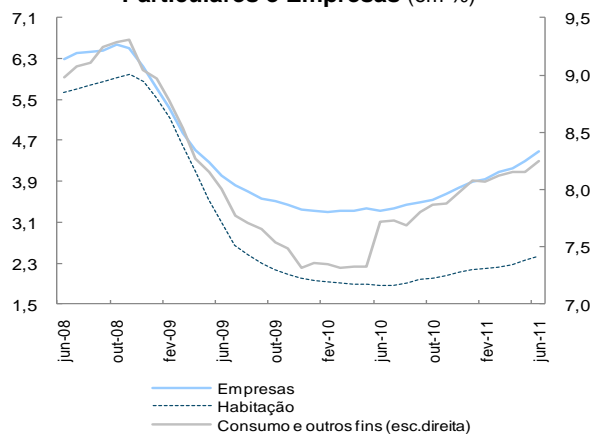


Fonte: Banco de Portugal.

Assim, dentro do segmento dos particulares, os empréstimos para a aquisição de habitação prosseguiram a tendência de desaceleração, tendo diminuído para 0,4% (0,9% em maio), enquanto o crédito destinado ao consumo manteve uma variação negativa para -2,5% (-2,4% em maio).

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido mais pronunciada para o último caso.

Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

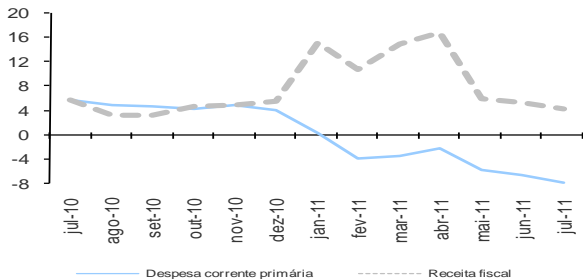
| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2010 | | 2011 | | | | | | |
|--|---------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | nov | dez | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul |
| Yield OT 10 anos PT* | % | IGCP | 6,6 | 7,1 | 6,6 | 6,9 | 7,4 | 8,4 | 9,5 | 9,7 | 9,6 | 10,6 |
| Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha* | p.b. | " | 365 | 439 | 365 | 379 | 424 | 511 | 624 | 672 | 665 | 803 |
| PSI 20* | VC | CMVM | -10,3 | -9,4 | 3,6 | 3,0 | 2,3 | -3,0 | -1,0 | -1,6 | -3,1 | -5,9 |
| Empréstimos a particulares: - para habitação | va** | BP | 2,4 | 2,7 | 2,4 | 2,2 | 1,9 | 1,6 | 1,3 | 0,9 | 0,4 | : |
| - para consumo | va** | " | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,4 | -0,1 | -1,0 | -1,5 | -2,4 | -2,5 | : |
| Empréstimos a empresas | va** | " | 0,7 | 1,5 | 0,7 | 0,4 | 0,4 | 1,0 | 1,3 | 0,8 | -0,3 | : |
| Taxa de Juro de empréstimos p/habitação* | % | " | 2,12 | 2,06 | 2,12 | 2,17 | 2,19 | 2,22 | 2,26 | 2,36 | 2,44 | : |
| Taxa de Juro de empréstimos p/empresas* | % | " | 3,77 | 3,64 | 3,77 | 3,88 | 3,95 | 4,08 | 4,15 | 4,30 | 4,49 | : |

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até julho, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 6686,8 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2243,2 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O défice primário foi de 3317,6 milhões de euros, menos 2574,6 milhões de euros do que o registado no mesmo período de 2010.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)



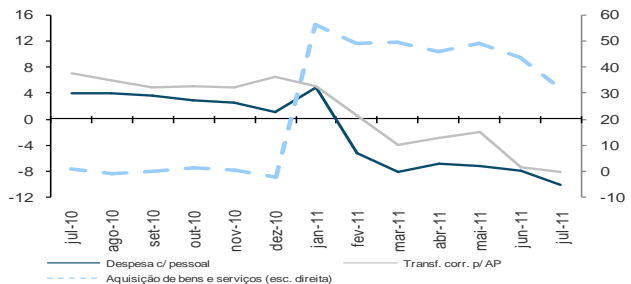
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao período homólogo de 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 4,3%, justificado pelo crescimento de 5,2% na receita dos impostos indiretos e de 3,0% dos impostos diretos. Nos impostos indiretos, esta variação é o resultado do crescimento da receita do IVA em 12,3%, refletindo a subida das taxas em 1 p.p. em julho de 2010 e da taxa normal em 2 p.p. em janeiro de 2011. Nos impostos diretos, o principal contributo é dado pela receita do IRC, que cresce 2,8%, em consequência do aumento de liquidações da primeira fase dos pagamentos por conta, sendo que o IRS aumentou 2,0%. A receita não fiscal registou um crescimento de 5,0%, justificada, principalmente, pelo recebimento da contribuição sobre o sector bancário contabilizada nas outras receitas corrente e pelo aumento das participações para a ADSE. Em sentido inverso, salienta-se o decréscimo dos rendimentos de propriedade justificado pela não entrega de dividendos pela Caixa Geral de Depósitos e pela diminuição da entrega do Banco de Portugal; e
- um decréscimo da despesa total em 4,8% e da despesa primária em 6,6%. Para este efeito contribuíram a diminuição das transferências correntes e de capital para as administrações públicas, em consequência da diminuição da transferência para Segurança Social, para o SNS e Administração Local e ainda pela inexistência

em 2011 da transferência para o IAPMEI relativa aos apoios à economia, das despesas com pessoal (-10,1% ou -6,3% expurgando o efeito da alteração metodológica¹), e, em menor grau, dos subsídios (-49,0%, justificada pela redução dos montantes de bonificação de juros à aquisição de habitação própria, pelo efeito base associado aos encargos com os apoios à instalação de painéis solares verificados em 2010 e ainda pela diminuição das indemnizações compensatórias). Em sentido contrário, verifica-se um aumento das outras transferências de capital, devido à regularização das responsabilidades do Estado a concessionárias de infraestruturas rodoviárias, dos juros e outros encargos (10,9%) e da rubrica aquisição de bens e serviços (31,6% ou -7,5% expurgando o efeito da alteração metodológica).

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de julho, a dívida direta do Estado situou-se em 169,9 mil milhões de euros, diminuindo 2464,5 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida refletiu essencialmente a emissão líquida negativa de Bilhetes do Tesouro (2405,5 milhões de euros) e de Certificados de Aforro (382,1 milhões de euros). Em sentido contrário, registou-se a emissão líquida positiva de outros títulos não transacionáveis (acordos de recompra). As flutuações cambiais contribuíram para o aumento do saldo da dívida em 116 milhões de euros.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado. (milhões de euros)

| | 30-jun-11 | | jul-11 | | |
|------------------------------|----------------|--------------|--------------|------------|----------------|
| | Saldo | Emissões | Amortiz. | Outros | Saldo |
| Transacionável | 129 592 | 1 676 | 4 336 | 38 | 126 970 |
| Bilhetes do Tesouro | 20 783 | 1 573 | 3 979 | 0 | 18 377 |
| Obrigações do Tesouro | 103 940 | 0 | 0 | 0 | 103 940 |
| Não Transacionável | 22 961 | 2 734 | 2 655 | -1 | 23 040 |
| Cert. de Aforro e do Tesouro | 14 384 | 87 | 466 | 0 | 14 005 |
| CEDIC e CEDIM | 5 223 | 2 136 | 2 178 | 0 | 5 181 |
| Prog. de Assist. Financeira | 19 841 | - | - | 78 | 19 919 |
| Total | 172 394 | 4 410 | 6 991 | 116 | 169 929 |

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

| | 2010 | | 2011 | | 2011 | | | |
|----------------------------|-----------------------|-------|----------------------------|------|---------|-------|-------|-------|
| | jan a jul | | jan a jul | | VHA (%) | | | |
| | 10 ⁶ euros | | Exec. face OE corrig.* (%) | | abr | mai | jun | jul |
| Receita Total | 19794 | 20662 | 54,3 | 53,3 | 17,4 | 6,9 | 4,8 | 4,4 |
| Receita corrente | 19424 | 20396 | 56,0 | 54,2 | 17,3 | 7,2 | 5,4 | 5,0 |
| Impostos diretos | 7117 | 7331 | 53,5 | 53,2 | 33,3 | 5,4 | 1,9 | 3,0 |
| Impostos indiretos | 10446 | 10988 | 59,0 | 55,7 | 9,2 | 6,3 | 7,4 | 5,2 |
| Despesa Total | 28724 | 27349 | 54,9 | 56,3 | -3,0 | -7,2 | -3,4 | -4,8 |
| Despesa corrente primária | 23949 | 22048 | 56,6 | 56,4 | -2,3 | -5,9 | -6,6 | -7,9 |
| Despesa corrente | 26987 | 25418 | 56,5 | 56,0 | -3,1 | -7,5 | -5,6 | -5,8 |
| Despesa com pessoal | 6523 | 5864 | 56,3 | 59,7 | -6,9 | -7,2 | -8,0 | -10,1 |
| Aquisição bens e serviços | 631 | 831 | 39,6 | 42,7 | 46,1 | 49,0 | 43,8 | 31,6 |
| Subsídios | 227 | 116 | 31,4 | 18,7 | -32,3 | -37,5 | -42,0 | -49,0 |
| Juros | 3038 | 3369 | 55,2 | 53,5 | -13,4 | -29,2 | 0,7 | 10,9 |
| Transferências corr. p/ AP | 14544 | 13352 | 58,6 | 58,6 | -2,0 | -7,4 | -8,1 | -8,2 |
| Saldo Global | -8930 | -6687 | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Primário | -5892 | -3318 | - | - | - | - | - | - |

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

¹Em 2011, foi introduzida a contribuição patronal para a ADSE (registada em despesas com pessoal) e os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração direta do Estado passaram a ser registadas como aquisição de bens e serviços (enquanto até 2010 estavam registados como despesas com o pessoal). Desta forma, evita-se a duplicação da despesa com encargos em saúde nos serviços que pagam a contribuição e na ADSE que efetua a despesa final.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até julho, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 984,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 278,5 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 0,6%, explicada pelo comportamento das transferências do OE, nomeadamente as destinadas ao SNS, ao IAPMEI e ao Parque Escolar. As contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE registam um decréscimo de 7,5%, explicado pela diminuição da compensação por pagamento de pensões de entidades fora das administrações públicas, da contribuição das entidades para a CGA em consequência do aumento das aposentações e da aplicação da medida de contenção das remunerações totais. Estes efeitos são compensados parcialmente pelo aumento da receita de capital (58,4%) em consequência da cedência de um crédito da CGA sobre a PT Comunicações, S.A.; e
- um crescimento da despesa em 1,6%, que tem subjacente o incremento da despesa corrente em 1,0% e o acréscimo da despesa de capital em 13,8%. Para a evolução da primeira contribuíram os aumentos nas rubricas despesas com pessoal (15,3%, em resultado da inexistência de reporte em 2010 de algumas entidades e que será de -6,6% considerando o universo comparável) e transferências correntes (1,4%), justificado pelo aumento dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA. A despesa de capital reflete o aumento nas transferências de capital (12,9%), influenciado pela renegociação da cedência do crédito da CGA sobre a PT Comunicações que resultou na anulação parcial do montante inicial contratado.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

| | Serviços e Fundos Autónomos | | | | | |
|--|-----------------------------|--------|----------------------------|------|---------|------|
| | 2010 | | 2011 | | 2011 | |
| | jan a jul | | jan a jul | | jun | jul |
| | 10 ⁶ euros | | Exec. face OE corrig.* (%) | | VHA (%) | |
| Receita Total | 13 871 | 13 788 | 49,0 | 55,0 | 5,0 | -0,6 |
| Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE | 2 390 | 2 210 | 55,7 | 52,8 | 2,5 | -7,5 |
| Transferências correntes das Adm. Públicas | 9 191 | 8 774 | 56,9 | 57,1 | -4,8 | -4,5 |
| Despesa Total | 12 608 | 12 804 | 47,1 | 52,5 | 2,9 | 1,6 |
| Despesa com pessoal | 1 395 | 1 608 | 40,6 | 50,2 | 15,2 | 15,3 |
| Aquisição de bens e serviços | 4 549 | 4 496 | 50,2 | 55,3 | -1,9 | -1,2 |
| Transferências correntes | 5 693 | 5 774 | 52, | 54,9 | 6,4 | 1,4 |
| Saldo Global | 1 263 | 984 | - | - | - | - |

Fonte: DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Execução financeira consolidada do SNS

Nos primeiros sete meses de 2011, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um défice de 152,7 milhões de euros, o que constitui um agravamento de 37,0 milhões de euros face ao excedente registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 6,5%, justificada pela redução da transferência do Orçamento do Estado (-6,7%) no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 5,6%, devido à diminuição da despesa com subcontratos (-5,8%, onde se destacam as reduções observadas na comparticipação de medicamentos, nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica), das despesas com pessoal (-6,0%, que conjuga o efeito da redução da massa salarial, da gestão mais rigorosa das horas extraordinárias e dos suplementos remuneratórios e número de aposentações) e dos fornecimentos e serviços (-20,1%).

Quadro 2.11. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

| | Serviço Nacional de Saúde | | | |
|---------------------------------------|---------------------------|-------|-----------------|------|
| | 2010 | | 2011 | |
| | jan a jul | | jun-11 jul-11 | |
| | 10 ⁶ euros | | VHA (%) | |
| Receita Cobrada | 5 220 | 4 882 | -6,5 | -6,5 |
| Transferências do Orçamento do Estado | 5074 | 4723 | -6,9 | -6,9 |
| Prestação de serviços | 47 | 56 | 14,8 | 19,8 |
| Outras receitas | 99 | 102 | 3,7 | 3,4 |
| Despesa Total | 5 336 | 5 035 | -5,6 | -5,6 |
| Despesa com pessoal | 609 | 573 | -4,3 | -6,0 |
| Subcontratos | 4 433 | 4 178 | -6,6 | -5,8 |
| Outras despesas | 294 | 284 | 9,0 | -3,2 |
| Saldo Global | - 116 | - 153 | - | - |

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

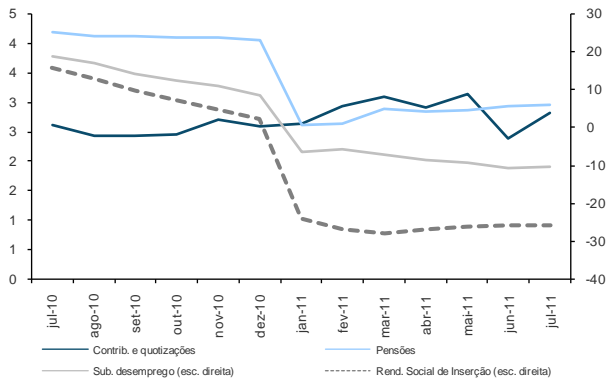
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até julho, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 300,7 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 173,4 milhões de euros face ao mesmo período de 2010.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2010, caracterizou-se por:

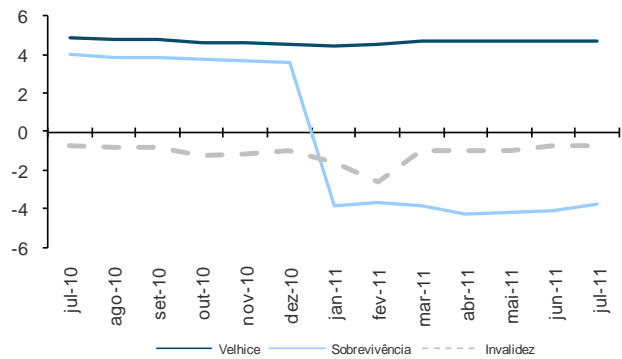
- diminuição da receita (1,3%) como resultado dos efeitos contrários de reduções nas transferências correntes da Administração Central no âmbito do financiamento da Lei de bases da Segurança Social (-13,0%) e do aumento nas contribuições e quotizações (2,8%), das transferências do Fundo Social Europeu (19,2%) e das outras receitas correntes (17,6%); e
- manutenção da despesa num nível idêntico, refletindo a subida das despesas com ações de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu (32,7%) e das pensões (3,0%), das outras prestações (4,0%) e do subsídio por doença (3,3%) e a descida, essencialmente, do subsídio familiar a criança e jovens (-32,2%), do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-10,5%) e do rendimento social de inserção (-25,8%). Relativamente ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 2,3% nas pensões de velhice da SS e uma diminuição de 19,4% nos subsídios de desemprego e social de desemprego e de 9,8% no subsídio de doença.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



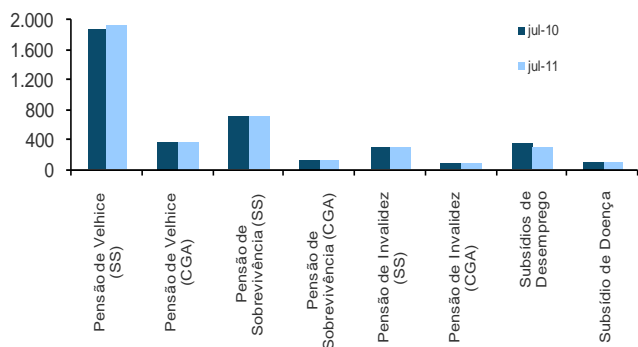
Fonte: DGO.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.25. Número de Pensões Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até julho, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 316,3 milhões de euros, mais 104,2 milhões de euros face ao período homólogo. A receita total aumentou 8,2%, refletindo, fundamentalmente, a cedência de um crédito da CGA sobre a PT Comunicações, S.A., no âmbito da assunção de responsabilidades com as pensões e outros abonos dos trabalhadores da PT que após renegociação sofreu uma anulação de 144,2 milhões de euros com impacto na despesa de capital. A despesa total aumentou 6,4%, como resultado do aumento da despesa em pensões (3,5%) e da referida anulação do crédito sobre a PT Comunicações, S.A..

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

| | Segurança Social | | | | Caixa Geral de Aposentações | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------|-------------------------|-----------------------------|-----------|-----------|-------------------------|------|------|
| | 2010 | | 2011 | | 2010 | | 2011 | | | |
| | jan a jul | | jan a jul | | jan a jul | | jan a jul | | | |
| | 10 ⁶ euros | 10 ⁶ euros | VHA | Execução face ao OE (%) | 106 euros | 106 euros | VHA | Execução face ao OE (%) | | |
| Receita Total | 13810 | 13634 | -1,3 | 57,9 | 56,7 | 5030 | 5444 | 8,2 | 48,5 | 59,2 |
| Contribuições e quotizações | 7703 | 7920 | 2,8 | 57,1 | 56,1 | 2387 | 2207 | -7,5 | 55,7 | 52,8 |
| Transferências correntes da Adm. Central | 4599 | 4018 | -12,6 | 58,2 | 57,8 | 2582 | 2562 | -0,8 | 64,2 | 59,9 |
| Despesa Total | 13336 | 13334 | 0,0 | 57,6 | 56,9 | 4818 | 5128 | 6,4 | 57,0 | 58,0 |
| Pensões | 7951 | 8187 | 3,0 | 56,9 | 57,0 | 4795 | 4963 | 3,5 | 57,0 | 57,3 |
| Subsídio de desemp. e apoio ao emprego | 1349 | 1208 | -10,5 | 60,8 | 57,9 | - | - | - | - | - |
| Prestações e ação social | 2728 | 2473 | -9,3 | 59,0 | 57,5 | - | - | - | - | - |
| Saldo Global | 474 | 301 | - | - | - | 212 | 316 | - | - | - |

Fontes: DGO e GPEARI.

Administração Central e Segurança Social

Até julho, o défice global provisório da Administração Central e Segurança Social foi de 5401,7 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 1791,2 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. A receita total exibiu um grau de execução de 54,4%, face ao objetivo traçado no Orçamento do Estado, com a receita corrente e a receita de capital a apresentarem níveis de execução de 54,4% e 53,5%, respetivamente. A despesa total revelou um grau de execução orçamental ligeiramente superior ao da receita, situando-se nos 54,9%, refletindo as execuções de 55,7% e 45,8% da despesa corrente e da despesa de capital, respetivamente.

Administração Local e Regional

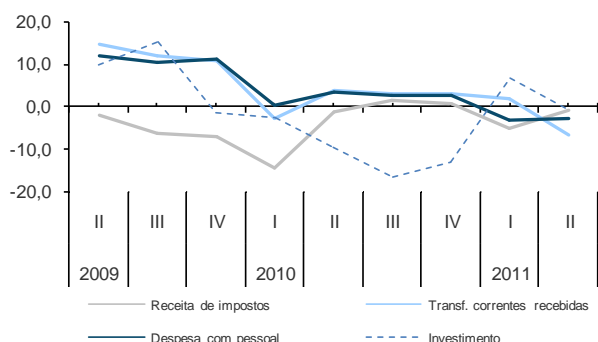
Administração Local

No 1º semestre, e na ótica da contabilidade pública, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 208,5 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 51,4 milhões de euros face igual período de 2010, considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face ao período homólogo de 2010, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita total em 1,0%, refletindo fundamentalmente o comportamento das transferências de capital do resto do mundo (89,5%) e das taxas, multas e outras penalidades (16,9%). Com um comportamento oposto, salienta-se a evolução da das transferências no âmbito da Lei das finanças locais (9,2%) e da receita fiscal que caiu 1,0%; e
- uma diminuição da despesa total em 0,5%, refletindo, especialmente, a evolução da despesa com pessoal (3,0%) e, em menor grau, da outra despesa de capital (36,3%). Em sentido oposto evoluiu a aquisição de bens e serviços (2,9%), os juros e outros encargos (19,2%) e as transferências de capital para entidades fora do universo das administrações públicas (14,9%).

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

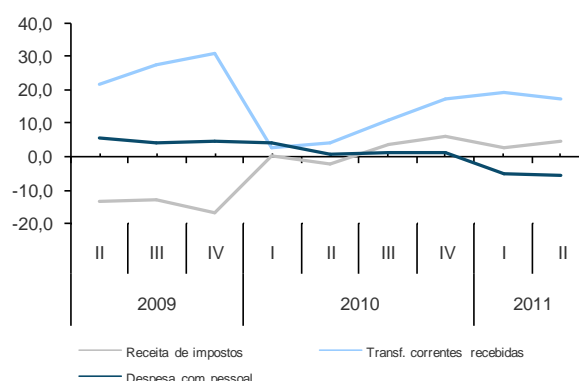
Administração Regional

De janeiro a junho, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 39,9 milhões de euros, o que revela uma diminuição face ao valor registado até ao mês anterior (81,2 milhões de euros). Este comportamento deveu-se a uma redução dos défices registado quer na Região Autónoma dos Açores (RAA) quer na Região Autónoma da Madeira (RAM).

A execução orçamental da Administração Regional, face a idêntico período do ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 7,8%, devido, sobretudo, ao aumento das transferências correntes do Estado (19,0%) e da receita fiscal (4,6%); e
- um crescimento da despesa total em 2,8%, refletindo o comportamento da despesa de capital (53,8%) e da aquisição de bens e serviços (7,7%) e, em sentido contrário, das despesas com pessoal (5,4%), transferências correntes (5,5%) e dos subsídios (22,7%).

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

| | Administração Local* | | | | Administração Regional | | | |
|------------------------------|----------------------|-----------|------|------|------------------------|-----------|-------|------|
| | 2010 | | 2011 | | 2010 | | 2011 | |
| | jan a jun | 10º euros | mar | jun | jan a jun | 10º euros | mar | jun |
| Receita total | 3 406 | 3 441 | 4,9 | 1,0 | 870 | 938 | 7,3 | 7,8 |
| Impostos | 1 119 | 1 107 | -5,1 | -1,0 | 483 | 505 | 2,8 | 4,6 |
| Transferências correntes | 1 110 | 1 037 | 1,7 | -6,6 | 253 | 297 | 19,4 | 17,2 |
| Despesa total | 3 249 | 3 232 | 2,4 | -0,5 | 951 | 978 | -1,4 | 2,8 |
| Pessoal | 1 174 | 1 139 | -3,3 | -3,0 | 402 | 380 | -5,2 | -5,4 |
| Aquisição de bens e serviços | 775 | 797 | 7,5 | 2,9 | 136 | 146 | -13,1 | 7,7 |
| Transferências correntes | 230 | 229 | 10,4 | -0,6 | 251 | 237 | -15,4 | -5,5 |
| Investimento | 740 | 736 | 6,7 | -0,6 | 61 | 82 | 66,4 | 34,8 |
| Saldo global | 157 | 209 | - | - | - 81 | - 40 | - | - |

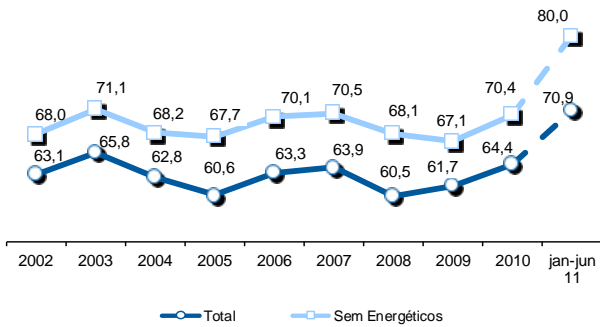
Fonte: DGO. Nota: * Os valores da AL para 2010 referem-se ao Universo Comparável.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de junho de 2011, as exportações de mercadorias cresceram, no primeiro semestre de 2011 e, em termos homólogos, 17,7% e as importações 5,6% [3]. Esta performance justificou a melhoria do défice da balança comercial (fob/cif) de 15,4%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações também cresceram a uma taxa significativamente superior à das importações (18,3% e 2,7%, respetivamente) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

| Intra + Extra-UE (milhões de Euros) | janeiro a junho | | | VH | |
|-------------------------------------|-----------------|--------|-------|-----------------|------------------|
| | 2010 | 2011 | VH | Últimos 3 meses | Últimos 12 meses |
| Exportações (fob) | 17.807 | 20.952 | 17,7 | 17,4 | 16,6 |
| Importações (cif) | 27.980 | 29.557 | 5,6 | 1,9 | 7,0 |
| Saldo (fob-cif) | -10.173 | -8.605 | -15,4 | -23,5 | -9,0 |
| Cobertura (fob/cif) | 63,6 | 70,9 | - | - | - |
| Sem energéticos: | | | | | |
| Exportações (fob) | 16.545 | 19.570 | 18,3 | 15,5 | 16,6 |
| Importações (cif) | 23.827 | 24.468 | 2,7 | -2,5 | 4,6 |
| Saldo (fob-cif) | -7.282 | -4.897 | -32,8 | -42,2 | -20,7 |
| Cobertura (fob/cif) | 69,4 | 80,0 | - | - | - |
| Extra-UE | | | | | |
| Exportações (fob) | 4.351 | 5.107 | 17,4 | 21,6 | 16,6 |
| Importações (cif) | 6.951 | 7.862 | 13,1 | 16,6 | 15,9 |
| Saldo (fob-cif) | -2.600 | -2.754 | 5,9 | 9,0 | 14,5 |
| Cobertura (fob/cif) | 62,6 | 65,0 | - | - | - |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.
 Notas:
 Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.
 Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010 e 2011: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº08/2011").
 [2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de junho de 2011 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as importações e 250 mil para as exportações, em 2010). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.
 [3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Entre janeiro e julho de 2011, as exportações passaram a representar 70,9% das importações, o que se traduziu no crescimento da taxa de cobertura das importações pelas exportações de 7,3 p.p face ao período homólogo. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 80% das importações (+10,6 p.p. relativamente a igual período no ano transato).

No último ano a terminar em junho de 2011, as exportações registaram uma variação homóloga de 16,6% e as importações de 7%. O défice comercial recuperou 9%.

Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a junho

| janeiro a junho | Valores em milhões de Euros | | |
|-----------------------|-----------------------------|---------|-------|
| | 2010 | 2011 | TVH |
| Intra+Extra UE | | | |
| Exportações (fob) | 17 807 | 20 952 | 17,7 |
| Importações (cif) | 27 980 | 29 557 | 5,6 |
| Saldo (fob-cif) | - 10 173 | - 8 605 | -15,4 |
| Cobertura (fob/cif) | 63,6 | 70,9 | - |
| Intra UE | | | |
| Exportações (fob) | 13 457 | 15 845 | 17,7 |
| Importações (cif) | 21 029 | 21 696 | 3,2 |
| Saldo (fob-cif) | - 7 573 | - 5 851 | -22,7 |
| Cobertura (fob/cif) | 64,0 | 73,0 | - |
| Extra UE | | | |
| Exportações (fob) | 4 351 | 5 107 | 17,4 |
| Importações (cif) | 6 951 | 7 862 | 13,1 |
| Saldo (fob-cif) | - 2 600 | - 2 755 | 5,9 |
| Cobertura (fob/cif) | 62,6 | 65,0 | - |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.
 Nota:
 Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro semestre de 2011, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 22,7% relativamente ao período homólogo. As exportações de mercadorias cresceram 17,7% e as importações 3,2%. O saldo negativo da balança comercial Extra UE registou um agravamento de 5,9% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

| Intra+Extra UE (milhões de Euros) | IMPORTAÇÕES (Cif) | | | EXPORTAÇÕES (Fob) | | |
|-----------------------------------|-------------------|--------|-------|-------------------|--------|------|
| | 2010 | 2011 | TVH | 2010 | 2011 | TVH |
| jan | 4 014 | 4 453 | 10,9 | 2 608 | 3 121 | 19,7 |
| fev | 4 230 | 4 636 | 9,6 | 2 719 | 3 314 | 21,9 |
| mar | 5 029 | 5 475 | 8,9 | 3 333 | 3 779 | 13,4 |
| abr | 4 485 | 5 008 | 11,6 | 2 962 | 3 441 | 16,1 |
| mai | 4 679 | 5 398 | 15,4 | 3 048 | 3 720 | 22,0 |
| jun | 5 544 | 4 587 | -17,3 | 3 137 | 3 578 | 14,0 |
| jul | 4 645 | - | - | 3 402 | - | - |
| ago | 4 177 | - | - | 2 512 | - | - |
| set | 4 884 | - | - | 3 314 | - | - |
| out | 5 082 | - | - | 3 267 | - | - |
| nov | 5 095 | - | - | 3 327 | - | - |
| dez | 5 190 | - | - | 3 133 | - | - |
| 1º Trim | 13 273 | 14 565 | 9,7 | 8 659 | 10 213 | 17,9 |
| 2º Trim | 14 708 | 14 993 | 1,9 | 9 148 | 10 738 | 17,4 |
| 3º Trim | 13 706 | - | - | 9 228 | - | - |
| 4º Trim | 15 367 | - | - | 9 727 | - | - |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.
 Nota:
 Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro semestre de 2011, as exportações de mercadorias cresceram 17,7% em termos homólogos. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 18,3%.

Entre janeiro e junho de 2011, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias, com especial destaque para o “Material de Transporte” (+3,9 p.p.), os “Químicos” (+3,1 p.p.) e os “Minérios e Metais” (+2,8 p.p.).

As “Máquinas” continuam a ser o grupo de produtos com maior peso na estrutura das exportações de mercadorias (14,4%). De evidenciar, ainda, as exportações de “Material de Transporte”, que representam 13,6% das exportações totais de mercadorias.

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em junho de 2011.

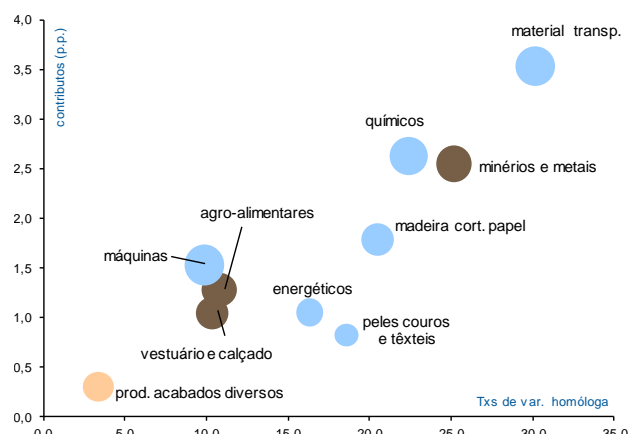
Pela sua análise e dos valores que constam no Quadro 3.4 conclui-se que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+16,6%), registando, conseqüentemente, taxas de variação homóloga positivas. (Quadros 3.1 e 3.4).

Os grupos de produtos “Material de Transporte” (+3,5 p.p.), “Químicos” e “Minérios e Metais” (ambos com contributos de +2,6 p.p.) foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações de mercadorias nos últimos 12 meses a terminar em junho de 2011.

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Madeira, Cortiça e Papel” (+1,8 p.p.) e “Máquinas” (+1,5 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em junho de 2011 (Total: 16,6%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

| Grupos de Produtos | Milhões de Euros | | Estrutura (%) | | | | Tax. variação e contributos | | | |
|--------------------------------|------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------------|------------------|-------------|------------------|
| | jan-jun | | Anual | | jan-jun | | últimos 12 meses [1] | | jan-jun | |
| | 2010 | 2011 | 2005 | 2010 | 2010 | 2011 | VH | contrib. p.p.[2] | VH | contrib. p.p.[2] |
| Total das Exportações | 17 807 | 20 952 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 16,6 | 16,6 | 17,7 | 17,7 |
| 000 Agro-Alimentares | 1974 | 2 200 | 8,7 | 11,7 | 11,1 | 10,5 | 10,8 | 1,3 | 11,4 | 1,3 |
| 100 Energéticos | 1263 | 1381 | 4,1 | 6,7 | 7,1 | 6,6 | 16,3 | 1,1 | 9,4 | 0,7 |
| 200 Químicos | 2 147 | 2 706 | 10,5 | 11,9 | 12,1 | 12,9 | 22,4 | 2,6 | 26,0 | 3,1 |
| 300 Madeira, Cortiça e Papel | 1653 | 1897 | 8,9 | 9,4 | 9,3 | 9,1 | 20,5 | 1,8 | 14,8 | 1,4 |
| 400 Peles, Couros e Têxteis | 801 | 962 | 5,3 | 4,5 | 4,5 | 4,6 | 18,6 | 0,8 | 20,2 | 0,9 |
| 500 Vestuário e Calçado | 1710 | 1932 | 12,4 | 9,8 | 9,6 | 9,2 | 10,4 | 1,0 | 13,0 | 1,2 |
| 600 Minérios e Metais | 1853 | 2 354 | 9,1 | 10,5 | 10,4 | 11,2 | 25,2 | 2,6 | 27,0 | 2,8 |
| 700 Máquinas | 2 686 | 3 027 | 19,4 | 15,0 | 15,1 | 14,4 | 9,9 | 1,5 | 12,7 | 1,9 |
| 800 Material de Transporte | 2 151 | 2 840 | 13,9 | 12,4 | 12,1 | 13,6 | 30,1 | 3,5 | 32,0 | 3,9 |
| 900 Produtos Acabados Diversos | 1570 | 1653 | 7,7 | 8,3 | 8,8 | 7,9 | 3,4 | 0,3 | 5,3 | 0,5 |

Por memória:

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Total sem energéticos | 16 545 | 19 570 | 95,9 | 93,3 | 92,9 | 93,4 | 16,6 | 15,5 | 18,3 | 17,0 |
|-----------------------|--------|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] (jul 10-jun 11)/(jul 09-jun 10) x 100 - 100

[2] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entre janeiro e junho de 2011, as exportações para a UE cresceram 17,7%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram 18% e para os Países do Alargamento, 12,8%. Relativamente às exportações para países terceiros a taxa de crescimento homólogo foi relativamente inferior (17,4%) (Quadro 3.5). As exportações de mercadorias para a UE continuaram a ser as que mais contribuíram para o crescimento do total das exportações (+13,4 p.p.). O contributo das exportações para os países terceiros foi de 4,2 p.p.

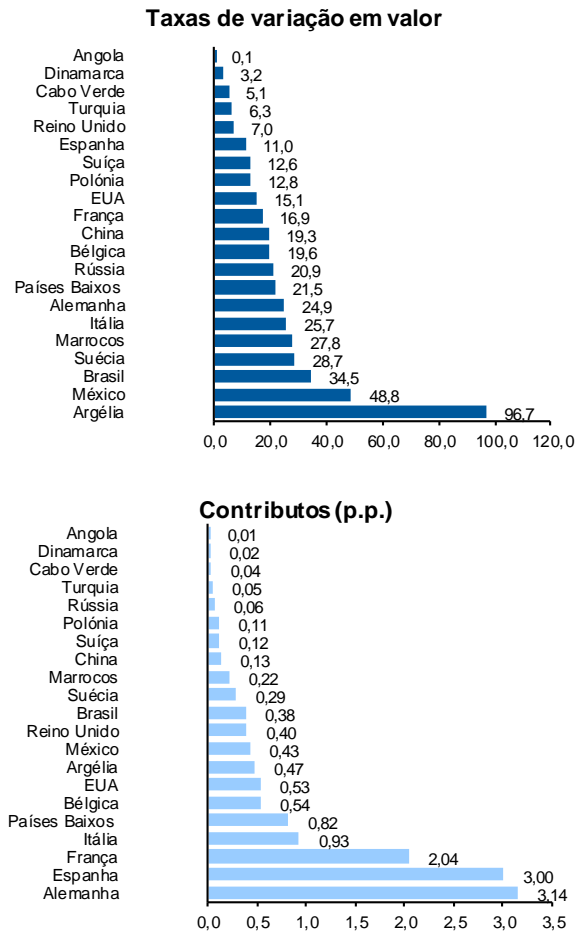
As exportações de mercadorias para a Alemanha e para a Espanha foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (com contributos de 3,4 p.p. e 3,3 p.p., respetivamente). As exportações de mercadorias para a França e para o Reino Unido registaram crescimentos homólogos de 22,3% e 6,8%, respetivamente.

No último ano a terminar em junho de 2011, as exportações para os países Intra UE cresceram 16,6%, tal como as exportações para os países da UE-15. As exportações com destino à Alemanha (+3,1 p.p.) e à Espanha (3 p.p) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações.

Entre os países terceiros, destacam-se os contributos das exportações para a Argélia (+96,7%), México (+48,8%) e Brasil (+34,5%). Angola passou a contribuir positivamente, ainda que de forma diminuta, para o crescimento das exportações (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em junho de 2011



Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

| Destino | Intra + Extra-UE (Fob) | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos [2] | | | | |
|---------------------|------------------------|--------|---------------|-------|---------|-------|-------------------------------------|--------------|------------------|---------|------------------|
| | jan-jun | | anual | | jan-jun | | média anual 05-10* | 12 meses [1] | | jan-jun | |
| | 2010 | 2011 | 2005 | 2010 | 2010 | 2011 | | VH | contrib. p.p.[2] | VH | contrib. p.p.[2] |
| TOTAL | 17 807 | 20 952 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,4 | 16,6 | 16,6 | 17,7 | 17,7 |
| Intra UE-27 | 13 457 | 15 845 | 80,3 | 75,0 | 75,6 | 75,6 | 2,0 | 16,6 | 12,4 | 17,7 | 13,4 |
| dos quais: | | | | | | | | | | | |
| UE-15 | 12 900 | 15 217 | 78,4 | 71,9 | 72,4 | 72,6 | 1,6 | 16,6 | 11,9 | 18,0 | 13,0 |
| Espanha | 4 837 | 5 417 | 27,6 | 26,6 | 27,2 | 25,9 | 2,6 | 11,0 | 3,0 | 12,0 | 3,3 |
| Alemanha | 2 287 | 2 895 | 12,5 | 13,0 | 12,8 | 13,8 | 4,3 | 24,9 | 3,1 | 26,6 | 3,4 |
| França | 2 155 | 2 635 | 13,5 | 11,8 | 12,1 | 12,6 | 0,6 | 16,9 | 2,0 | 22,3 | 2,7 |
| R.Unido | 976 | 1043 | 5,3 | 5,5 | 5,5 | 5,0 | -4,8 | 7,0 | 0,4 | 6,8 | 0,4 |
| P.Baixos | 686 | 862 | 4,0 | 3,8 | 3,9 | 4,1 | 2,4 | 21,5 | 0,8 | 25,6 | 1,0 |
| Itália | 658 | 820 | 4,4 | 3,8 | 3,7 | 3,9 | 0,6 | 25,7 | 0,9 | 24,6 | 0,9 |
| Bélgica | 543 | 605 | 3,9 | 2,9 | 3,0 | 2,9 | -2,9 | 19,6 | 0,5 | 11,5 | 0,3 |
| Suécia | 164 | 231 | 1,1 | 1,0 | 0,9 | 1,1 | 1,4 | 28,7 | 0,3 | 41,3 | 0,4 |
| Dinamarca | 130 | 126 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 0,4 | 3,2 | 0,0 | -3,1 | 0,0 |
| Alargamento | 556 | 627 | 1,8 | 3,1 | 3,1 | 3,0 | 14,6 | 17,1 | 0,5 | 12,8 | 0,4 |
| Polónia | 160 | 187 | 0,5 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 13,3 | 12,8 | 0,1 | 17,0 | 0,2 |
| Extra UE-27 | 4 351 | 5 107 | 19,7 | 25,0 | 24,4 | 24,4 | 8,4 | 16,6 | 4,1 | 17,4 | 4,2 |
| dos quais: | | | | | | | | | | | |
| Angola | 869 | 959 | 2,6 | 5,2 | 4,9 | 4,6 | 19,0 | 0,1 | 0,0 | 10,4 | 0,5 |
| EUA | 659 | 726 | 5,3 | 3,6 | 3,7 | 3,5 | -4,3 | 15,1 | 0,5 | 10,2 | 0,4 |
| Brasil | 190 | 264 | 0,6 | 1,2 | 1,1 | 1,3 | 19,8 | 34,5 | 0,4 | 38,8 | 0,4 |
| México | 177 | 217 | 0,3 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 36,2 | 48,8 | 0,4 | 22,8 | 0,2 |
| Suíça | 168 | 186 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 5,7 | 12,6 | 0,1 | 11,1 | 0,1 |
| Marrocos | 154 | 193 | 0,4 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 18,2 | 27,8 | 0,2 | 25,2 | 0,2 |
| Turquia | 142 | 154 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,7 | 3,0 | 6,3 | 0,0 | 8,6 | 0,1 |
| Cabo Verde | 133 | 131 | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 12,1 | 5,1 | 0,0 | -1,7 | 0,0 |
| China | 111 | 157 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 6,6 | 19,3 | 0,1 | 41,2 | 0,3 |
| Argélia | 97 | 212 | 0,2 | 0,6 | 0,5 | 1,0 | 31,3 | 96,7 | 0,5 | 19,1 | 0,6 |
| Por memória: | | | | | | | | | | | |
| Gibraltar | 125 | 104 | 0,1 | 0,6 | 0,7 | 0,5 | 62,7 | -11,4 | -0,1 | -16,6 | -0,1 |
| PALOP | 1106 | 1245 | 3,4 | 6,6 | 6,2 | 5,9 | 17,8 | 3,8 | 0,3 | 12,6 | 0,8 |
| EFTA | 213 | 233 | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 1,1 | 3,4 | 10,3 | 0,1 | 9,6 | 0,1 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] (jul 10-jun 11)/(jul 09-jun 10) x 100 - 100

[2] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) - 100.

Importações de Mercadorias

Na primeira metade do ano de 2011, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 5,6% relativamente a igual período no ano transato (Quadro 3.6).

As importações de produtos “Energéticos” (+3,3 p.p.), “Agro alimentares” (+1,9 p.p.) e Químicos” (+1,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das importações.

No último ano a terminar em junho de 2011, as importações cresceram 7%. De destacar os “Produtos Energéticos” (+3 p.p.) e os “Químicos” (+1,7 p.p.) como aqueles grupos de produtos que mais contribuíram para o crescimento das importações.

A UE-27 mantém a sua posição como principal mercado de origem das importações, tendo representado 73,4% das importações de mercadorias entre janeiro e junho de 2011

A Espanha permanece como principal mercado de origem das importações de mercadorias (31,2% do total).

Entre janeiro e junho de 2011, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 3,2%, sendo que provenientes dos países da UE-15 aumentaram 2,9% e as provenientes dos países do Alargamento 12,3%. As importações de mercadorias provenientes da Espanha foram as que mais contribuíram para o aumento das importações (+2,8 p.p.).

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 13,1% em termos homólogos. Destacam-se as importações provenientes da Nigéria, do Brasil e da China, que representaram 3%, 2,5% e 2,5%, respetivamente, do total das importações de mercadorias. Neste período, as importações de mercadorias provenientes da Arábia Saudita (+64,3%), dos EUA (+36,7%) e da Rússia (+35,6%) foram as que registaram maior crescimento homólogo.

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

| Grupos de Produtos | 10 ⁶ Euros (Cif) | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos [2] | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------|------------------|-------------|------------------|
| | jan-jun | | Anual | | jan-jun | | 12 meses [1] | | jan-jun | |
| | 2010 | 2011 | 2005 | 2010 | 2010 | 2011 | VH | contrib. p.p.[2] | VH | contrib. p.p.[2] |
| TOTAL DAS IMPORTAÇÕES | 27 980 | 29 557 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 7,0 | 7,0 | 5,6 | 5,6 |
| Grupos de Produtos | | | | | | | | | | |
| 000-Agro-Alimentares | 3 764 | 4 302 | 11,9 | 13,8 | 13,5 | 14,6 | 9,2 | 1,3 | 14,3 | 1,9 |
| 100-Energéticos | 4 153 | 5 090 | 14,1 | 14,6 | 14,8 | 17,2 | 21,6 | 3,0 | 22,6 | 3,3 |
| 200-Químicos | 4 248 | 4 731 | 13,3 | 15,2 | 15,2 | 16,0 | 11,2 | 1,7 | 11,4 | 1,7 |
| 300-Peleis, Mad, Cortiça e Papel | 1272 | 1376 | 4,7 | 4,6 | 4,5 | 4,7 | 8,5 | 0,4 | 8,2 | 0,4 |
| 400-Têxteis, Vestuário e Calçado | 1805 | 1958 | 6,8 | 6,8 | 6,5 | 6,6 | 9,4 | 0,6 | 8,5 | 0,5 |
| 500-Minérios e Metais | 2 397 | 2 705 | 9,2 | 8,5 | 8,6 | 9,2 | 11,5 | 1,0 | 12,9 | 1,1 |
| 600-Máquinas [3] | 4 460 | 4 352 | 20,5 | 16,4 | 15,9 | 14,7 | -2,6 | -0,4 | -2,4 | -0,4 |
| 700-Material de Transporte [4] | 4 161 | 3 518 | 13,5 | 14,1 | 14,9 | 11,9 | -1,2 | -0,2 | -15,5 | -2,3 |
| 800-Prod. Acabados Diversos | 1 719 | 1 525 | 6,0 | 5,9 | 6,1 | 5,2 | -6,0 | -0,4 | -11,3 | -0,7 |
| Total sem energéticos | 23 827 | 24 468 | 85,9 | 85,4 | 85,2 | 82,8 | 4,6 | 4,0 | 2,7 | 2,3 |
| Mercados de origem | | | | | | | | | | |
| Intra UE-27 | 21 029 | 21 696 | 77,6 | 75,7 | 75,2 | 73,4 | 4,3 | 3,3 | 3,2 | 2,4 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| UE-15 | 20 392 | 20 980 | 75,8 | 73,4 | 72,9 | 71,0 | 4,1 | 3,1 | 2,9 | 2,1 |
| Espanha | 8 443 | 9 216 | 30,7 | 31,2 | 30,2 | 31,2 | 7,3 | 2,3 | 9,2 | 2,8 |
| Alemanha | 3 798 | 3 775 | 14,4 | 13,9 | 13,6 | 12,8 | 9,2 | 1,2 | -0,6 | -0,1 |
| França | 2 117 | 2 090 | 8,7 | 7,3 | 7,6 | 7,1 | -5,3 | -0,4 | -1,3 | -0,1 |
| Itália | 1 671 | 1 584 | 5,9 | 5,7 | 6,0 | 5,4 | -2,3 | -0,1 | -5,3 | -0,3 |
| Países Baixos | 1 467 | 1 439 | 4,5 | 5,1 | 5,2 | 4,9 | 2,5 | 0,1 | -1,9 | -0,1 |
| Reino Unido | 1 073 | 969 | 4,3 | 3,8 | 3,8 | 3,3 | 4,0 | 0,1 | -9,7 | -0,4 |
| Bélgica | 804 | 817 | 2,9 | 2,9 | 2,9 | 2,8 | 5,6 | 0,2 | 1,6 | 0,0 |
| Suécia | 310 | 330 | 1,1 | 1,0 | 1,1 | 1,1 | 4,7 | 0,1 | 6,4 | 0,1 |
| Irlanda | 253 | 284 | 0,9 | 1,0 | 0,9 | 1,0 | 7,8 | 0,1 | 12,1 | 0,1 |
| Alargamento | 6 37 | 7 16 | 1,8 | 2,3 | 2,3 | 2,4 | 8,3 | 0,2 | 12,3 | 0,3 |
| Extra UE-27 | 6 951 | 7 862 | 22,4 | 24,3 | 24,8 | 26,6 | 15,9 | 3,7 | 13,1 | 3,3 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| China | 731 | 715 | 1,1 | 2,8 | 2,6 | 2,4 | 18,2 | 0,4 | -2,1 | -0,1 |
| Nigéria | 787 | 857 | 1,9 | 2,4 | 2,8 | 2,9 | -6,4 | -0,2 | 8,9 | 0,2 |
| Brasil | 553 | 672 | 1,9 | 1,8 | 2,0 | 2,3 | 14,4 | 0,3 | 21,5 | 0,4 |
| EUA | 406 | 555 | 2,1 | 1,5 | 1,5 | 1,9 | 19,5 | 0,3 | 36,7 | 0,5 |
| Líbia | 295 | 14 | 0,6 | 1,3 | 1,1 | 0,0 | -9,4 | -0,1 | -95,4 | -1,0 |
| Cazaquistão | 282 | 340 | 0,5 | 1,1 | 1,0 | 1,2 | 84,2 | 0,6 | 20,8 | 0,2 |
| Angola | 326 | 353 | 0,0 | 1,0 | 1,2 | 1,2 | 38,7 | 0,3 | 8,5 | 0,1 |
| Noruega | 363 | 300 | 1,0 | 0,9 | 1,3 | 1,0 | -29,2 | -0,4 | -17,3 | -0,2 |
| Arábia Saudita | 285 | 469 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,6 | 47,7 | 0,4 | 64,3 | 0,7 |
| Rússia | 263 | 357 | 0,7 | 0,7 | 0,9 | 1,2 | -19,4 | -0,2 | 35,6 | 0,3 |
| Índia | 218 | 295 | 0,4 | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 37,5 | 0,2 | 35,4 | 0,3 |
| Suíça | 177 | 180 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 5,7 | 0,0 | 1,7 | 0,0 |
| Japão | 177 | 175 | 1,1 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 22,1 | 0,1 | -1,1 | 0,0 |
| OPEP [5] | 2 014 | 2 350 | 6,4 | 6,7 | 7,2 | 8,0 | 12,7 | 0,9 | 16,7 | 1,2 |
| EFTA | 550 | 491 | 1,7 | 1,6 | 2,0 | 1,7 | -17,0 | -0,3 | -10,6 | -0,2 |
| PALOP | 335 | 365 | 0,1 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 32,8 | 0,3 | 9,0 | 0,1 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (jul 10-jun 11)/(jul 09-jun 10) x 100 - 100

[2] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores.

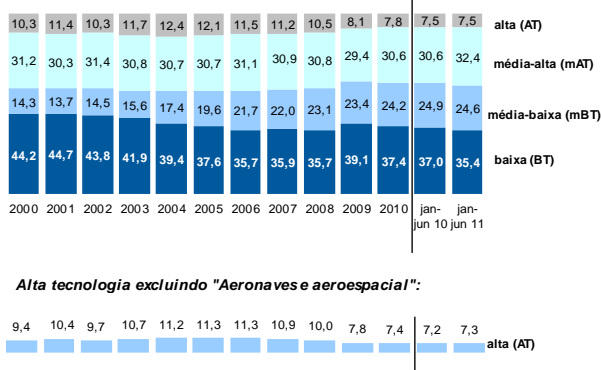
[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No primeiro semestre de 2011, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 17,6%. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* (alta+baixa) continuam a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (57%). As exportações de produtos de alta (+18,5%) e de média alta tecnologia (24,7%) foram as que registaram um maior crescimento homólogo (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



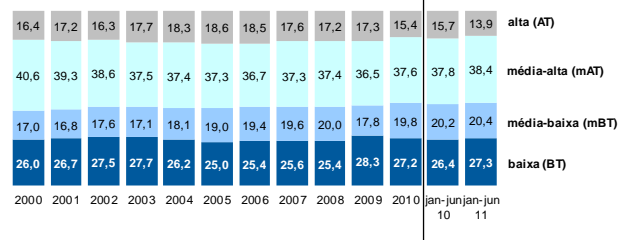
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

.As exportações de produtos de média alta intensidade tecnológica foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+7,5 p.p.).

As exportações dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram em 4,6 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados

As importações deste tipo de produtos cresceram, em termos homólogos, 4%. Neste caso, os produtos de média alta tecnologia foram os que mais contribuíram para o crescimento das importações dos produtos industriais transformados (+2,2 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

| Intensidade Tecnológica | Valores em '000 Euros | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------|-----------------|-------------------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------------------|--------------|
| | 2010 | janeiro a junho | | Taxas variação (%) | | | % total prod. indust. transf. | | | | Contributos ^[1] (p.p.) | |
| | | 2010 | 2011 | média 2005-10 | 2010/09 | jan-jun 2011/10 | 2009 | 2010 | jan-jun | | 2010 | jan-jun 2011 |
| EXPORTAÇÕES | | | | | | | | | | | | |
| Total dos prod. indust. transformados | 34 496 078 | 16 772 145 | 19 717 009 | 3,0 | 15,1 | 17,6 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 15,1 | 17,6 |
| Alta tecnologia | 2 686 060 | 1 253 688 | 1 485 342 | -5,8 | 10,2 | 18,5 | 8,1 | 7,8 | 7,5 | 7,5 | 0,8 | 1,4 |
| - Sem Aeronáutica e aeroespacial [2] | 2 538 850 | 1 197 141 | 1 427 525 | -5,3 | 8,3 | 19,2 | 7,8 | 7,4 | 7,2 | 7,3 | 0,7 | 1,4 |
| Média-alta tecnologia | 10 550 318 | 5 125 503 | 6 391 552 | 2,9 | 19,8 | 24,7 | 29,4 | 30,6 | 30,6 | 32,4 | 5,8 | 7,5 |
| Média-baixa tecnologia | 8 344 929 | 4 180 926 | 4 854 294 | 7,4 | 18,8 | 16,1 | 23,4 | 24,2 | 24,9 | 24,6 | 4,4 | 4,0 |
| Baixa tecnologia | 12 914 771 | 6 212 027 | 6 985 821 | 2,9 | 10,3 | 12,5 | 39,1 | 37,4 | 37,0 | 35,4 | 4,0 | 4,6 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | |
| Total das Exportações | 36 762 238 | 17 807 466 | 20 951 852 | 3,4 | 16,0 | 17,7 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 16,0 | 17,7 |
| Residual [3] | 2 266 160 | 1 035 322 | 1 234 844 | 11,0 | 32,1 | 19,3 | 5,4 | 6,2 | 5,8 | 5,9 | 1,7 | 1,1 |
| IMPORTAÇÕES | | | | | | | | | | | | |
| Total dos prod. indust. transformados | 47 097 923 | 22 968 709 | 23 896 037 | 1,7 | 8,3 | 4,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 8,3 | 4,0 |
| Alta tecnologia | 7 232 366 | 3 603 068 | 3 329 226 | -2,1 | -4,1 | -7,6 | 17,3 | 15,4 | 15,7 | 13,9 | -0,6 | -1,2 |
| - Sem Aeronáutica e aeroespacial [2] | 6 887 619 | 3 374 015 | 3 211 658 | -1,3 | 0,2 | -4,8 | 16,1 | 14,7 | 14,8 | 13,5 | 0,0 | -0,7 |
| Média-alta tecnologia | 17 715 298 | 8 676 780 | 9 174 847 | 1,9 | 11,5 | 5,7 | 36,5 | 37,6 | 37,8 | 38,4 | 4,3 | 2,2 |
| Média-baixa tecnologia | 9 336 281 | 4 631 417 | 4 866 732 | 2,6 | 20,6 | 5,1 | 17,8 | 19,8 | 20,2 | 20,4 | 4,1 | 1,0 |
| Baixa tecnologia | 12 813 977 | 6 057 443 | 6 525 232 | 3,5 | 4,0 | 7,7 | 28,3 | 27,2 | 26,4 | 27,3 | 1,1 | 2,0 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | |
| Total das Importações | 57 053 115 | 27 980 230 | 29 557 337 | 2,1 | 11,0 | 5,6 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 11,0 | 5,6 |
| Residual [3] | 9 955 192 | 5 011 521 | 5 661 300 | 4,0 | 26,2 | 13,0 | 15,4 | 17,4 | 17,9 | 19,2 | 4,6 | 2,3 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

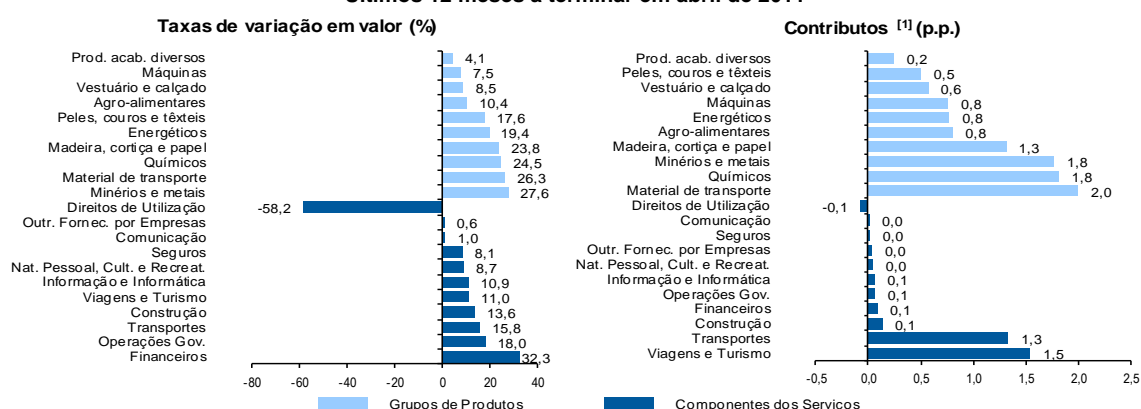
Segundo os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de maio de 2011, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços cresceram, em termos homólogos, 15,4%. A componente dos Bens foi aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (12,2 p.p.).

Entre janeiro e maio de 2011, a componente dos Serviços representou 28,8% do total das “Exportações” e contribuiu 3,2 p.p. para o crescimento das “exportações” totais. No que se refere às “Importações” (débitos) o seu peso no total foi de 16,3% e o seu contributo ainda menos expressivo (+0,9 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em maio de 2011, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços.

Neste período continua a destacar – se o contributo positivo do Material de Transporte (+2,1 p.p.) e dos serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (+1,5 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Últimos 12 meses a terminar em abril de 2011



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (13,8%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros

| | janeiro a maio | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | | |
|---------------------------------|----------------|---------------|---------------|--------------|----------------|--------------|---------------------------------|--------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | 2010 | 2011 | Anual | | janeiro a maio | | média anual 05-10 | 12 meses [2] | | janeiro a maio | |
| | | | 2005 | 2010 | 2010 | 2011 | | VH | contrib. p.p. [1] | VH | contrib. p.p. [1] |
| CRÉDITO (Exportações) | | | | | | | | | | | |
| Bens e Serviços | 21 050 | 24 282 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 4,7 | 14,2 | 14,2 | 15,4 | 15,4 |
| Bens | 14 719 | 17 279 | 71,8 | 67,7 | 69,9 | 71,2 | 3,4 | 16,1 | 10,8 | 17,4 | 12,2 |
| Serviços | 6 331 | 7 002 | 28,2 | 32,3 | 30,1 | 28,8 | 7,5 | 10,5 | 3,4 | 10,6 | 3,2 |
| Transportes | 1772 | 2 062 | 5,9 | 8,6 | 8,4 | 8,5 | 12,9 | 17,1 | 1,4 | 16,4 | 1,4 |
| Viagens e Turismo | 2 390 | 2 590 | 14,3 | 14,0 | 11,4 | 10,7 | 4,2 | 10,7 | 1,5 | 8,4 | 1,0 |
| Comunicação | 206 | 215 | 1,0 | 0,9 | 1,0 | 0,9 | 1,5 | 1,4 | 0,0 | 4,1 | 0,0 |
| Construção | 179 | 235 | 0,7 | 0,9 | 0,9 | 1,0 | 11,3 | 15,9 | 0,2 | 31,0 | 0,3 |
| Seguros | 40 | 50 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 3,6 | 13,6 | 0,0 | 23,2 | 0,0 |
| Financeiros | 58 | 98 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | -0,3 | 43,2 | 0,1 | 68,1 | 0,2 |
| Informação e Informática | 106 | 145 | 0,3 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 17,9 | 16,6 | 0,1 | 36,4 | 0,2 |
| Direitos de Utilização | 14 | 13 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | -5,4 | -42,2 | 0,0 | -11,7 | 0,0 |
| Outr. Fornec. por Empresas | 1378 | 1406 | 4,8 | 6,0 | 6,5 | 5,8 | 9,8 | 0,7 | 0,0 | 2,0 | 0,1 |
| Nat. Pessoal, Cult. e Recreat. | 109 | 103 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 10,5 | 6,6 | 0,0 | -5,4 | 0,0 |
| Operações Governamentais | 77 | 86 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 8,4 | 16,1 | 0,1 | 11,1 | 0,0 |
| DÉBITO (Importações Fob) | | | | | | | | | | | |
| Bens e Serviços | 25 983 | 28 407 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2,6 | 9,6 | 9,6 | 9,3 | 9,3 |
| Bens | 21 598 | 23 778 | 85,6 | 83,5 | 83,1 | 83,7 | 2,1 | 10,2 | 8,5 | 10,1 | 8,4 |
| Serviços | 4 385 | 4 629 | 14,4 | 16,5 | 16,9 | 16,3 | 5,5 | 6,8 | 1,1 | 5,6 | 0,9 |
| Transportes | 1262 | 1371 | 4,5 | 4,9 | 4,9 | 4,8 | 4,4 | 8,8 | 0,4 | 8,6 | 0,4 |
| Viagens e Turismo | 1 891 | 1220 | 4,3 | 4,5 | 4,6 | 4,3 | 3,8 | 7,3 | 0,3 | 2,4 | 0,1 |
| Comunicação | 178 | 182 | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 6,4 | 1,7 | 0,0 | 2,2 | 0,0 |
| Construção | 39 | 47 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 1,5 | 2,9 | 0,0 | 21,5 | 0,0 |
| Seguros | 105 | 98 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 7,0 | 6,0 | 0,0 | -6,7 | 0,0 |
| Financeiros | 92 | 227 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,8 | 5,7 | 95,5 | 0,3 | 146,5 | 0,5 |
| Informação e Informática | 144 | 157 | 0,3 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 13,3 | 9,2 | 0,1 | 9,3 | 0,1 |
| Direitos de Utilização | 172 | 161 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,6 | 8,6 | 5,3 | 0,0 | -6,5 | 0,0 |
| Outr. Fornec. por Empresas | 959 | 937 | 2,8 | 3,5 | 3,7 | 3,3 | 7,1 | -0,6 | 0,0 | -2,3 | -0,1 |
| Nat. Pessoal, Cult. e Recreat. | 193 | 192 | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 12,0 | -0,3 | 0,0 | -0,6 | 0,0 |
| Operações Governamentais | 50 | 37 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | -2,0 | -12,8 | 0,0 | -25,4 | 0,0 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até maio de 2011.

Artigos

Em Análise

Perspectivas para o Sector da Construção¹

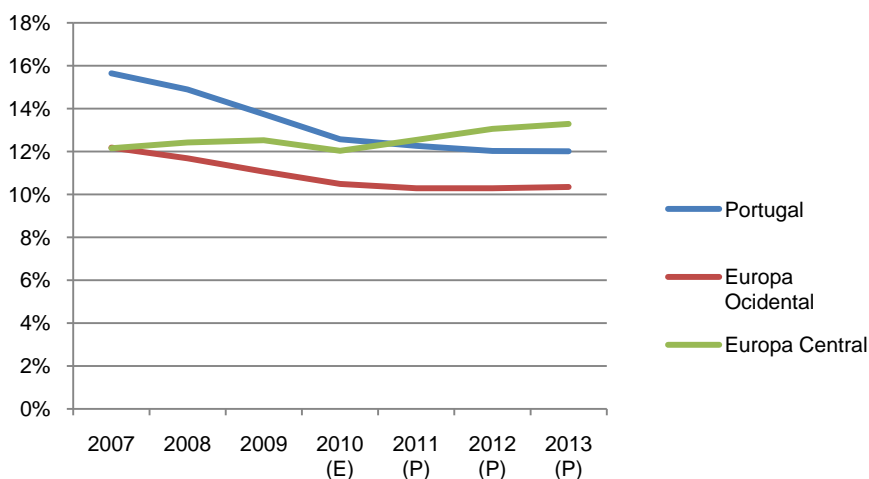
Catarina Nunes²

1. Introdução

O sector da Construção tem uma importância muito significativa no conjunto da economia nacional. É um sector muito diferenciado de outros sectores de atividade, quer em termos produtivos, quer em termos de mercado de trabalho. Tem uma cadeia de valor muito extensa porque recorre a uma ampla rede de *inputs*, o que proporciona a existência de efeitos multiplicadores significativos a montante e a jusante.

À medida que aumenta o desenvolvimento económico, o peso da construção na economia tende a ser progressivamente menor, dado que a um elevado nível de desenvolvimento económico corresponde um grau de satisfação considerável em termos de número de obras, nomeadamente infraestruturas e parque habitacional, o que determina uma menor procura dirigida à atividade da construção. A procura dirigida a este sector depende, assim, do grau de desenvolvimento da economia, da conjuntura económica e do crescimento da despesa pública, ou seja, mais do que em qualquer outro sector de atividade, a sua evolução depende do montante e da conjuntura do investimento noutros sectores. Portugal, no Gráfico 1, apresenta uma tendência idêntica à dos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental, ou seja, tende para uma mudança estrutural no tipo de construção a desenvolver que assenta especialmente na reabilitação. A Europa Central, que inclui países que ainda necessitam de investir em infraestruturas e parque habitacional, apresenta uma tendência divergente com a Europa Ocidental.

Gráfico 1 - Peso do sector da construção no Produto Interno Bruto (%)



Fonte: Euroconstruct

Neste contexto o presente artigo baseia-se em dados do Euroconstruct³, de Dezembro de 2010, e nele propomo-nos apresentar as perspectivas para os diferentes segmentos do sector da construção até 2013, e em consonância, os desafios que se colocam a este sector. Em paralelo, e tendo em conta os desafios que se colocam às empresas de construção, são apresentadas algumas medidas de política que têm

¹ Agradeço à Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego (catarina.nunes@gEE.min-economia.pt). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

³ O Euroconstruct é formado por representantes do sector da construção de 19 países da Europa Ocidental (alguns países da União Europeia e Suíça) e da Europa Central (República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia).

vindo a ser implementadas com o fim de ajudar à recuperação do sector e potenciar a sua internacionalização.

2. Evolução recente do sector da construção

Segundo o INE, a produção na Construção caiu 10,4% em Maio último e face a igual mês de 2010. Trata-se, assim, de um decréscimo mais acentuado do que os verificados nos meses anteriores (-8,9% em Abril, -6,9% em Março e -5,2% em Fevereiro). Este agravamento, de acordo com o INE, deveu-se, sobretudo, ao segmento da Engenharia Civil, cuja variação homóloga passou de -7,9% em Abril para -10,3% em Maio, contribuindo com -5,5 pontos percentuais para a variação total do índice. No segmento da Construção de Edifícios, a queda foi mais branda: apenas de 0,6 pontos percentuais (-10,0% em Abril e -10,6% em Maio), tendo contribuído com -4,9% para a variação do índice agregado.

Considerando a variação média da produção do sector nos últimos 12 meses, esta foi de -8,6% em Maio, ou seja, inferior em 0,2 pontos percentuais face a Abril.

Quanto ao emprego na Construção, verificou-se também um agravamento em Maio relativamente aos meses anteriores, com a respectiva taxa homóloga a fixar-se em -9,4% (-9,1% em Abril e -8,4% em Março). Do mesmo modo, a taxa de variação média do emprego nos últimos 12 meses foi -8,4%, inferior em 0,2 pontos percentuais à verificada em Abril, destaca o INE, acrescentando que as remunerações efetivamente pagas pelo sector da Construção decresceram 9,7% em termos homólogos, quando em Abril a redução tinha sido de 4,3%.

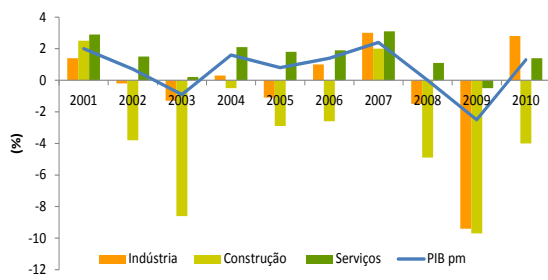
Quadro 1 – Indicadores trimestrais/mensais

| Indicadores Trimestrais / Mensais | Fonte | Unidade | 2T10 | 3T10 | 4T10 | 1T11 | 2T11 | Abr-11 | Mai-11 | Jun-11 |
|---|-------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|
| Índice de produção na construção e obras públicas | INE | VH/VM3M | -7,9 | -8,3 | -9,5 | -6,9 | | -8,8 | -10,0 | |
| Vendas de cimento * | BdP | VH | -6,1 | -4,7 | -8,0 | -6,1 | | -18,1 | -13,0 | |
| Licenciamento de obras | INE | VH | -7,9 | -10,9 | -9,2 | -9,0 | | -21,0 | | |
| Índice de Novas Encomendas na Construção e Obras Públicas | INE | VH | 21,4 | -15,4 | -11,1 | -13,8 | | | | |
| Indicador de Confiança na Construção (vcs) | CE | SRE-VE | -51,1 | -46,2 | -60,2 | -52,8 | -60,2 | -69,8 | -61,6 | -59,2 |
| Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas | INE | SRE-VE | -40,5 | -40,5 | -46,6 | -60,6 | -63,6 | -62,4 | -63,6 | -64,9 |
| Carteira de Encomendas (Conjunto do sector) | INE | SRE-VE | -61,1 | -55,1 | -61,2 | -65,7 | -66,7 | -63,2 | -68,3 | -68,6 |
| Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector) | INE | SRE-VE | -19,9 | -25,8 | -31,9 | -35,5 | -40,5 | -41,7 | -38,6 | -41,1 |
| Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector) | INE | SRE-VE | -27,5 | -24,8 | -27,6 | -34,6 | -38,3 | -38,1 | -35,1 | -41,7 |
| Perspectiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector) | INE | SRE-VE | -16,6 | -17,7 | -20,8 | -21,5 | -22,8 | -23,7 | -18,9 | -25,7 |
| Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas | INE | VH | -7,5 | -7,8 | -8,7 | -8,6 | | -9,1 | -9,4 | |

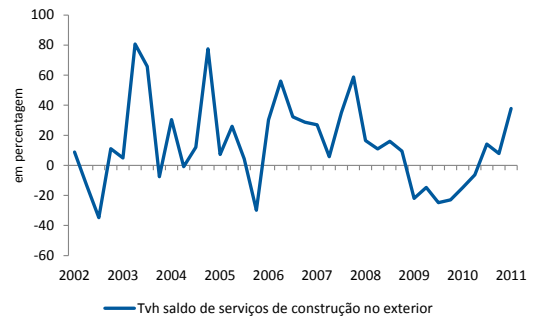
Fonte: Síntese Estatística de Conjuntura (SEC), GEE

A difícil conjuntura que o sector da construção atravessa tem igualmente tradução em indicadores como o consumo de cimento (quebra de 13,0% em Maio de 2011, face ao mesmo período do ano anterior), o licenciamento de obras (-21,0% em Abril, face ao mesmo período do ano anterior) e o índice de novas encomendas na construção e obras públicas, desceu no 1º trimestre de 2011, 13,8%, face ao mesmo período do de 2010 (Quadro 1).

Em oposição ao que aconteceu na década de 90 do século passado (Nunes 2001), o contributo do sector da construção para o PIB foi, na década de 2000, marcadamente negativo (Gráfico 2). Uma evolução negativa observou-se também ao nível da evolução da taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo (SEC/GEE, Julho de 2011). Apesar disso, o saldo dos serviços de construção no exterior apresentou uma evolução positiva desde 2009, tendo atingido um crescimento de 37,8% no 1º trimestre deste ano face ao homólogo (Gráfico 3).

Gráfico 2 - Taxa de variação real do valor acrescentado bruto por ramo de atividade (%)

Fonte: Banco de Portugal

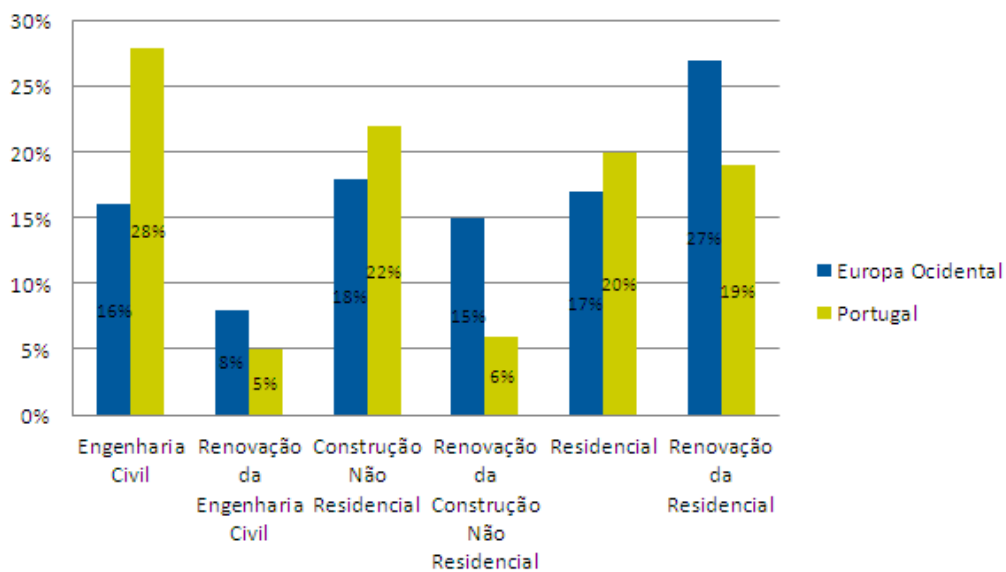
Gráfico 3 – Taxa de variação homóloga do saldo dos serviços de construção no exterior (%)

Fonte: Banco de Portugal

3. Estrutura do sector da construção

Para além da atividade produtiva propriamente dita - construção de residências, de edifícios não residenciais e de engenharia civil, o sector da construção inclui ainda a manutenção e recuperação destes três tipos de obra.

A estrutura da construção em Portugal é significativamente diferente da do conjunto dos restantes países da Europa Ocidental (Gráfico 4).

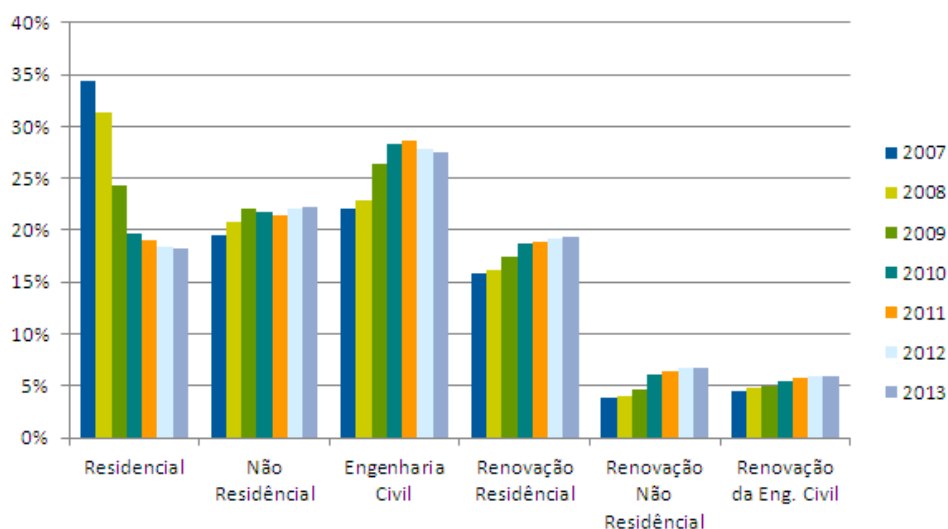
Gráfico 4 - Peso dos segmentos da construção em 2010 (%)

Fonte: Euroconstruct

Verifica-se, pois, que os segmentos com maior peso na estrutura produtiva em Portugal integram-se na construção nova, enquanto na Europa predomina a manutenção e a recuperação, diferenças que caracterizam estádios de desenvolvimento económico distintos, correspondendo, de algum modo, a uma tendência de longo prazo de aumento do peso da atividade de manutenção e recuperação na estrutura produtiva do sector à medida que se verifica um maior desenvolvimento do país. Contudo, existem razões históricas e socioeconómicas que explicam estas diferenças muito díspares de comportamento, nomeadamente o valor social da propriedade que em Portugal é muito vincado.

Segundo os dados do Euroconstruct prevê-se para Portugal, no período de 2011 a 2013, uma recuperação do segmento da Manutenção e Recuperação, com maior destaque para recuperação da habitação (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Peso dos segmentos da construção no período 2007 – 2013, para Portugal (%)



Fonte: Euroconstruct

3.1 Construção residencial

Entre 1991 e 2007, no conjunto dos países que integram o Euroconstruct, a construção residencial era o segmento da construção com maior crescimento. Houve inúmeros factores que determinaram esta performance:

1. A democratização dos países do Leste Europeu permitiu um substancial investimento em infraestruturas;
2. A mesma democratização dos países de Leste levou a que houvesse um fluxo migratório em toda a Europa em busca de melhores condições de vida;
3. A introdução do Euro que permitiu a queda da taxa de juro;
4. O forte crescimento da população em alguns países conjugado com a melhoria das condições de vida.

O volume de construção residencial na Europa, de 2008 a 2010, diminuiu drasticamente. As perspectivas económicas, o rendimento das famílias, o mercado de trabalho, os efeitos populacionais, as condições de financiamento e as taxas de juro foram variáveis determinantes para esta evolução.

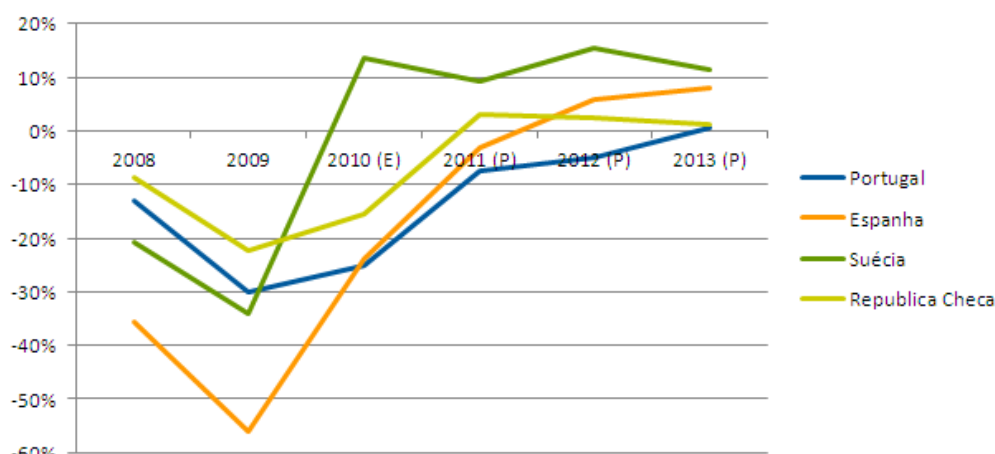
Portugal não ficou à margem desta evolução europeia registando, mesmo, uma das maiores quedas neste segmento (Quadro 2).

Quadro 2 - Taxa de crescimento da construção residencial (%)

| | 2008 | 2009 | 2010(E) | 2011(P) | 2012(P) | 2013(P) |
|------------------|------|------|---------|---------|---------|---------|
| Portugal | -13% | -30% | -25% | -8% | -5% | 1% |
| Europa Ocidental | -18% | -25% | -7% | 3% | 5% | 5% |
| Europa de Leste | 9% | -16% | -7% | 3% | 5% | 6% |
| Total dos países | -17% | -24% | -7% | 3% | 5% | 6% |

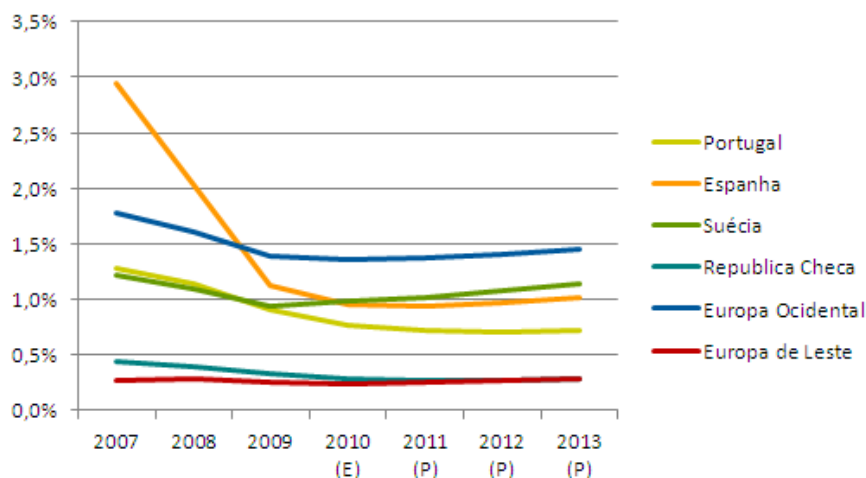
Fonte: Euroconstruct

Ao analisarmos o comportamento de outros países pode ver-se que Espanha registou um declínio acentuado em 2009, com posterior recuperação (Gráfico 6), prevendo-se que chegue a 2013 com um crescimento de 8%, superior ao que se espera para Portugal que será de 1%. Há ainda a registar que, de acordo com as previsões, Portugal só deverá ter crescimento em 2013 e Espanha já terá crescimento em 2012 (6%) e a República Checa já em 2011 (3%).

Gráfico 6 - Taxa de crescimento do segmento residencial no período de 2008-2013 (%)

Fonte: Euroconstruct

Tendo em conta o total da população verifica-se que Portugal acompanha a tendência dos países da Europa Ocidental, mas a um nível significativamente inferior (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Evolução do segmento residencial no período de 2008-2013 segundo o total da população (%)

Fonte: Euroconstruct

3.2. Construção não residencial

Este segmento produtivo, no conjunto dos países em análise, teve crescimentos consideráveis até 2008. Com o surgimento da recessão mundial tudo mudou, esperando-se uma recuperação para 2012 e 2013.

Portugal deverá registar uma queda considerável neste segmento (6% em 2011), superior à que é prevista para os agregados de países apresentados no Quadro 3.

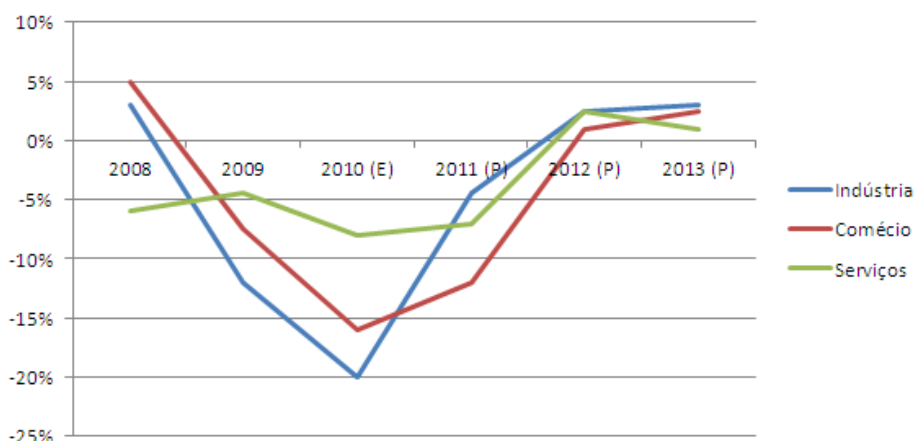
Quadro 3 - Taxa de crescimento da construção não residencial (%)

| | 2008 | 2009 | 2010(E) | 2011(P) | 2012(P) | 2013(P) |
|------------------|------|------|---------|---------|---------|---------|
| Portugal | 1% | -4% | -8% | -6% | 2% | 2% |
| Europa Ocidental | 1% | -14% | -8% | -3% | 1% | 2% |
| Europa de Leste | 7% | -12% | -3% | 4% | 5% | 5% |
| Total dos países | 2% | -14% | -7% | -2% | 1% | 2% |

Fonte: Euroconstruct

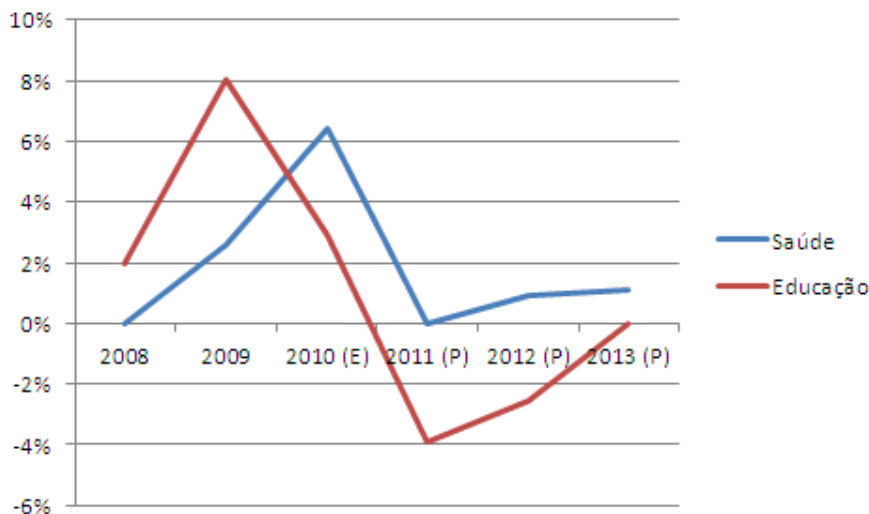
Neste segmento, as maiores quedas verificaram-se em edifícios financiados por privados das áreas industrial, do comércio e dos serviços. Concretamente em Portugal destaca-se o sector industrial como aquele que mais contribuiu para a queda deste segmento da construção (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Portugal: Taxa de crescimento da construção não residencial (%)



Fonte: Euroconstruct

No que se refere às obras financiadas pelo sector público, Portugal deverá registar, até 2010, valores positivos de crescimento, apesar de marginalmente decrescentes, se se mantiver a política de construção de novas escolas e novos hospitais recentemente implementada (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Taxa de crescimento da construção não residencial na saúde e educação (%)

Fonte: Euroconstruct

3.3. Engenharia civil

A evolução do segmento da Engenharia Civil nova (obras públicas) registou um decréscimo inferior ao verificado para os segmentos da Residência Nova e Não Residencial nova.

Da análise do Quadro 4 conclui-se que o segmento das obras de Engenharia civil nos países da Europa Ocidental começará a recuperar apenas em 2012, devendo a recuperação em Portugal ser apenas posterior a 2013 dado o contexto de restrição orçamental.

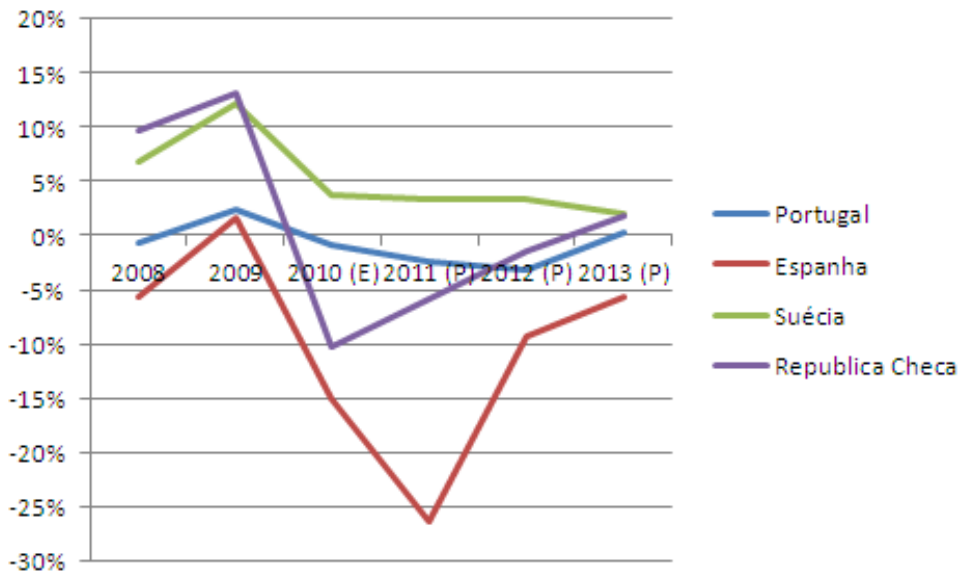
Quadro 4 - Taxa de crescimento da engenharia civil (%)

| | 2008 | 2009 | 2010(E) | 2011(P) | 2012(P) | 2013(P) |
|------------------|------|------|---------|---------|---------|---------|
| Portugal | -1% | 4% | -1% | -3% | -4% | 0% |
| Europa Ocidental | 0% | 0% | -1% | -4% | 0% | 1% |
| Europa de Leste | 8% | 16% | 1% | 19% | 17% | 7% |
| Total | 1% | 1% | -1% | -2% | 2% | 2% |

Fonte: Euroconstruct

No Gráfico 10 verifica-se que a evolução difere entre os países, registando-se um nível muito positivo do segmento em análise no caso da Suécia (Gráfico 10).

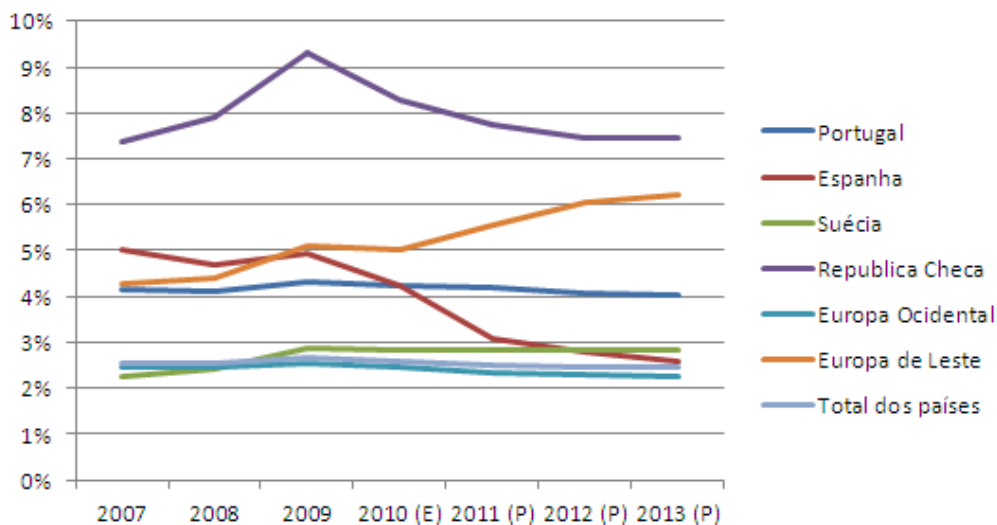
Gráfico 10 - Taxa de crescimento da engenharia civil (%)



Fonte: Euroconstruct

Mas esta perspectiva altera-se se for considerada em conjunto com a dimensão das economias. O gráfico 11 apresenta a evolução deste segmento da Construção Civil em percentagem do Produto Interno Bruto, permitindo aferir o respectivo nível de importância na economia de cada país (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Peso do segmento da engenharia civil no produto interno bruto (%)



Fonte: Euroconstruct

Ao comparar a evolução de um país nórdico como a Suécia, que pertence aos países da Europa Ocidental, e outro país como a República Checa, com grau de desenvolvimento inferior e que pertence à Europa de Leste, é possível verificar que Portugal converge com o primeiro grupo. Ou seja, Portugal tende para uma estrutura produtiva mais próxima dos países mais desenvolvidos. Isto é importante para que se possa ter uma perspectiva de mercados para as empresas nacionais e, por outro lado, reforça a necessidade de mudança da estrutura do sector.

3.4. Segmento da manutenção e recuperação

Sendo que a procura dirigida ao sector depende do grau de desenvolvimento da economia, da conjuntura económica e do montante das despesas públicas confirma-se que existe uma mudança de estrutura do sector, passando a manutenção/recuperação a adquirir maior importância, sempre que o grau de desenvolvimento de um país é superior e que existe um grau de satisfação de engenharia civil elevado.

Portugal apresenta uma tendência de alteração da estrutura do sector da construção na medida em que se prevê para 2012 um peso do segmento da renovação em residências superior à construção nova (Quadro 5).

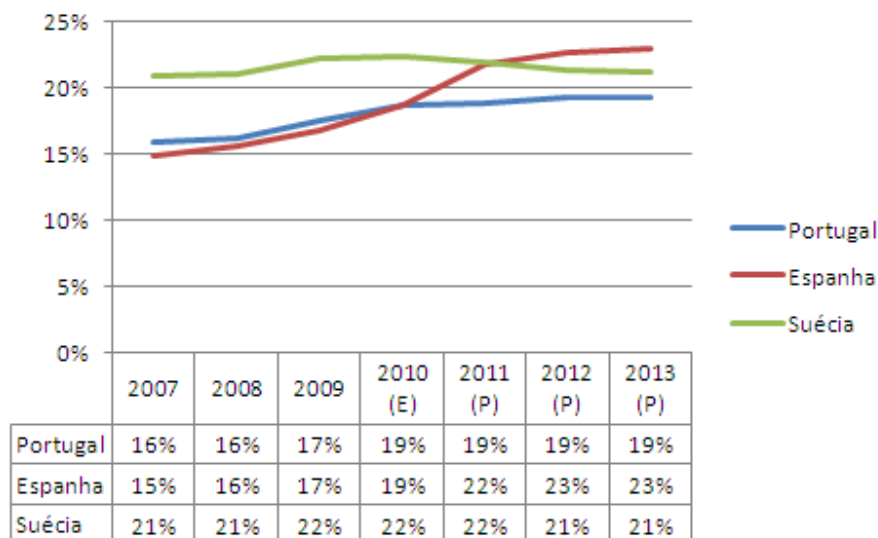
Quadro 5 – Peso dos vários segmentos do sector no total da construção, para Portugal (%)

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010(E) | 2011(P) | 2012(P) | 2013(P) |
|---------------------------------------|------|------|------|---------|---------|---------|---------|
| Residencial | 34% | 31% | 24% | 20% | 19% | 18% | 18% |
| Não Residencial | 20% | 21% | 22% | 22% | 21% | 22% | 22% |
| Engenharia Civil | 22% | 23% | 26% | 28% | 29% | 28% | 28% |
| Renovação Residencial | 16% | 16% | 17% | 19% | 19% | 19% | 19% |
| Renovação Não Residencial | 4% | 4% | 5% | 6% | 6% | 7% | 7% |
| Renovação da Eng ^a . Civil | 4% | 5% | 5% | 5% | 6% | 6% | 6% |

Fonte: Euroconstruct

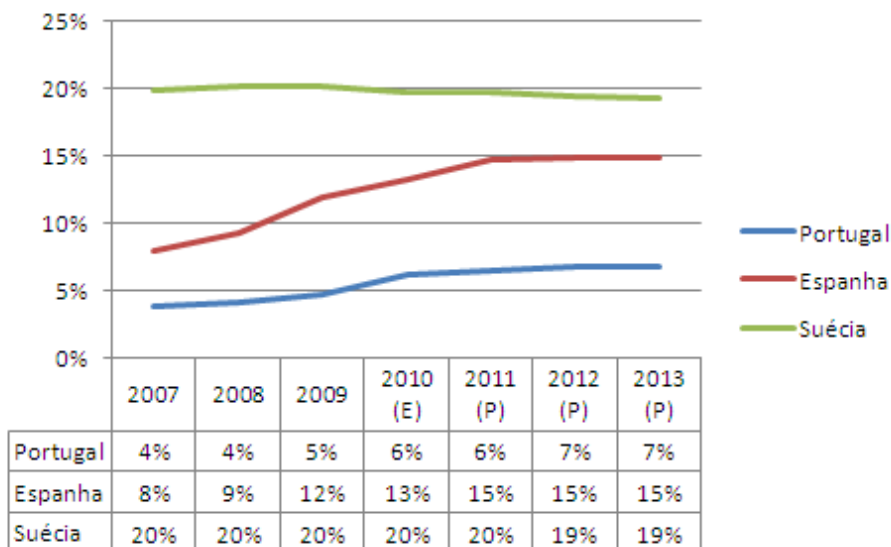
Comparando Portugal e Espanha verifica-se que Espanha tenderá a apostar numa intensificação de atividade na manutenção e recuperação mais vincada que a prevista para Portugal. (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Evolução da Renovação Residencial no total da construção (%)



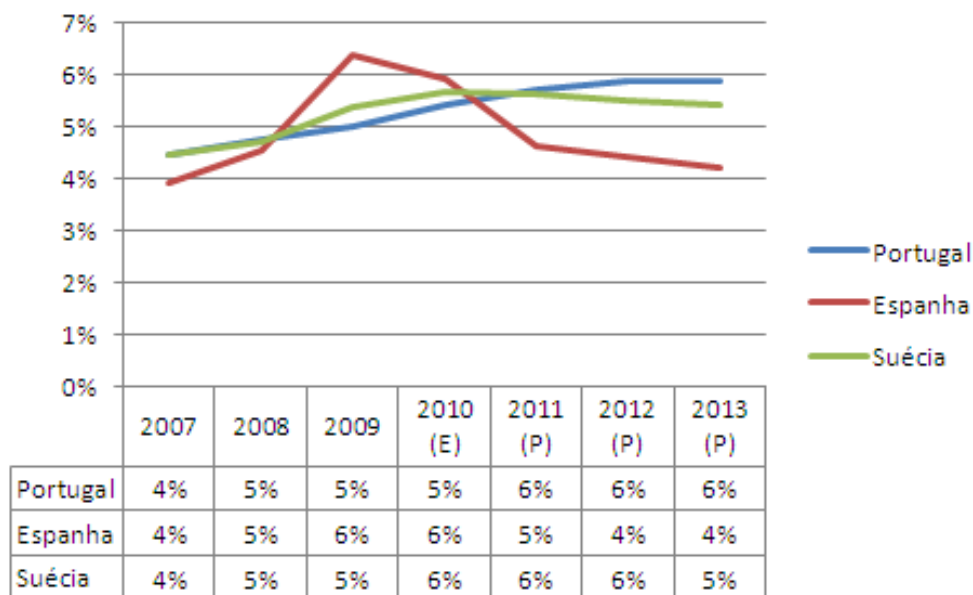
Fonte: Euroconstruct

No segmento de renovação do não residencial, Portugal tende para um crescimento sustentado mas longe de alcançar os níveis da Espanha e da Suécia (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Evolução da renovação do não residencial no total da construção (%)

Fonte: Euroconstruct

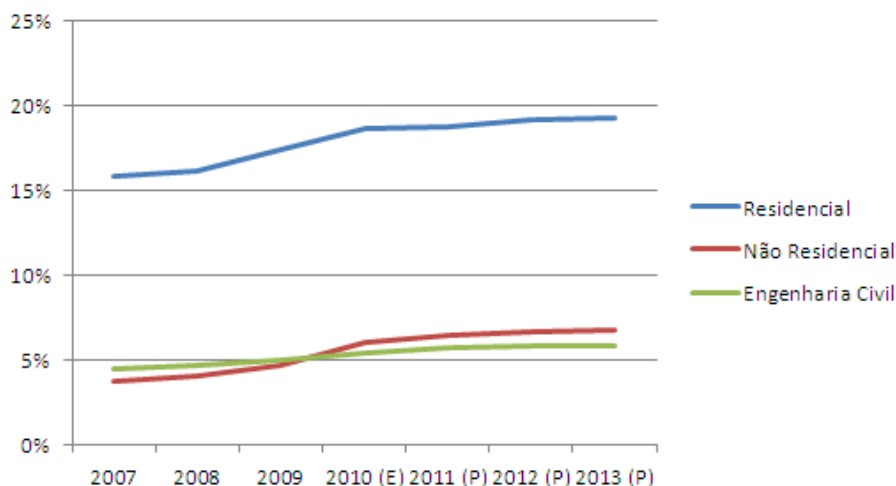
No segmento da Engenharia Civil, Portugal tem um registo de evolução muito significativo registando valores superiores aos dos 2 outros países (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Evolução da renovação na engenharia civil no total da construção (%)

Fonte: Euroconstruct

A evolução esperada para este segmento tende a intensificar-se com especial relevo para o sector residencial (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Evolução do peso da manutenção e recuperação no total da construção (%)



Fonte: Euroconstruct

O segmento da Manutenção e recuperação apresenta-se assim como aquele em que outros países já têm vindo a apostar. Portugal, e muito concretamente as PME's do sector da construção, têm pela frente uma alteração da estrutura produtiva deste sector.

4. Desafios

4.1 Internacionalização

Com se verificou no Gráfico 3 deste artigo o saldo dos serviços de construção com o exterior são bastante animadores, assim a internacionalização apresenta-se como um segundo desafio para este sector.

Tendo em conta o mercado global em que estamos inseridos torna-se necessário fazer uma análise do mercado e verificar quais os factores que constituem oportunidades e os que constituem ameaças/desafios.

| OPORTUNIDADES | DESAFIOS |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Grande capacidade de adaptação a novas realidades Qualidade dos produtos e serviços fornecidos | <ul style="list-style-type: none"> Ausência de forte suporte de tesouraria Fraca cultura em prospecção de mercado Falta de agressividade de negócio/cadeias de venda pouco adequadas |

Por outro lado é necessário identificar as forças e fraquezas das empresas nacionais

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Preços competitivos face à concorrência europeia; Existência de mecanismos de crédito preferenciais; Flexibilidade e adaptabilidade das empresas portuguesas possibilitando cooperações | <ul style="list-style-type: none"> Falta de quadros altamente especializados; Preços pouco competitivos face à concorrência de alguns países como a China, o Brasil ou a Índia; Dimensão das empresas portuguesas Dificuldade de acesso ao mercado financeiro |

Nos últimos anos, Portugal, tendo em conta as características do mercado e das empresas nacionais, tem implementado um conjunto de políticas públicas destinadas a melhorar a eficiência e atenuar os efeitos das falhas de mercado. Lembre-se que restrições de crédito podem impedir as PME acederem ao crédito a taxas competitivas. Este é um problema que pode impedir que as PME se internacionalizem. Com o objectivo de diminuir este obstáculo, o governo português potenciou os fundos QREN para fins de

internacionalização como é exemplo do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME que visa apoiar projetos de internacionalização em que a cooperação é privilegiada (Quadro 6).

Quadro 6. Exemplo de medida de apoio à internacionalização

| Medida | Descrição | Documento Legal/Data de Início | Benefícios | Execução/Resultados |
|--|---|---|---|--|
| Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME | Apoio a projetos de investimento promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação, bem como por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) direcionados para a intervenção nas PME. | Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro Portaria n.º 250/2008, de 4 de Abril Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril Portaria n.º 1101/2010, de 25 de Outubro | Os incentivos vão desde os €25.000 aos €400.000 por projeto. Taxa base máxima: 40% Majorações: <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de Empresa: 5 p.p. a atribuir a pequenas empresas; • Tipo de Despesa: 5 p.p. para médias empresas, para "outras despesas de investimento" excepto contratação; 10 p.p. para pequenas empresas (acumuláveis com a majoração "tipo de empresa") e para médias empresas, para despesas de aquisição de equipamento para superar as normas em matéria de ambiente. • Tipo de Estratégia: 5 p.p. a atribuir quando os projetos se inserirem em estratégias de eficiência colectiva. | Em 15 de Novembro de 2010 N.º de projetos Contratados = 2233 Montante de incentivo=278,3 milhões de euros |

Com o objectivo de potenciar o investimento de diferentes sectores de atividade e de diferentes tipos de empresas, estão também disponíveis diversos instrumentos de acesso ao capital de risco.

O InovCapital destina-se a apoiar as PME nacionais nas atividades de empreendedorismo e no suporte à inovação e internacionalização. A AICEP Capital Global destina-se a encaminhar os capitais disponíveis para o investimento em participações acionistas, minoritárias e temporárias, em pequenas e médias empresas portuguesas envolvidas em estratégias de internacionalização. Salientamos, ainda, o Seguro de Investimento Português no estrangeiro que é concedido pela COSEC com a garantia do Estado português visando cobrir os prejuízos causados pelos riscos a que os investimentos estrangeiros estão expostos. (Quadro 7).

Quadro 7. Exemplos de medidas de apoio ao acesso ao capital de risco

| Medida | Descrição | Documento Legal/Data de Início | Benefícios | Execução/Resultados |
|--|--|---|--|--|
| InovCapital | Desenvolve a sua atividade no apoio ao empreendedorismo e no suporte às PME nas áreas da Inovação e da Internacionalização. | Decreto-Lei n.º 375/2007 de 8 de Novembro | <ul style="list-style-type: none"> • Participação no Capital Social, partilhando o risco do negócio. • Uma relação de parceria de médio/longo prazo. • Uma equipe técnica qualificada e pró-ativa, focada no desenvolvimento dos negócios. • Um compromisso de inovação e melhoria contínua. | Em Julho de 2011 - 145 Participações em carteira - 165 milhões de euros de investimento |
| AICEP Capital Global | Orienta prioritariamente os capitais disponíveis para o investimento em participações acionistas, minoritárias e temporárias, em pequenas e médias empresas portuguesas envolvidas em estratégias de internacionalização de negócio; Fomenta a adopção e reprodução de boas práticas de <i>governance</i> nas empresas participadas; Valorizar os FCR sob gestão e os capitais do acionista. | 20 de Dezembro de 1988 | <ul style="list-style-type: none"> • FCR AICEP Capital Global II - €24.939.890 • FCR AICEP Capital Global III - €2.992.787 • FCR AICEP Capital Global GPI - €43.000.000 • FCR AICEP Capital Global FIEP - €60.000.000 | Em 31 de Agosto de 2010 - 29 Participações em carteira - 83.748 mil euros de investimento |
| SEGURO DE INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO | É um instrumento da política de internacionalização das empresas portuguesas, concedido pela COSEC com a garantia do Estado Português que visa cobrir os prejuízos causados pelos riscos a que os investimentos no estrangeiro estão expostos, devido à ocorrência de | Decreto-Lei n.º 31/2007, de 14 de Fevereiro. Despacho Conjunto n.º 474/2002, de 30 de Abril. | O apoio traduz-se na emissão de um seguro (com garantia do Estado) que cobre riscos políticos associados a investimentos no exterior: <ul style="list-style-type: none"> 1 – Cobertura Geográfica • 2 – Objectivo do Investimento Seguro • 3 – Tipo de Investimento Seguro | Implementado |

| Medida | Descrição | Documento Legal/Data de Início | Benefícios | Execução/Resultados |
|--------|--|--------------------------------|--|---------------------|
| | factos de natureza política que se verifiquem no país de destino | | <ul style="list-style-type: none"> • 4 – Requisitos do Investimento Seguro • 5 – Formas de Realização do Investimento • 6 – Riscos Seguros • 7 – Factos Geradores dos Riscos • 8 – Percentagem de Cobertura • 9 – Período do Seguro • 10 – Taxa de Prémio <p>As empresas beneficiam ainda, das vantagens de apoio técnico que a COSEC proporciona, a diversos níveis.</p> | |

4.2 Manutenção e recuperação

Já há mais de uma década que Portugal vem tendo a consciência que o mercado de manutenção e recuperação é um desafio para as empresas de construção, tendo em conta a tendência dos diferentes segmentos do sector em outros países.

Dada a referida conjuntura nacional e internacional torna-se necessário fazer uma análise do mercado e verificar quais os factores que constituem oportunidades e os que constituem ameaças/desafios.

| OPORTUNIDADES | DESAFIOS |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Responder a novas necessidades em mercados específicos, e.g. recuperação e manutenção de edifícios (área de negocio com elevada potencialidade para alcançar a necessária rentabilidade). • Crescimento de mercados emergentes de língua portuguesa | <ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do investimento público • Crescente atomização do sector • Menor sobrevivência de empresas • Diminuição do crédito |

Tendo em conta a especificidade do segmento de Manutenção e Reabilitação torna-se necessário identificar as forças e fraquezas das empresas nacionais.

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade e adaptabilidade das empresas portuguesas; • Estrutura empresarial das empresas de construção • Existência de mecanismos de crédito/financiamento preferenciais | <ul style="list-style-type: none"> • Falta de quadros altamente especializados • Fraca inovação nos métodos de trabalho utilizados • Fraca rede de cooperação entre empresas com valências distintas e necessárias para uma dada obra • Fraca produtividade |

O Estado ao estar atento à mudança estrutural de estratégia das empresas do sector e ao ter consciência de todos os problemas socioculturais inerentes ao arrendamento tem vindo a criar medidas que apoiem os municípios, os senhorios e proprietários através de meios financeiros que estimulem a atividade de Manutenção e recuperação (Quadro 8).

Quadro 8. Exemplo de medidas de apoio ao financiamento para a recuperação e manutenção

| Medida | Descrição | Documento Legal/Data de Início | Benefícios | Execução/Resultados |
|--|---|---|--|---|
| RECRIA (Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados) | Visa financiar a execução das obras de conservação e beneficiação que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo Estado e pelos municípios. | Portaria n.º 1172/2010, de 10 de Novembro Portaria n.º 56-A/2001, de 29 de Janeiro - | As obras a executar beneficiam de participação a fundo perdido. O IHRU pode ainda conceder financiamentos, sob a forma de empréstimo, aos proprietários dos imóveis a recuperar até ao montante correspondente à parte do valor das obras não participada. | Montantes (em euros) 2003:2.676.392 2004:2.374.815 2005:3.850.268 2006:3.139.624 2007:3.348.399 2008:3.336.925 2009:2.954.975 2010:1.936.690 |
| REHABITA (Regime de Apoio a Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas) | Consiste numa extensão do Programa RECRIA e visa apoiar financeiramente as Câmaras Municipais na recuperação de zonas urbanas antigas. O acesso ao REHABITA pressupõe a celebração de acordos de colaboração entre o IHRU, as Câmaras Municipais e outras instituições de crédito autorizadas O financiamento no âmbito do REHABITA destina-se a apoiar a execução de obras de conservação, de beneficiação ou de reconstrução de edifícios habitacionais e as ações de realojamento provisório ou definitivos daí recorrentes, no âmbito de operações municipais de reabilitação dos núcleos urbanos históricos que sejam declarados como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, e que possuam planos de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados e aos centros urbanos reconhecidos Os particulares também têm acesso ao REHABITA, nos mesmos moldes que ao RECRIA. | Portaria em vigor: Portaria n.º 1172/2010, de 10 de Novembro Decreto-lei n.º 329-B/2000, de 22 de Dezembro. | Às obras integradas no REHABITA, participadas pelo RECRIA, acresce uma participação a fundo perdido de 10%, suportada pelo IHRU e pelos municípios envolvidos, nos mesmos moldes do RECRIA. Tal como no RECRIA, quando a câmara municipal se substituir aos senhorios ou proprietários na realização das obras poderá recorrer a empréstimos bonificados para financiar o valor das obras não participadas. Realojamento Provisório e Definitivo As obras participáveis pelo REHABITA ao abrigo do RECRIA, destinadas ao realojamento provisório ou à elaboração de projetos ou fiscalização, têm uma percentagem adicional, a fundo perdido, de 10%, a suportar pelo IHRU e pelo município na proporção estabelecida pelo RECRIA, desde que conste da previsão da candidatura. | Montantes (em euros) 2003:1.101.604 2004:910.761 2005:1.498.555 2006:1.320.033 2007:854.705 2008:656.345 2009:854.088 2010:644.998 |
| RECRIPH (Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal) | Visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação nas partes comuns de edifícios, constituídos em regime de propriedade horizontal. Mínimo de 4 fracções, podendo haver apenas uma para fins não habitacionais, e cuja licença de utilização tenha sido emitida até 1970 | Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de Julho – Portaria n.º 711/96, de 9 de Dezembro Aplicável | A realização de obras de conservação ordinária e extraordinária nas partes comuns dos prédios, beneficia de uma participação correspondente a 20% do montante total das obras. O valor da participação é suportado em 60% pelo IHRU e em 40% pelo Município. Poderá ainda ser concedido pelo IHRU, um financiamento aos condóminos, até ao valor das obras não participadas, com prazo de reembolso máximo de 10 anos. | Montantes (em euros) 2003:230.284 2004:258.024 2005:271.770 2006:265.115 2007:196.622 2008:80.452 2009:142.539 2010:28.697 |
| SOLARH (Programa de Solidariedade e Apoio a Recuperação de Habitação) | Visa a concessão de empréstimos sem juros pelo IHRU, para realização de obras de conservação: <ul style="list-style-type: none">Em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares;Em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção;Em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares) | Decreto-Lei n.º 25/2002, de 11 de Fevereiro | Condições de Financiamento O montante máximo é o correspondente ao custo das obras, até ao limite de 11.971,15€ por habitação, podendo ser majorado em + 25% para obras nas partes comuns: O prazo máximo de amortização dos empréstimos a conceder às pessoas ou agregados familiares proprietários de habitação própria permanente é determinado em função dos rendimentos, até ao limite de 30 anos; | Valores Utilizados (euros): 1999: 18.074,88 2000: 816.889,54 2001: 1.912.155,26 2002: 2.071.883,46 2003: 2.339.339,02 2004: 2.454.386,87 2005: 1.802.750,64 2006: 1.514.848,99 2007: 1.271.298,93 2008: 1.201.815,38 2009: 1.625.286,14 2010: 1.651.654,67 |
| PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso a Habitação) | Foca-se essencialmente no apoio a famílias carenciadas ao acesso a habitação privilegiando a reabilitação urbana em detrimento da aquisição ou construção de novas edificações. | Decreto-Lei n.º 54/2007 Decreto-Lei n.º 135/2004 Decreto-Lei n.º 163/1993 Decreto-Lei n.º 135/2004 | Podem beneficiar de financiamento ao abrigo dos Acordos de Colaboração celebrados no âmbito do PROHABITA os organismos e instituições: <ul style="list-style-type: none">As Regiões Autónomas, as associações de municípios e os municípios outorgantesOs serviços da administração direta do Estado, os institutos públicos e as entidades públicas empresariais de capitais exclusivamente públicos | Decreto-Lei n.º 54/2007 Fogos aprovados=2436 Empréstimo=5.704.102€ Participação=7.045.932 € Decreto-Lei n.º 135/2004 Fogos aprovados=7439 Empréstimo=15.201.509€ Participação=34.619.125 € Decreto-Lei n.º 163/1993 Fogos aprovados=544 Empréstimo=0€ Participação=3.140.130 € |

| Medida | Descrição | Documento Legal/Data de Início | Benefícios | Execução/Resultados |
|--|---|--|--|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> As empresas públicas regionais e municipais, por si ou em representação da respectiva Região ou município | |
| PER (Programa Especial de Realojamento) | O programa visa a erradicação das barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto tendo como objectivo específico, a concretização com celeridade, dos realojamentos em habitações condignas das famílias que vivem em barracas, sendo criada a possibilidade de cada município promover a construção de fogos necessários, quer para arrendamento, quer para compra. | Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio. | Têm acesso a financiamento os Municípios aderentes e as respectivas empresas públicas municipais, bem como as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais, as cooperativas de habitação e construção, e os agregados familiares registados no levantamento efectuado pelos Municípios. | Fogos Aprovados=544 Empréstimo=0€ Comparticipação=3.140.130 € |

Para além dos apoios financeiros existem os incentivos fiscais à prática da recuperação e manutenção que têm vindo a ser utilizados (Quadro 9).

Quadro 9. Exemplo de medida de incentivos fiscais à recuperação e manutenção

| Medida | Descrição | Documento Legal/Data de Início | Benefícios | Execução/Resultados |
|---|---|---|---|--|
| Incentivos à reabilitação urbana | <p>Visa criar incentivos fiscais de forma a estimular a Reabilitação Urbana</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prédios arrendados com rendas antigas que sejam objecto de ações de reabilitação Prédios urbanos localizados em ARU (áreas de reabilitação urbana) que sejam objecto de ações de reabilitação Obras iniciadas após Janeiro de 2008 e concluídas até Dezembro de 2020 | Artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Aprovado pelo Dec-Lei 215/89 de 1 de Julho, republicado pelo Dec-Lei 108/2008, de 26 de Julho, com os aditamentos introduzidos pela Lei n.º 64-A/2008, de 31/12. | <p>Estabelece vários tipos de benefícios fiscais sobre os rendimentos obtidos por Fundos de Investimento Imobiliário vocacionados para a Reabilitação Urbana</p> <p>IRS – dedução à colecta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite €500</p> <p>Mais-valias – tributação à taxa reduzida de 5%, quando estas sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis reabilitados em ARU (áreas de reabilitação urbana)</p> <p>RENDIMENTOS PREDIAIS – tributação à taxa reduzida 5% após a realização das obras de recuperação</p> <p>IMI – isenção por um período de 5 anos, o qual pode ser prorrogado por mais 5 anos</p> <p>IMT – isenção na 1ª transmissão de imóvel reabilitado em ARU, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente.</p> | <p>Montantes (em euros)</p> <p>2003:4.008.280</p> <p>2004:3.543.600</p> <p>2005:5.620.593</p> <p>2006:4.724.772</p> <p>2007:4.399.726</p> <p>2008:4.073.722</p> <p>2009:3.951.602</p> <p>2010:2.610.385</p> |

Sendo que este sector tem um peso significativo na economia portuguesa (13% do PIB em 2010) foi aprovada em Dezembro de 2010 uma Resolução de conselho de Ministros (101-B/2010) intitulada Iniciativa para a Competitividade e Emprego que estipula medidas concretas de estímulo à atividade de Recuperação e Manutenção, através da utilização de fundos comunitários, a criação de linhas de financiamento à reabilitação urbana e por outro lado a agilização dos procedimentos inerentes à facilitação deste tipo de atividade de construção (Quadro 10).

Quadro 10. Medidas de incentivos à recuperação e manutenção

| Medida | Descrição |
|---|--|
| Dinamizar a criação de áreas de reabilitação urbana, | Visa especialmente zonas de intervenção prioritária. Apoiar o lançamento das operações, em colaboração com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. |
| Articular a reabilitação urbana e a política de cidades, | Visa estender-se a zonas de regeneração urbana apoiadas pelos fundos do QREN os instrumentos e os benefícios aplicáveis às áreas de reabilitação urbana. |
| Recuperação de imóveis pelos senhorios | Visa a apresentação, até ao final do 1.º trimestre de 2011, uma proposta de lei que simplifique e torne rápidos e eficazes os procedimentos necessários para o senhorio poder obter a entrega do seu imóvel livre e desocupado perante o incumprimento do contrato de arrendamento, garantindo os direitos dos senhorios e salvaguardando de forma adequada os direitos dos arrendatários; |
| Iniciativas Legislativas facilitadoras da dinamização da reabilitação urbana | Visa a apresentação, até ao final do 1.º trimestre de 2011, uma iniciativa legislativa que: <ul style="list-style-type: none"> I. Simplifique os procedimentos de controlo prévio necessários à realização das operações de reabilitação urbana; II. Elimine os obstáculos e os condicionamentos que oneram excessivamente a realização dessas operações; e III. Simplifique os mecanismos de determinação do nível de conservação dos edifícios e de classificação de imóveis devolutos; |
| Linhas de financiamento | Visa criar linhas de financiamento à reabilitação urbana, nomeadamente através da constituição: <ul style="list-style-type: none"> I. de um fundo de investimento para reabilitação de imóveis devolutos destinados a arrendamento, II. de um fundo de participações em operações integradas de reabilitação urbana III. uma linha de crédito destinada a projetos de reabilitação específicos. |

5. Conclusões

Perante a situação económica adversa em que se encontram as empresas do sector da construção, os dados apresentados neste artigo leva-nos a concluir que as empresas nacionais, com especial relevo para as PME's que têm uma menor estrutura organizativa e financeira, podem beneficiar se apostarem no segmento da recuperação e manutenção, seja ele na área residencial, não residencial ou engenharia civil. As empresas maiores com maior capacidade financeira podem iniciar ou continuar a aposta na internacionalização. Tanto para uma situação como para outra existe um conjunto de medidas de apoio que podem vir a ser aproveitadas.

Tanto na via de especialização em manutenção/recuperação como na via de internacionalização o estabelecimento de redes de cooperação entre empresas (grandes, PME ou grupos de empresas) será uma exigência tendo em conta os mercados alvo que são cada vez mais competitivos.

Se esta tendência se confirmar, a alteração na estrutura produtiva deste sector levará à sua aproximação ao dos países mais desenvolvidos da Europa.

Referências Bibliográficas

70th Euroconstruct Conference - December 2010, Budapest

INE, Índice de produção, Emprego e Remunerações na Construção, Julho de 2011

GEE, Síntese Estatística de Conjuntura, Julho de 2011

AECOPS, O Mercado da Reabilitação – Enquadramento, Relevância e Perspectiva, 2009

Nunes, Catarina: Construção – O Desafio da Especialização, Junho 2001

The Internationalization of the Portuguese Economy¹

Paulo Júlio² e Ricardo Pinheiro Alves³

1. Defining internationalization

Internationalization is the process whereby national firms get involved in international markets, either by investing abroad, exporting, importing, or engaging in international technical cooperation and subcontracting (European Commission, 2009).

From these four forms of internationalization, two must be highlighted, due to their role in the economic competitiveness of Portugal: exporting and outward Foreign Direct Investment (FDI). Exports have several macroeconomic benefits: they contribute to the external balance, foster economic growth, and boost Research and Development (R&D) activities. Furthermore, a dynamic export sector means that domestic firms are able to compete in international markets, signaling a high level of competitiveness. From a microeconomic perspective, exporting allows firms to expand and increase their size. Moreover, a firm that competes with others in international markets is usually more efficient and more innovative, and as a result, achieves lower production costs and manufactures higher quality goods or sells higher quality services. Outward FDI may improve the efficiency of domestic firms – they may gain international expertise and learn new business practices – and boost national exports – firms may gain access to new markets and costumers. However, in some cases outward FDI may substitute exports, leading to lower employment and production. Thus, some carefullness is warranted when analyzing the benefits from outward FDI, and when identifying which FDI investments should be supported by policy measures.

This article aims at providing a rational behind public policies for internationalization, in the areas of exports and outward FDI. This is done in Section 2. In Section 3 we present several policy measures that have been recently adopted in Portugal in these areas. In Section 4 we access the Portuguese export performance and describe the recent trends in outward FDI. Section 5 concludes.

2. Why to support public policies for internationalization?

2.1. The benefits of international trade

The most influent trade theory dates back to David Ricardo (1817), who has proposed the well-known law of comparative advantages to explain how two countries can benefit from trade. According to this theory, each country should direct its production towards the goods with lower relative costs. In this way, each economy could exploit the gains from trade, and attain a higher level of consumption relative to the autarkic outcome. Another well-known theory in international trade is due to Heckscher and Ohlin (Heckscher, 1919; Ohlin, 1933). These authors stressed the relevance of factor endowments in the patterns of international trade, arguing that countries should produce and export goods which require abundant resources, and import goods which require scarce resources. The theory is usually applied to explain inter-industry trade between countries with different characteristics and levels of development.

The New Trade theory (see, for instance, Krugman, 1979 and Helpman and Krugman, 1985) relaxed the perfect competition setting and the constant returns to scale technology that characterized previous

¹ The opinions expressed in this article represent the views of the authors and do not necessarily correspond to those of the Ministry of Economy and Employment.

² *Gabinete de Estratégia e Estudos* – Ministry of Economy and Employment, and Nova School of Business and Economics.

³ *Gabinete de Estratégia e Estudos* – Ministry of Economy and Employment, and Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa.

models, and was applied to explain intra-industry trade among developed economies. Krugman (1991) further developed this approach to new economic geography models in an attempt to explain the spatial distribution of economic activity. Moreover, this theory formally showed for the first time an idea that dates back at least to the 19th century: protectionist measures increase the size of “infant industries” with increasing returns to scale, allowing them to gain scale to compete in world markets with significant cost advantages relative to international competitors.¹ This is probably the only theory which provides a clear argument in favor of protectionist measures in international trade.

All in all, except for the case of infant industries with significant increasing returns to scale, these theories suggest that international trade benefits all the trading partners, and improves welfare upon the autarkic outcome. *Per se*, they rationalize the idea that imposing tariffs or quotas, or other restrictive measures on trade, decreases welfare. Hence, governments should seek to eliminate all restrictions on trade, and reduce the bureaucracy associated with cross-border trade, in order to diminish the costs firms incur when trading across borders. However, the overall benefit is more evident with transfers to investors and workers in importing sectors, which are more likely to be negatively affected by trade liberalization.

2.2. Rationalizing public policies aimed at supporting national exports

A firm engages in exporting to enter new markets and to enlarge the set of clients. This international expansion leads to an increase in the firm’s turnover and size, possibly allowing it to exploit economies of scale. Consequently, the firm should attain higher levels of efficiency, and lower production costs. Meanwhile, international competition may also increase the pressure to innovate, since only the most innovative firms will be able to gain new customers and to fight back innovative products from other international corporations. Hence, any process of internationalization may be advantageous not only for the firm and the citizens of the destination country, but also for the home country.

Besides these advantages, a dynamic export sector brings several macroeconomic benefits. First, exports may contribute to economic growth – a possibility known as the export-led growth hypothesis. The association between exports and growth has been studied, *inter alia*, by Esfahani (1991) and Kavoussi, (1984). Lewer and Van den Berg (2003) survey the literature, and conclude that, in most of empirical studies, an increase in exports by 1 percentage point has a 20 basis points impact on economic growth.

However, some of these studies can be questioned on the grounds of causality: is there a causality effect between exports and growth, or is it growth that boosts exports? In this respect, evidence is mixed, and depends on the countries being scrutinized. Oxley (1993) examines the export-led growth hypothesis for Portugal, for the 1895-1985 period, and rejects it in favor of reverse causality. Ahmad (2001) employs several causality tests and also finds weak evidence in favor for the export-led growth hypothesis. Shan and Sun (1998a) find bidirectional causality between exports and real industrial output in China in the 1987-1996 period, but in another study (Shan and Sun, 1998b), the same authors find that causality runs from manufacturing growth to exports growth in Australia. Using a panel of countries, Chao and Buongiorno (2002), estimate that the averages multipliers from exports to production (around 1.2-1.4) are much larger than the average multipliers from production to exports (around 0.20-0.25).²

Second, a dynamic export sector may reduce external imbalances and improve the current account deficit, as the amount a country borrows from abroad is equivalent to the symmetric of the current and capital account. Intuitively, when a country incurs in a trade deficit, an increase in net exports narrows the gap between GDP and internal demand, consequently reducing the need to finance domestic expenditures

¹ Recall that, when a technology exhibits increasing returns to scale, the average cost is decreasing in the quantity produced.

² Further support for the export-led growth hypothesis can be found in Salvatore and Hatcher (1991), Fosu (1990) and Chow (1987), for instance. Further evidence against the export-led growth hypothesis holds in the articles of Ahmad and Harnhirum (1995), Yaghmaian (1994) and Ahmad and Kwan (1991).

with foreign resources. In other words, net borrowing from abroad decreases. This has a side effect, however: if there is no increase in national savings, the gap between GDP and internal demand will be reduced *via* a decrease in investment, which may compromise economic growth. This is a well-known consequence of the savings-investment identity.

Third, exports may further efficiency and productivity, as only the most efficient firms are able to compete in international markets. Kimura and Kiyota (2006), for instance, argue that the most efficient firms tend to export more, and Girma et al. (2004), using a panel of manufacturing firms in the United Kingdom, find that exporting firms are in fact more productive.

Fourth, higher exports may be associated with higher R&D investments. The link between exports and R&D is well explained in Golovko and Valentini (2011), who argue that innovation and exports positively reinforce each other in a dynamic virtuous circle. According to these authors, firms participating in export markets benefit from a learning process (contacts with different cultures, tastes, products, business practices, among others), which can enhance innovation. Furthermore, through innovation, firms can enter in new geographical markets with novel and better products. This complementarity between exports and innovation is confirmed empirically in the same article, for Spanish manufacturing firms over the 1990-1999 period. Ito and Pucik (1993) find a positive association at the micro level between export sales and both individual and average industry R&D intensity, for Japanese manufacturing firms.

Aw et al. (2007) link exports, R&D investments and future productivity by establishing a positive and significant interaction between these three concepts for the Taiwanese electronics industry.¹ These interactions have obvious repercussions at the macro level: they establish an indirect link between exports and economic growth, working through R&D;² they associate exports to the development of novel and better products that may improve households' welfare, since the same products that are exported are also sold domestically; and they link exports to higher production efficiency and lower production costs.

These four classes of macroeconomic benefits induced by exports, *viz.* increase in economic growth, decrease in net borrowing from abroad, increase in efficiency and productivity, and increase in R&D, may in part justify some national programs aimed at exports promotion. For instance, if too little R&D occurs in equilibrium, integrating R&D promotion measures with export promotion measures may be an efficient way to boost innovation and economic growth.³ Export promotion measures may also attempt to correct for potential spillover effects that the increase in productivity and efficiency associated to a firm's exports may have over other domestic firms. This occurs if other domestic firms also benefit from the export experience of a given firm in the same cluster, for instance, by observing how that firm performs in international markets and the type of products it sells in those markets, and learning from that process. However there are other reasons – of microeconomic nature – that justify a more complete set of export promotion measures. We turn to these now.

A Small and Medium Enterprise (SME) may not have the necessary resources spend in the internationalization process, even if the prospects are promising. Selling the products abroad for the first

¹ Further evidence of this relationship is provided by Sterlacchini (1999) and Barrios et al. (2003). The former author finds that innovative activities, especially those related to design, engineering and pre-production developments, exerted a positive and significant impact on the share of exports on sales for Italian manufacturing firms. The latter article finds that own R&D activity is an important determinant of export activity, using a firm level panel data for Spain for the 1990-1998 period.

² According to the literature, R&D is in fact the main source of economic growth. Highly influential articles in this subject include Young (1998), Jones (1995), Aghion and Howitt (1992), and Romer (1990). Barro and Sala-i-Martin (2004) and Aghion and Howitt (1998) are two classical textbooks where the role of R&D on economic growth is well explained and modeled. Nunes and Pinheiro-Alves (2010a) provide an analysis of the role of innovation on Portuguese competitiveness.

³ There is an extensive literature on the inadequacy of the equilibrium level of R&D. Several earlier papers argued that a decentralized economy undertakes too little R&D (e.g. Jones and Williams, 1998), but more recent studies also consider the hypothesis of excessive R&D in equilibrium. According to Jones and Williams (2000), two distortions may promote underinvestment in R&D in equilibrium – the surplus appropriability problem and knowledge spillovers – whereas two other distortions – the well-known creative destruction and the duplication of externalities – may lead to overinvestment in R&D. The final balance of these four effects is unclear.

time requires an intensive research on the potential markets and clients to whom to sell, knowledge on potential competitors, a large investment on product promotion (going to international fairs, for instance) and an intensive search activity to find potential strategic partners and supply chains, among other activities. Most of these activities constitute a large entry cost, which may deter SMEs from exporting to other markets. As a potential solution for this problem, suppose that several competing SMEs belonging to the same cluster want to sell their products abroad, and assume for a moment that cooperation among them is possible. Since most of the activities that precede exporting, such as market prospecting, would overlap across similar SMEs, it would only be necessary to perform these activities once. The costs could then be divided across firms, which would reduce the individual costs of entering in international markets. However, this type of cooperation may not be possible, as it could lead to the well-known prisoner's dilemma, in which each firm would agree to cooperate at first, but would later deviate, benefiting from the common activities at a lower cost. Furthermore, there are also important positive externalities associated with the gathering of foreign market information, such as consumer preferences, business opportunities and potential competitors (Lederman et al., 2010). Often, exporters have to make considerable investments in an attempt to open foreign markets, cultivate contracts and establish distribution chains, which can thereafter be used by rivals at a lower cost (Hausmann and Rodrik, 2003). These positive externalities lead to a lower level of internationalization than the socially optimal outcome.

These coordination and market failures have been put forward as the main justification for the creation of export promotion agencies. These agencies aim at increasing a country's exports, and have four main objectives: to construct and improve the country's image in external markets (through advertising or promotional events, for instance); to support firms during the internationalization process (through training, technical assistance, logistics, among others); to assist firms in marketing activities (such as trade fairs and exporter missions); and to perform market research and publications (i.e. make market surveys, collect information on export markets or build contact databases). In Portugal, this assistance is provided by the AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal).

SMEs are highly dependent on borrowed capital to finance export activities. However, there are several reasons why the relationship between lenders (banks) and borrowers (firms) may result in inefficient outcomes. The most well-known is credit rationing, which can be justified on two different grounds. The first is based on the bank's difficulties to finance loans – an issue that is particularly relevant in Portugal nowadays, due to the turmoil in sovereign debt markets that increased the cost of financing of the Portuguese state, and consequently of Portuguese banks. A large fraction of a bank's assets is composed by sovereign debt, which is often used as collateral when a bank borrows money from other institutions in the money market or from the European Central Bank through repurchase agreements or similar instruments. Hence, as the value of sovereign debt diminishes, the access of banks to foreign funds becomes more difficult. This sequence of events lead banks to lower the amount of credit granted to private agents, and to increase the cost of that credit, through higher spreads and commissions. These credit restrictions are expected to deteriorate even further in the near future, due to an expected negative economic growth, which increases the overall risk of loans.

The second reason that justifies credit rationing is based on a theoretical argument due to Stiglitz and Weiss (1981). These authors argue that, under some circumstances, it may not be profitable for banks to raise the interest rate or collateral requirements to the market clearing level, as this could lead to either an adverse selection problem, in which only the riskiest projects are financed, or to a moral hazard problem, in which the borrowers do not act in the best interest of the lenders. As a result, banks may deny loans to borrowers who are observationally indistinguishable from those who received loans.

Another instance where one can find similar market failures is in the insurance market. When a firm exports to a new destination where the political risk is high, or engages in a transaction with a new international client whose reliability is unknown, it may want to insure against the risk of non-payment. However, under some circumstances, the amount of risk incurred cannot be completely assessed by the

insurance companies, since it is private information. This could also lead to an adverse selection problem. Furthermore, some firms may have incentives to incur in higher risks after buying insurance, since they do not bear the full cost of their action if the bad state of the world occurs. For instance, once a firm is fully insured, it may want to sell its products to riskier clients, who might pay a higher price. In the good state of the world (*i.e.* if the client pays), the firm's revenue is higher, but in the bad state of the world (*i.e.* if the client does not pay), the loss is covered by insurance.

The restrictions to credit and insurance are two key factors that may prevent SMEs from exporting,¹ or at least affect their internationalization decisions. However, the government cannot solve the adverse selection and moral hazard problems that lie behind these restrictions, since it has, at most, the same information that is available to banks and insurance companies, and so it cannot promote a better allocation. What governments usually do to minimize the effects caused by these restrictions is to share the risk with banks and insurance companies. This transfers the economic effects of adverse selection and moral hazard to the government, therefore eliminating the sources of credit and insurance restrictions. The government may also finance a fraction of the interest paid by firms, so that these can assess credit at lower interest rates.

These measures can be questioned on the grounds of economic efficiency, as they do not solve any market failure; instead, they transfer the risks associated to those failures from banks and insurance companies to the government, thus eliminating the sources of credit or insurance restrictions. Furthermore, the guarantees provided by the government have to be financed by taxes, and it is not clear whether the benefit from the increase in exports resulting from the reduction in credit and insurance restrictions overcomes the overall tax burden, and the associated deadweight loss. For instance, those measures might pay back themselves if the increase in exports leads to higher profits, and consequently to a higher corporate tax income, or if exports are associated to more innovation and better products, positively affecting the welfare of domestic households. However, to our knowledge, there are not many studies that attempt to assess the efficiency of export promotion measures. One exception is Lederman et al. (2010), who estimate that each 1% increase in the budget of export promotion agencies leads to a 9-10% increase in the country's exports.

Finally, the government may also promote exports by decreasing the bureaucracy associated to cross border trade. This may consist, for instance, in swifter value added tax deductions, or in simpler procedures to obtain export certificates. These types of measures decrease the costs of exporting, therefore contributing to their increase.² There seems to be also a positive association between exports and inward FDI, as FDI inflows may have an important impact on the efficiency of the export sector, as well as technology diffusion (*e.g.* Barrell and Pain, 1997). Hence, an overall sound business environment, which reduces the costs associated with bureaucracy and the administrative burden, and which promotes labor market flexibility and fosters the efficiency of the judicial system, is also an important factor to boost national exports – it affects exports not only directly, by increasing the competitiveness of domestic firms, but also indirectly, through an increase in foreign investment originating from multinational corporations.³

It should be noted however that, while direct government intervention may correct, or at least attenuate, the aforementioned market failures, it does not occur without creating its own failures. From the traditional government failures that are pointed out in the literature, three should be highlighted here. First, there is not a direct link between performance and the government officials' payoff (or, in this case, the payoff of the employees of export promotion agencies), and so these officials may not have the incentives to exert the necessary amount of effort in their tasks. Second, since the government finances these measures through taxes, it may not have the correct incentives to implement a rigorous cost-benefit analysis to

¹ Credit restrictions also affect investment decisions, and hence they have a much larger scope.

² The economic benefits of a favorable business environment and a description of related policy measures recently adopted in Portugal can be found in Nunes and Pinheiro-Alves (2010b).

³ The link between inward FDI and exports is explored in Júlio and Nunes (2010), and for that reason it is not addressed in more detail herein.

evaluate their effectiveness and efficiency. Finally, the government may not have more information than the private sector, and hence it does not necessarily achieve a better outcome.

2.3. Rationalizing public policies aimed at supporting outward FDI

There are several reasons for a firm to invest abroad. FDI may allow a multinational firm to access new costumers and new markets, cheap and qualified labor, natural resources and strategic assets, and better regulations and business practices (e.g. Dunning, 2008). The locational advantages brought in by the host country, such as market size, trade costs, or differences in input prices, play a key role here. FDI also allows a firm to expand its activities abroad without giving a foreign company a license, so that it retains its intellectual property. However, firms also have to incur in several costs when investing abroad, viz. communication costs, training costs for personal, costs created by language barriers and by unfamiliarity with local business and government practices (for example, regulations, tax laws, property rights and cultural differences). A third reason, very relevant for multinationals, concerns the internalization of corporate functions, where the transaction costs are deemed to be lower within an economic group than through market agents (Williamson, 1975; Dunning, 1979). Obviously, a rational corporation engages in FDI if and only if the associated benefits outweigh the costs.

Outward FDI and exports are sometimes seen as substitutes. For example, the well-known model of Helpman et al. (2004) considers that firms rationally decide whether to serve foreign customers, and whether they should do so through exports or through outward FDI. They conclude that only the efficient firms choose to serve foreign customers, and only the most efficient ones do so through outward FDI. However, several empirical studies have shown that outward FDI and exports can also be complements rather than substitutes (e.g. Marchant et al., 2002; Pfaffermayr, 1994). FDI and exports will be substitutes if firms substitute domestic for foreign production, and will be complements if firms use outward FDI to support national exports (for instance by investing in a supply chain to distribute the domestically produced goods more efficiently or by establishing local offices to find new customers and to provide after-sales support). This complementarity may also arise when a firm vertically expands its productive activities abroad, and exports of the home country are used as intermediate goods by foreign affiliates. Consequently, outward FDI may reduce the trade deficit.

Some studies also suggest that FDI may affect economic growth in the source country. One example is Stevens and Lipsey (1992), who confirm empirically that outward FDI reduces the likelihood of concurrent investment at home, leading to the substitution of foreign for domestic output. On the opposite direction, Herzer (2008, 2010) finds that outward FDI may substitute domestic for foreign output. The argument goes as follows. Outward FDI allows firms to enter new markets, to import intermediate goods at lower prices and to access foreign technology and expertise, which can be transferred back to the home country. Multinationals may also be exposed to better business practices and are usually more productive than firms focused primarily on the domestic market, since, by combining domestic production with foreign production, they can produce at lower costs. Besides the direct impact on the source firm, these effects may have beneficial spillovers on other firms consequently boosting competitiveness and stimulating domestic output in the source country (e.g. Desai et al., 2005).¹ Outward FDI may also contribute directly to the current account balance, through an increase in inward earnings.

From the above, we can identify two main reasons that justify the existence of public support measures for outward FDI. First, the private level of outward FDI tends to be inferior to the optimum level, as it may have spillover effects over other domestic firms, thus boosting economic growth. This calls for the support of foreign investment projects which present an important effect on the development of the national economy.

¹ Herzer (2008) also finds that the long-run relationship between outward FDI and domestic output is bidirectional, suggesting that increased outward FDI is both a cause and a consequence of increased domestic output.

And second, foreign investments may be limited by credit restrictions or inefficiencies in the insurance market, along the same lines as in the previous subsection. In fact, although firms are not subject to credit risks when investing abroad, they might face large political risks, especially when investing with autocratic regimes or weak and unstable democracies.

3. Main policy measures to support internationalization

In recent years, Portugal has implemented a rich set of public policies, aimed at improving efficiency and attenuating the effects of the aforementioned market failures. Recall that credit restrictions may prevent SMEs from accessing credit at competitive rates, or even from accessing credit at all. Additionally, asymmetries of information and moral hazard issues may undermine the access to insurance at competitive rates. These are crucial problems, not only from a microeconomic perspective, but also from a macroeconomic viewpoint, since they may prevent SMEs from internationalizing, consequently affecting economic growth, the level of R&D, and the external balance. With the purpose of lessening these hindrances, the Portuguese government created the *export invest* program, which is simultaneously a credit line and an insurance line, specifically directed to exporting firms with long production and invoicing timeframes. Exporting firms have also available several insurance lines (*Linhas de apoio ao crédito comercial das PME através de seguros de crédito*) that cover credit risks and political risks in exporting activities.

The link between R&D and exports is explored in several policy measures – e.g. *Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas*, *Sistema de Incentivos à Inovação*, *Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME*. Through these measures, the government can promote external competitiveness, by encouraging and supporting innovative projects that lower the production costs or enable the firms to develop new and better products or improve the existing ones. Simultaneously, by fostering the access to foreign markets, these measures may facilitate the exploitation of scale economies, which are particularly relevant in intensive R&D industries. Finally, domestic households may also benefit from those R&D activities.

The government also supports venture capital, in order support investment projects and to promote exports from early-stage, high-potential and high-risk companies with a huge growth potential. These companies may have large difficulties in accessing private capital, but their growth potential and the positive externalities they might have over other domestic companies in particular and the national economy in general (for instance, through the development of new and better products) are clear indicators that any private allocation is inefficient. The support mechanism for funding access and for risk sharing in innovation (*SAFPRI*), the support fund for innovation (*Finova*), the *AICEP Capital Global* and the *InovCapital* are some examples of venture capital measures. To aid the tourism sector – the most important service exported in Portugal – there is the *Turismo Capital*, which allows the government to take part in the capital of tourism-related businesses.

The high costs of entry in international markets, jointly with the externalities associated with the gathering of information that precedes the internationalization process, are addressed through local export agencies (*Lojas de exportação*). These agencies aid firms throughout the internationalization process, collecting and sharing information on destination markets and potential business partners, and providing technical assistance and information on public support measures directed for internationalization.

In order to ease the bureaucratic burden of exporting companies, the Portuguese government created recently the program *Simplex exportações*, which allows firms to access more services, in a quicker and simpler fashion. The most important services provided include swifter VAT deductions, removal of trade barriers, and easier exports of products subject to excise taxes. The promotion of foreign investments in projects with recognized beneficial effects on the domestic economy is achieved through tax benefits, such

as corporate tax deductions. There are also insurance lines that to cover the political risks associated to foreign investments.

4. Assessing Portuguese internationalization: main economic indicators

4.1. Export performance

Between 2000 and 2010, Portuguese exports grew at a yearly rate of 3.9%. This value is, to a great extent, explained by the performance of the export sector in the second half of the decade: in this period, Portuguese exports grew at a yearly rate around 4.6%, against 3.2% in the first half. Services had a key role in this recent trend: in 2010, they accounted for 32.3% of total exports, against 26.5% in 2000 (Table 1).

Table 1: Weight and yearly growth rate of the exports of goods and services, 2000-2010.

| | Weight in total exports (%) | | | Yearly growth rate (%) | | |
|--------------|-----------------------------|------------|------------|------------------------|-------------|-------------|
| | 2000 | 2005 | 2010 | 2000-2005 | 2005-2010 | 2000-2010 |
| Goods | 73.46 | 71.80 | 67.66 | 2.73 | 3.38 | 3.05 |
| Services | 26.54 | 28.20 | 32.34 | 4.46 | 7.53 | 5.98 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 3.20 | 4.62 | 3.91 |

Source: INE, Banco de Portugal, and own calculations

This performance led to an increase in the ratio of total exports to GDP in the second half of the decade. Between 2005 and 2008, exports increased from around 28% to 33% of GDP. The worldwide economic and financial crisis led to an abrupt decrease of exports in 2009, but in 2010 they recovered to 2006 levels (Figure 1).

Figure 1: Total exports as a percentage of GDP

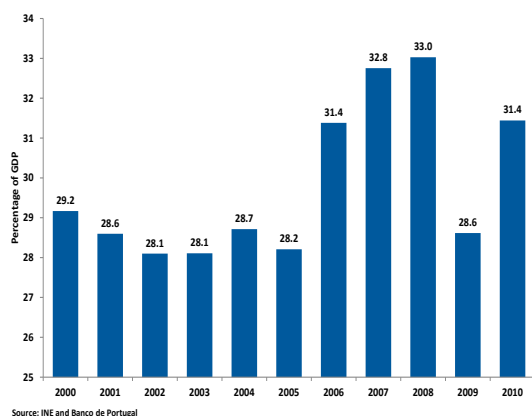
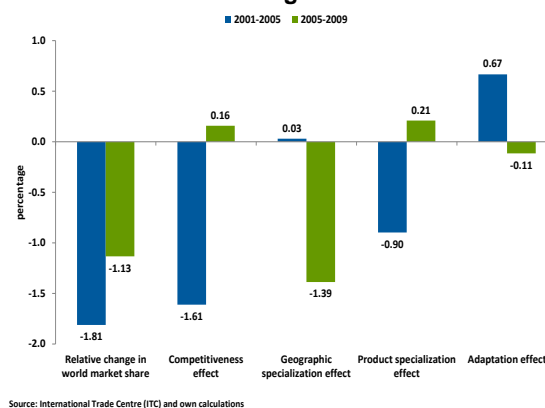


Figure 2: Decomposition of the relative change in the Portuguese world market share in the trade of goods, 2001-2005 and 2005-2009 yearly averages



Between 2005 and 2009, the Portuguese market share (in the trade of goods) fell at a yearly average rate of 1.1%, which compares with 1.8% between 2001 and 2005 (Figure 2). This can be partially explained by the large growth rate of some developing countries, mainly the BRICs, which have been gaining market share to most developed countries; in fact, between 2005 and 2009, all EU15 except the Netherlands lost market shares. The change in the Portuguese market share in this period is to a great extent explained by the concentration of Portuguese exports in slow growing markets (geographic specialization effect), which clearly overcame the gains resulting from the increase in the competitiveness of Portuguese exports (competitiveness effect) and from the dynamism in the world demand of exported products (product specialization effect). The adaptation effect, which measures a country's ability to adjust its exports to

changes in the world demand, has also contributed negatively to the relative change in market share in this period.¹

During the second half of 2000s, the service sector reinforced its position as the main driving force of Portuguese exports. Services explained almost 50% (2.2 percentage points) of the yearly average growth rate of 4.6% in the 2005-2010 periods, which compares with 37.5% (1.2 percentage points) of the yearly average growth rate of 3.2% in the 2000-2005 period. In the whole decade, the contribution of services to the exports growth rate was around 43.5%. The remaining change in Portuguese exports in the decade is mostly explained by food products, chemicals and mineral and metal products – each contributing around 0.5 percentage points to the exports growth rate between 2000 and 2010 (Figure 3). As a result, the weight of these sectors on total exports increased in this period (Figure 4). On the opposite direction are closing and footwear, and textiles and leather, which presented negative contributions, and machinery, which presented a null contribution. Consequently, the weight of these sectors on total exports decreased between 2000 and 2010 (Figures 3 and 4).

Figure 3: Sectorial contributions to the change in Portuguese exports, 2000-2005, 2005-2010 and 2000-2010 yearly averages.

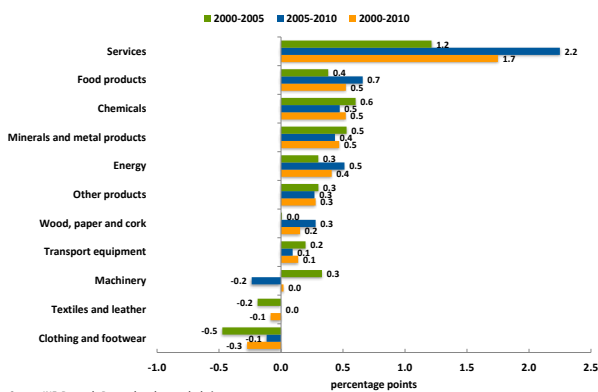
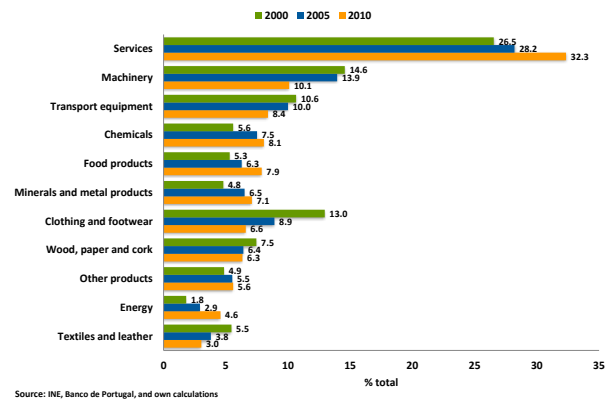


Figure 4: Sectorial weight in total exports.



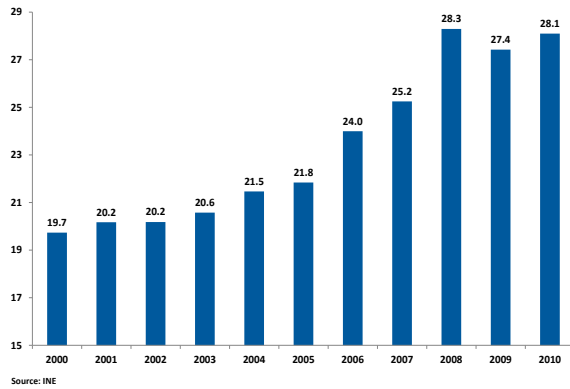
With the exception of 2009, the share of extra-EU15 exports of goods has been consistently increasing since 2000, going from about 20% to 28% in 2010 (Figure 5). The main contributors to this diversification were African countries, mainly Angola, whose share in the total exports of goods went from 1.4% in 2000 to 5.2% in 2010, and Maghreb countries. Exports to America and Oceania remained stable through the decade, whereas exports to Asia registered an increase between 2000 and 2005, and a decrease in the second half of the decade. Within Europe, exports to Spain and Eastern countries increased between 2000 and 2010, but this change was more than offset by the fall in exports to other countries, such as Germany and the United Kingdom (Table 2).

Figure 6 scatters the diversification index for sectors and markets.² The trend indicates an increase in diversification along both dimensions, but much more significant for destination markets. This formally captures the idea, presented in Figure 5 and in Table 2, that Portuguese exports have become geographically less concentrated. The increase in the sectors diversification index is related to the substitution of the exports of several products with a lower weight in total exports for textiles and leather, and clothing and footwear.

¹ A detailed explanation of these effects is provided in Júlio and Pinheiro-Alves (2011).

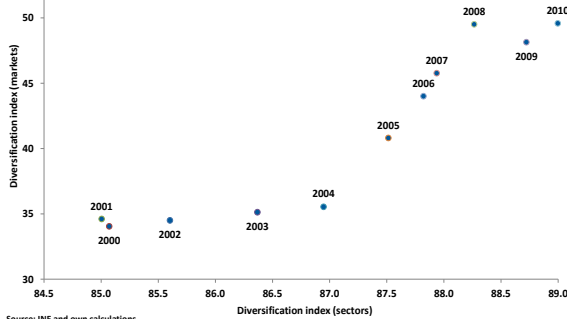
² The diversification index is defined as the complement of the Herfindahl index, multiplied by 100. It ranges from 0 to 100, where higher values mean more diversification. In the sectors diversification index, only goods were considered. Details can be found in Júlio and Leão (2011).

Figure 5: Extra-EU15 exports of goods (as a % total exports of goods).



Source: INE

Figure 6: Exports diversification index by sectors/markets (index range 0-100)



Source: INE and own calculations

Table 2: Decomposition of goods exports by the most relevant markets and regions (as a % of total exports of goods).

| | Weight in goods exports (%) | | |
|-----------------------|-----------------------------|--------------|--------------|
| | 2000 | 2005 | 2010 |
| Europe | 84.83 | 80.51 | 76.02 |
| Spain | 20.09 | 27.41 | 26.57 |
| France | 12.71 | 13.33 | 11.74 |
| Germany | 17.81 | 12.00 | 12.80 |
| United Kingdom | 10.80 | 8.11 | 5.44 |
| Other EU15 countries | 19.44 | 15.65 | 13.77 |
| Enlargement countries | 1.28 | 1.74 | 2.97 |
| Other countries | 2.71 | 2.26 | 2.73 |
| Africa | 3.71 | 4.91 | 9.63 |
| Angola | 1.36 | 2.58 | 5.19 |
| Cape Verde | 0.62 | 0.48 | 0.72 |
| Mozambique | 0.25 | 0.21 | 0.41 |
| Maghreb | 0.61 | 0.75 | 1.78 |
| Other countries | 0.86 | 0.89 | 1.54 |
| America | 7.71 | 7.04 | 7.47 |
| US | 5.60 | 5.30 | 3.56 |
| Mexico | 0.16 | 0.27 | 1.09 |
| Brazil | 0.72 | 0.57 | 1.18 |
| Other countries | 1.22 | 0.90 | 1.63 |
| Asia | 2.62 | 3.98 | 3.14 |
| ASEM | 1.31 | 2.60 | 1.58 |
| Other countries | 1.31 | 1.39 | 1.56 |
| Oceania | 0.45 | 0.31 | 0.22 |
| Other | 0.68 | 3.25 | 3.53 |

The Revealed Comparative Advantage Index (RCAI) shows a reduction in Portugal's comparative advantages around 1.5 points for clothing and footwear, 0.9 points for wood, paper and cork, 0.3 points for textiles and leather, and 0.2 points for transport equipment, between 2000 and 2007. These sectors registered a low or even negative exports growth rate during this period. Nevertheless, the Portuguese comparative advantages in these sectors were still positive in 2007, as the RCAI was still greater than one. On the opposite direction were food products, minerals and metal products, chemicals, machinery and energy, all of which registered an increase in the RCAI between 2000 and 2007. However, only food products were able to convert a comparative disadvantage into a comparative advantage in this period (Figure 7).

Figure 8 shows a negative correlation between the 2005's RCAI and the exports yearly growth rate for the 2005-2010 periods, for the same sectors. This evidence suggests that Portuguese exports grew more in the second half of the decade in sectors where comparative advantages were small or non-existent – such as food products, energy, chemicals and minerals and metal products – and less in the traditional sectors where comparative advantages were initially higher. Therefore, the Portuguese export sector seems to be undertaking a structural change, exploring new export opportunities in non-traditional areas. Figure 9 suggests that this structural adaptation of the Portuguese export sector might have begun earlier, since the share of low technology manufacturing exports decreased consistently between 2001 and 2006. However, this indicator has not changed substantially since 2006.

Figure 7: Change in the Relative Comparative Advantage Index (RCAI) by sector between 2000 and 2007.

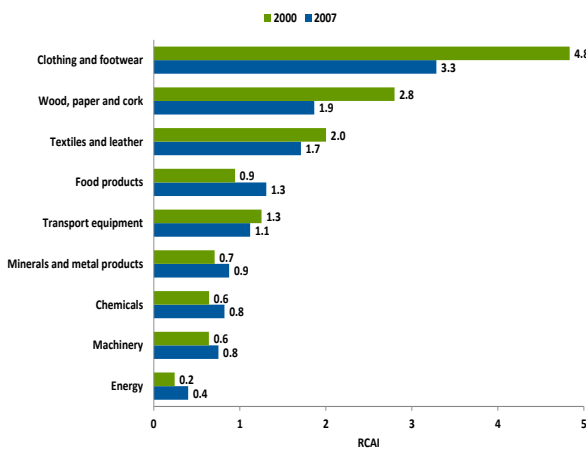


Figure 8: Scatter plot between the 2005's RCAI and the yearly growth rate for the 2005-2010 period.

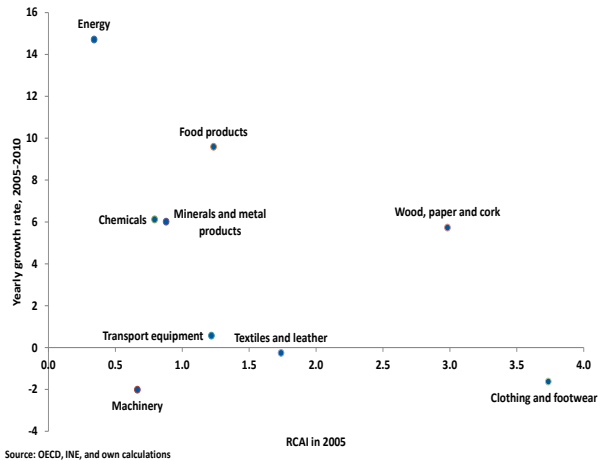
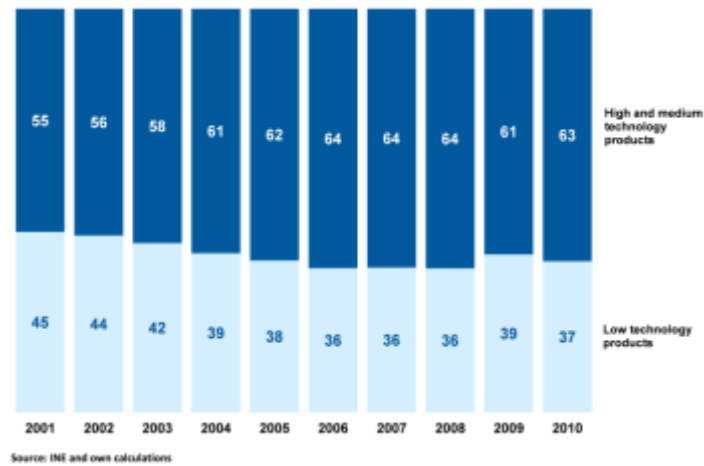


Figure 9: Manufacturing exports by technological intensity (% total manufacturing exports).



From an international perspective, Portuguese exports registered the 3rd highest growth rate among EU15 countries in the 2005-2010 periods, behind Luxembourg and the Netherlands. This contrasts with the 2000-2005 period, in which Portuguese exports grew well below average (Figure 10). The share of Portuguese exports on GDP is still well below the EU average, although some progress has been made in the 2005-2010 period (Figure 11). Notice that it is more important for Portugal to have a larger share of exports on GDP than for Spain, Italy, or France, since the Portuguese domestic market is smaller. Figure 12 shows that Portugal has made a great progress in the exports of services, whose share in total exports went from values below the EU15 average to values above the EU15 average between 2000 and 2010.

Despite the recent increase in geographic diversification, Portuguese exports are still excessively concentrated in the EU15. In fact, the share of Portuguese exports of goods to extra-EU15 countries was slightly below 30% in 2010, which contrasts with 43.7% for the EU15 average (Figure 13).

Figure 10: Exports growth rates, 2000-2005 and 2005-2010 yearly averages.

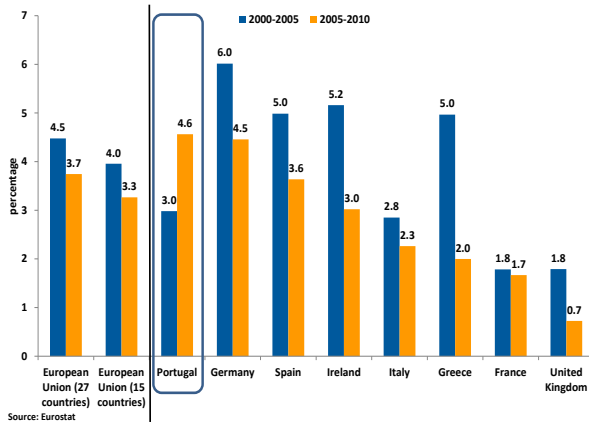


Figure 11: Total exports as a percentage of GDP.

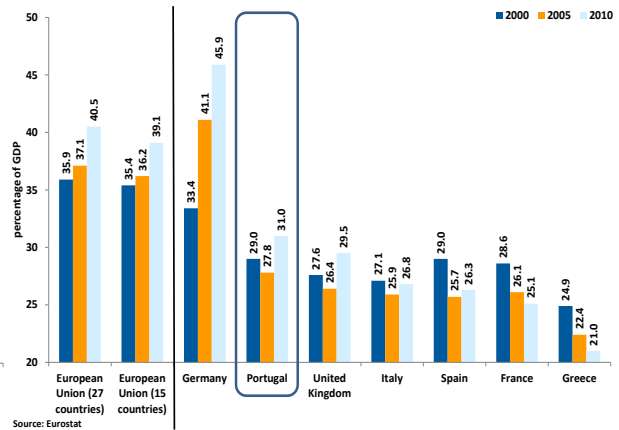


Figure 12: Exports of services (as a % of total exports).

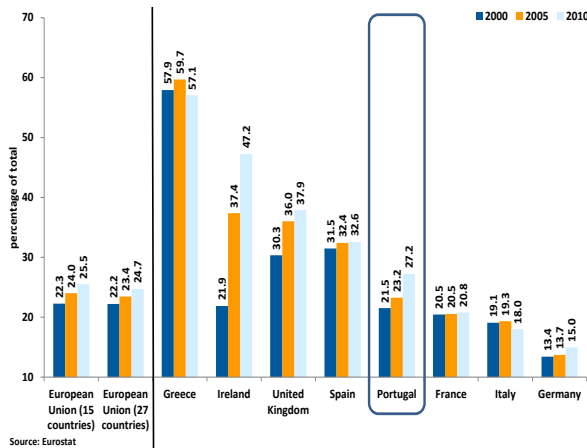
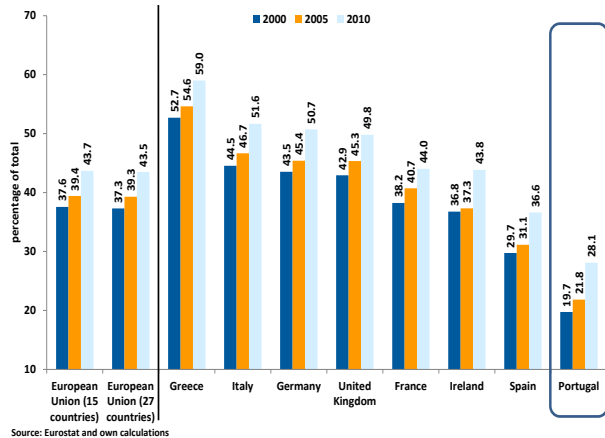


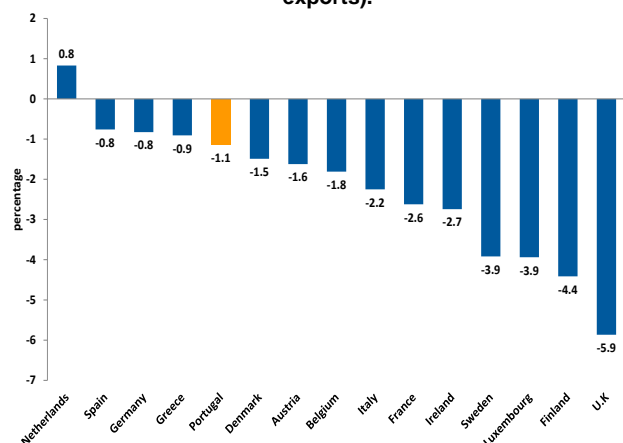
Figure 13: Extra-EU15 exports of goods (as a % of total exports of goods).



Portugal displayed the 5th highest change in the relative market share among EU15 countries, in the period between 2005 and 2009, despite the -1.1% yearly change in this indicator (Figure 14). This relative performance is, to a great extent, explained by the increase in the competitiveness of Portuguese exports, which registered the 3rd highest value among EU15 countries (Figure 15). Portugal also performed well relative to the EU15 countries (3rd position) in the indicator which measures the ability of exports to adapt to changes in the world demand – adaptation effect. However, the product specialization effect (7th position), and above all the geographic specialization effect (14th position) did not allow Portuguese exports to achieve a better outcome.

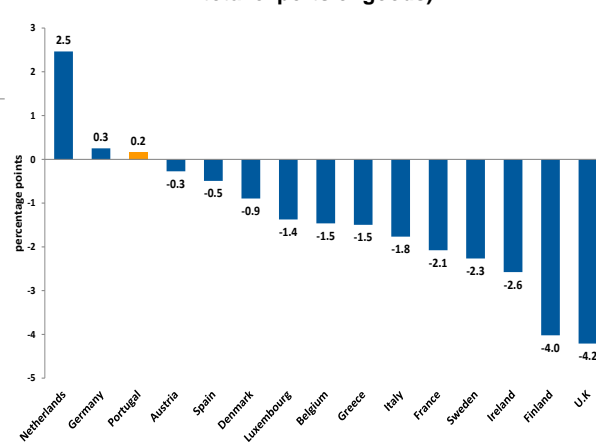
The global enabling trade index, which assesses the role of institutions, policies and services in facilitating the free flow of goods across borders, shows that Portugal is ranked in 36th place among the 125 countries that were scrutinized. The sub-indexes show a good performance in terms of market access and business environment relative to other EU15 countries, but a below average performance in border administration and communication and infrastructure relative to the same countries.

Figure 14: Exports of services (as a % of total exports).



Source: ITC and own calculations

Figure 15: Extra-EU15 exports of goods (as a % of total exports of goods).

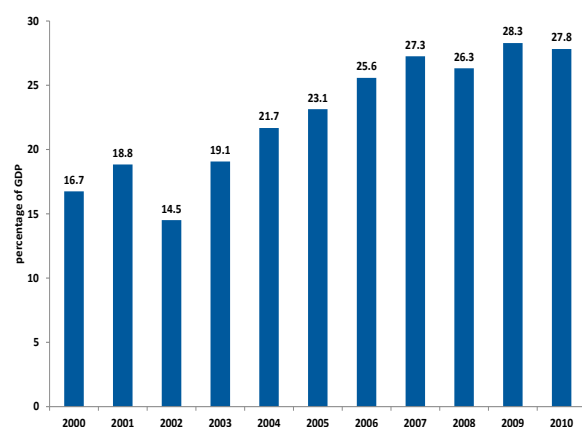


Source: ITC and own calculations

4.2. Outward FDI

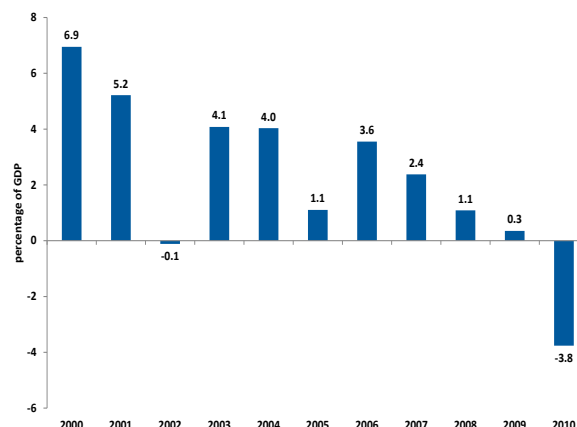
Outward FDI stocks have increased to almost 28% of GDP in 2010 from 17% in 2000. This upward trend was more expressive in the first half of 2000s, stabilizing since 2007 (Figure 16). A similar conclusion is provided in Figure 17, which shows that FDI outflows were positive throughout the decade, albeit decreasing. The exception is 2010, whose negative value can be at least partially explained by the sale of Portugal Telecom's stake in the Brazilian company VIVO to Telefonica.

Figure 16: Outward FDI (% GDP), 2000-2010.



Source: Banco de Portugal and INE

Figure 17: FDI outflows (% GDP), 2000-2010.



Source: Banco de Portugal and INE

Finally, Table 3 shows that Portuguese outward FDI is still well below that of EU27 countries, despite the recent positive trend. In 2010, Portuguese outward FDI stock set at 28%, whereas the E27 displayed a value around 55%.

Table 3: Outward FDI as a percentage of GDP.

| | EU27 | | Germany | | Spain | | France | | Greece | | Ireland | | Italy | | Portugal | | United Kingdom | | United States | | Japan | |
|------|------|-------|---------|-------|-------|-------|--------|-------|--------|-------|---------|-------|-------|-------|----------|-------|----------------|-------|---------------|-------|-------|-------|
| | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock | Flow | Stock |
| 2000 | 9,6 | 41,2 | 3,0 | 28,5 | 10,0 | 22,2 | 13,3 | 69,6 | 1,7 | 4,8 | 4,8 | 28,9 | 1,1 | 16,4 | 6,9 | 16,9 | 15,8 | 60,8 | 1,4 | 27,0 | 0,7 | 6,0 |
| 2005 | 4,4 | 42,1 | 2,7 | 33,3 | 3,7 | 27,0 | 5,3 | 28,5 | 0,6 | 5,6 | 7,1 | 51,6 | 2,4 | 16,5 | 1,1 | 22,0 | 3,5 | 52,6 | 0,1 | 28,7 | 1,0 | 8,5 |
| 2010 | 2,5 | 54,9 | 3,2 | 42,9 | 1,5 | 46,9 | 3,3 | 4,8 | 0,4 | 12,5 | 8,7 | 171,1 | 1,0 | 23,2 | -3,8 | 28,1 | 0,5 | 75,3 | 2,2 | 32,8 | 1,0 | 15,1 |

Source: United Nations, UNCTAD STAT database

5. Concluding remarks

In this article, we concluded that exports and outward FDI are important sources of economic competitiveness. Exports tend to be associated with higher economic growth, higher levels of R&D, and higher levels of productivity and production efficiency. Additionally, they are also a key determinant of a country's external deficit, and in the current macroeconomic scenario, they are expected to be the only source of growth of the Portuguese aggregate demand in the forthcoming years. Outward FDI may also lead to higher economic growth in the source country, especially if foreign investments allow the firm to access new markets and customers, and to import new technology and business practices that have spillover effects over other firms.

However, the private decisions may not be compatible with the social optimal allocation, as there are several market failures associated to exports and outward FDI. Small and Medium enterprises – the main driving of national exports – may not have sufficient dimension to support the costs of entering in foreign markets. And, even if they can support the entry costs, they may be reluctant in doing so, since the gathering of foreign market information may directly benefit their competitors. Credit restrictions may prevent firms from accessing the financial market, and adverse selection issues in insurance markets may hamper the access to insurance at a reasonable cost. Outward FDI may bring to the home country new and better business practices, foreign technology and expertise, which may have spillover effects over other domestic firms, enhancing their competitiveness and consequently boosting economic growth.

Therefore, several measures have been put into place to correct these market failures – measures that ease the access to credit and insurance from exporting firms and that aid them throughout the process of internationalization, and measures that are designed to promote a high-quality business environment, which fosters the competitiveness of domestic firms, both internally and abroad. Since R&D activities may have positive spillovers on other firms in particular and the economy in general, some measures also explore the link between R&D and exports. Some selected investments abroad that contribute to the development of the national economy and foster economic growth are also supported by policy measures.

6. Bibliography

- Aghion, P. and P. Howitt (1992), "A model of growth through creative destruction," *Econometrica*, 60(2), pp. 323-351.
- Aghion, P. and P. Howitt (1998), "Endogenous growth theory," MIT Press.
- Ahmad, J. (2001), "Causality between exports and economic growth: what do the econometric studies tell us?," *Pacific Economic Review*, 6(1), pp. 147-167.
- Ahmad, J. and S. Harnhirum (1995), "Unit roots and cointegration in estimating causality between exports and economic growth: empirical evidence from the ASEAN countries," *Economic Letters*, 49(3), pp. 329-334.
- Ahmad, J. and A.C.C. Kwan (1991), "Causality between exports and economic growth," *Economic Letters*, 37(3), pp. 243-248.
- Aw, B.Y., Roberts, M.J. and T. Winston (2007), "Export market participation, investments in R&D and worker training, and the evolution of firm productivity," *The World Economy*, 30(1), pp. 83-104.
- Barrell, R. and N. Pain (1997), "Foreign direct investment, technological change, and economic growth within Europe," *The Economic Journal*, 107(445), pp. 1770-1786.
- Barrios, S., Görg, H. and E. Strobl (2003), "Explaining firms' export behavior: R&D, spillovers and the destination market," *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 65(4), pp. 475-496.
- Chao, W.S. and J. Buongiorno (2002), "Exports and growth: a causality analysis for the pulp and paper industries based on international panel data," *Applied Economics*, 34(1), pp. 1-13.

- Chow, P.C.Y. (1987), "Causality between export growth and industrial performance: evidence from the NICs," *Journal of Development Economics*, 26(1), pp. 55-63.
- Desai, M.A., Foley, F. and J.R. Hines Jr. (2005), "Foreign direct investment and domestic capital stock," *American Economic Review Papers and Proceedings*, 95(2), pp. 33-38.
- Dunning, J. (1979), "Explaining changing patterns of international production: in defense of the eclectic theory," *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 41(4), pp. 269-295.
- Dunning, J. (2008), "Multinational enterprises and the global economy," Cheltenham: Edward Elgar.
- Esfahani, H. (1991), "Exports, imports, and economic growth in semi-industrialized countries," *Journal of Development Economics*, 35(1), pp. 93-116.
- European Commission (2009), "Internationalization of European SMEs."
- Fosu, A.K. (1990), "Export composition and the impact of export on economic growth of developing economies," *Economic Letters*, 34(1), pp. 67-71.
- Girma, S., Greenaway, D. and R. Kneller (2004), "Does exporting increase productivity? A microeconomic analysis of matched firms," *Review of International Economics*, 12(5), pp. 855-866.
- Golovko, E. and G. Valentini (2011), "Exploring the complementarity between innovation and export for SMEs' growth," *Journal of International Business Studies* 42(3), pp. 362-380.
- Hausmann, R. and D. Rodrik (2003), "Economic development as self-discovery," *Journal of Development Economics*, 72(2), pp. 603-633.
- Heckscher, E. (1919), "The effect of foreign trade on the distribution of income," *Ekonomisk Tidskrift*, pp. 497-512. Translated as Chapter 13 in *American Economic Association, Readings in the Theory of International Trade*, Philadelphia: Blakiston (1949), pp. 272-300.
- Helpman, E. and P. Krugman (1985), "Market structure and foreign trade: increasing returns, imperfect competition, and the international economy," Cambridge MA, MIT Press
- Helpman, E., Melitz, M.J. and S.R. Yeaple (2004), "Export versus FDI with heterogeneous firms," *The American Economic Review*, 94(1), pp. 300-316.
- Herzer, D. (2008), "The long-run relationship between outward FDI and domestic output: evidence from panel data," *Economics Letters*, 100(1), pp. 146-149.
- Herzer, D. (2010), "Outward FDI and economic growth," *Journal of Economic Studies*, 37(5), pp. 476-494.
- Ito, K. and V. Pucik (1993), "R&D spending, domestic competition, and export performance of Japanese manufacturing firms," *Strategic Management Journal*, 14(1), pp. 61-75.
- Jones, C.I. (1995), "R&D-based models of economic growth," *Journal of Political Economy*, 103(3), pp. 759-784.
- Jones, C.I. and J.C Williams (1998), "Measuring the social return to R&D," *Quarterly Journal of Economics*, 113(4), pp. 1119-1135.
- Jones, C.I. and J.C Williams (2000), "Too much of a good thing? The economics of investment in R&D," *Journal of Economic Growth*, 5(1), pp. 65-85.
- Júlio, P. and J. Leão (2011), "The Portuguese current account and export performance: an overview of the decade, GEE, Working Paper, forthcoming.
- Júlio, P. and C. Nunes (2010), "A Promoção do investimento," *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, GEE and GPEARI, N.º 12|2010.
- Júlio, P. and R. Pinheiro-Alves (2011), "The recent performance of Portuguese trade in goods: a complementary approach," *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, GEE and GPEARI, forthcoming.
- Kavoussi, R. (1984), "Export expansion and economic growth: further empirical evidence," *Journal of Development Economics*, 14(1), pp. 241-250.

- Kimura, F. and K. Kiyota (2006), "Exports, FDI, and productivity: dynamic evidence from Japanese firms," *Review of World Economics*, 142(4), pp. 695-719.
- Krugman, P. (1979), "Increasing returns, monopolistic competition, and international trade," *Journal of International Economics*, 9(4), pp. 469-479.
- Krugman, P. (1991), "Increasing returns and economic geography," *Journal of Political Economy*, 99(3), pp. 483-499.
- Lederman, D., Olarreaga, M. and L. Payton (2010), "Export promotion agencies: do they work?," *Journal of Development Economics*, 91(2), pp. 257-265.
- Lewer, J. and H. Van den Berg (2003), "How large is international trade's effect on economic growth?," *Journal of Economic Surveys*, 17(3), pp. 363-396.
- Marchant, M.A., Cornell, D.N. and W.W. Koo (2002), "International trade and foreign direct investment: substitutes or complements?," *Journal of Agricultural and Applied Economics*, 34(2), pp. 289-302.
- Nunes, C. e R. Pinheiro-Alves (2010a), "A inovação como factor de competitividade em Portugal," *Boletim Mensal de Economia Portuguesa, GEE and GPEARI*, N.º 11|2010.
- Nunes, C. e R. Pinheiro-Alves (2010b), "Políticas para o Ambiente de Negócios em Portugal," *Boletim Mensal de Economia Portuguesa, GEE and GPEARI*, N.º 12|2010.
- Ohlin, B.G. (1933), "Interregional and International Trade," Cambridge: Harvard University Press.
- Oxley, L. (1993), "Cointegration, causality and export-led growth in Portugal, 1865-1985," *Economic Letters*, 43(2), pp. 163-166.
- Pfaffermayr, M. (1994), "Foreign direct investment and exports: a time series approach," *Applied Economics*, 26(4), pp. 337-351.
- Ricardo, D. (1817), "On the principles of political economy and taxation," London: John Murray.
- Romer, P.M. (1990), "Endogenous technological change," *Journal of Political Economy*, 98(5), pp. S71-S102.
- Salvatore, D. and T. Hatcher (1991), "Inward oriented and outward oriented trade strategies," *Journal of Development Studies*, 27(3), pp. 7-25.
- Shan, J. and F. Sun (1998a), "On the export-led growth hypothesis: the econometric evidence from China," *Applied Economics*, 30(8), pp. 1055-1065.
- Shan, J. and F. Sun (1998b), "Export-led growth hypothesis for Australia: an empirical re-investigation," *Applied Economics Letters*, 5(7), pp. 423-428.
- Sterlacchini, A. (1999), "Do innovative activities matter to small firms in non-R&D-intensive industries? An application to export performance," *Research Policy*, 28(8), pp. 819-832.
- Stevens, G.V.G. and R.E. Lipsey (1992), "Interactions between domestic and foreign investment," *Journal of Money and Finance*, 11(1), pp. 40-62.
- Stiglitz, J.E. and A. Weiss (1981), "Credit rationing in markets with imperfect information," *The American Economic Review*, 71(3), pp. 393-410.
- Yaghmaian, B. (1994), "An empirical investigation of exports, development, and growth in developing countries: challenging the neoclassical theory of export-led growth," *World Development*, 22(12), pp. 1977-1995.
- Young, A. (1998), "Growth without scale effects," *Journal of Political Economy*, 106(1), pp. 41-63.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

| Iniciativa | Sumário |
|--|--|
| <p><i>Alteração do regime de licenciamento e fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social</i></p> <p><i>Conselho de Ministros de 4 de Agosto de 2011</i></p> | <p>Aprovação de um diploma que altera o regime de licenciamento e fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social. As alterações agora aprovadas simplificam e agilizam os regimes de licenciamento, eliminando entraves burocráticos e permitindo às instituições optimizarem a aplicação das soluções necessárias.</p> |
| <p><i>Programa de Emergência Social</i></p> | <p>Foi anunciado o Programa de Emergência Social, que visa dar resposta e auxílio a flagelos e situações de carência social grave. Prevê-se que o programa possa abranger cerca de 3 milhões de pessoas em 5 áreas essenciais de atuação:</p> <p>A - Responder às famílias confrontadas com os novos fenómenos de pobreza, fruto do desemprego, do sobre endividamento, da desestruturação social e familiar e muito especialmente às crianças.</p> <p>B - Responder os mais idosos, com rendimentos muito degradados e consumos de saúde muito elevados.</p> <p>C - Inclusão de pessoas com deficiência.</p> <p>D - Incentivar e promover o voluntariado.</p> <p>E - Acreditar nas instituições sociais e contratualizar respostas.</p> |
| <p><i>Alteração ao regime jurídico do sector empresarial local</i></p> <p><i>Conselho de Ministros de 25 de Agosto de 2011</i></p> | <p>O Governo aprovou uma proposta de lei que visa não só o regime de criação de empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, mas também o reforço dos poderes de monitorização da administração central sobre o sector público empresarial local.</p> |
| <p><i>Linha Saúde 24</i></p> <p><i>Conselho de Ministros de 25 de Agosto de 2011</i></p> | <p>O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza a abertura do procedimento do concurso público internacional para a exploração do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (Linha Saúde 24) e a prorrogação do atual contrato até à conclusão daquele procedimento. O futuro contrato para exploração do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde será por um período de quatro anos e no montante máximo de 28 353 500 euros. Esta medida visa assegurar a redução dos encargos com este serviço.</p> |

2. Seleção de Medidas Legislativas

| Assunto/Diploma | Descrição |
|---|--|
| <p><i>Tarifas de Gás Natural e Eletricidade</i></p> <p><i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2011. D.R. n.º 146, Série I de 2011-08-01</i></p> | <p>Aprova o calendário para a extinção faseada das tarifas reguladas de eletricidade e de gás natural e as medidas necessárias à proteção dos consumidores, em especial dos clientes finais economicamente vulneráveis</p> |

| Assunto/Diploma | Descrição |
|---|---|
| <p><i>Reprivatização do capital do BPN</i></p> <p><i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2011. D.R. n.º 159, Série I de 2011-08-19</i></p> | <p>Regulamenta a operação de reprivatização do capital social do BPN - Banco Português de Negócios, S. A.</p> |
| <p><i>Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social</i></p> <p><i>Despacho n.º 9816/2011. D.R. n.º 150, Série II de 2011-08-05</i></p> | <p>Designa membros da Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social o Ministro de Estado e das Finanças, o Ministro da Economia e do Emprego, a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social e delega no Ministro da Economia e do Emprego, Prof. Doutor Álvaro Santos Pereira, a presidência da referida Comissão Permanente</p> |
| <p><i>Plano de Redução e Melhoria da Administração Central</i></p> <p><i>Despacho n.º 10161/2011. D.R. n.º 155, Série II de 2011-08-12</i></p> | <p>Criação de um grupo de trabalho para aplicação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC)</p> |
| <p><i>Delegação de competências no Ministério de Economia e Emprego</i></p> <p><i>Despacho n.º 10353/2011. D.R. n.º 157, Série II de 2011-08-17</i></p> | <p>Delegação de competências no Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, no Secretário de Estado do Emprego, no Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, no Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no Secretário de Estado da Energia e na Secretária de Estado do Turismo.</p> |
| <p><i>Garantia do Estado</i></p> <p><i>Despacho n.º 10463/2011 DR n.º 159, Série II, de 19.08.2011</i></p> | <p>Garantia do Estado EUROPARQUE (euro) 12 469 947, 43</p> |
| <p><i>Alteração Decreto-Lei n.º 2/2011 - Reprivatização capital social do BPN</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 96/2011 DR n.º 159, Série II de 19.08.2011</i></p> | <p>Altera o Decreto-Lei n.º.2/2011, de 5 de Janeiro, que aprova a operação de reprivatização do capital social do BPN - Banco Português de Negócios, S.A.</p> |

Abreviaturas Utilizadas

